

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM CATORZE DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E TRINTA E DOIS** -----

----- Aos catorze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeira Secretária, em exercício e Segunda Secretária.-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa

DRAFT

Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, André Miguel Rodrigues Ferreira, Ana Paula da Silva Viseu, Rosa Lourenço, Ana Carolina Domingues Ambrósio, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Sara Diana de Campos Goulart de Medeiros, Francisco Alves da Silva Ramos, Luis Manuel Inês Cavaco, Igor Boal Roçadas, Susana Maria da Costa Guimarães, Maria Capitolina Saraiva Almeida Marques, Manuel dos Santos Ferreira, João Diogo Santos Moura, Gabriel Baptista Fernandes, Nelson Pinto Antunes, Luis Graça Gonçalves, Paulo Moreira e Sofia Vala Rocha. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Fábio Martins de Sousa (PCP) e Natacha Machado Amaro (PCP) -----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.---

----- Sofia de Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Manuel dos Santos Ferreira. -----

----- Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Capitolina Saraiva Almeida Marques.-----

----- Ricardo Manuel Azevedo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Cavaco.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas.-----

----- Ana Regedor (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula da Silva Viseu. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Moreira.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- João Magalhães Pereira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sofia Vala Rocha. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Carolina Domingues Ambrósio.-----

----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Natacha Amaro.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Medeiros.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves.-----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes.-----

----- Floresbela Pinto (IND), Por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal André Ferreira.-----

-----Renunciou ao mandato a Deputada Municipal Maria Margarida Matos Mota (PS), nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 41/2017, de trinta e um de janeiro de 2017, foi deliberado o seguinte a descrever:-----

----- Injustificar as faltas do Deputado Municipal João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS) às seguintes reuniões: 120ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (2ª Reunião de continuação da 4ª Sessão Ordinária), realizada no dia 18 de outubro de 2016, 111ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (3ª Sessão Ordinária) realizada no dia 21 de junho de 2016 e à 124ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (91ª Sessão Extraordinária) realizada no dia 15 de novembro de 2016.-----

----- Justificar a falta dos Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (PSD) à 130ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (85ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 17 de janeiro de 2017.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente da CML Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, José Sá Fernandes, Catarina Albergaria, Catarina Vaz Pinto, João Paulo Saraiva e Paula Marques,-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira e Alexandra Duarte.-----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, temos quórum para começar a Sessão e vamos dar início à Sessão.-----

----- É uma Sessão bastante preenchida e de modo que apesar de ser o Dia dos Namorados penso que vamos fazer um esforço aqui de síntese para todos poderem ter aqui algum tempo disponível para a comemoração deste dia.-----

----- Antes de dar a palavra ao público inscrito quero lembrar aqui vários avisos: em primeiro lugar lembrar que nós hoje temos dois períodos diferentes de intervenção do

público, um primeiro período para intervenções gerais e temos duas inscrições, e temos um segundo período da intervenção do público, que é já ligada à questão do primeiro assunto da Ordem de Trabalhos, que é o Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto, temos também duas inscrições para essa segunda parte e, portanto, é isso que teremos antes de iniciarmos os nossos Trabalhos.-----

----- Temos um Voto de Pesar, apresentado pelo Partido Comunista Português pelo falecimento de Georgette Ferreira e, portanto, assim o faremos. -----

----- Lembrar os Senhores Deputados do seguinte: temos aqui umas substituições de Senhores Deputados em funções, isto tem que ser feito no início do Trabalho para assegurar o quórum e portanto, dar-vos conhecimento que a Senhora Deputada Maria Margarida Matos Mota, que foi através da lista do Partido Socialista, estava em substituição da Sandra Graça Lourenço e Paulo, que pediu a suspensão do mandato até 27 de março e agora comunicou a renúncia ao mandato no dia 9 de fevereiro e, portanto, esta renúncia tem que ficar registada em Ata. A vaga aberta pela saída da Senhora Deputada passa a ser preenchida pelo candidato, cidadão Nuno Ferreira Pintão, que acolhemos com muito gosto aqui na Assembleia Municipal como Deputado efetivo e terá que assinar o seu Termo de Posse, portanto, este ponto está esclarecido. -----

----- Senhores Deputados, e ainda antes de chamar o público, queria apenas fazer aqui uma pequena menção, pedia a vossa atenção a todos por favor, a nossa funcionária, colaboradora do Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal, Margarida Leite que está ali na mesa a recolher as vossas assinaturas, é a última Sessão da Assembleia que ela está connosco porque vai-se reformar e, portanto, acho que devemos saudá-la e dar-lhe uma salva de palmas e desejar-lhe que tenha uma ótima reforma! Muito bem, é a melhor altura da vida, quando a gente pode fazer aquilo que quer fazer! Muito bem! ---

----- **PERÍODO DE AUDIÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “ Vamos, então, entrar nas questões que temos para resolver, e eu vou chamar as pessoas que estão inscritas sem ser sobre Monsanto. Tenho, portanto, duas pessoas inscritas, e estamos a falar de uma questão, e ambas as pessoas nos veem falar de assuntos relacionados com o funcionamento de cafés e bares em zonas residenciais. Não sei se são os dois da mesma zona, mas já vamos verificar. -----

----- O Senhor Manuel Joaquim Marques Courela. -----

----- Ainda, não tenho presentes os Vereadores, nem o Vice-Presidente nem o Presidente da Câmara, mas em todo o caso, esta parte dos trabalhos é dirigido à Assembleia Municipal por isso, estamos em condições de ouvir o Senhor Manuel Joaquim. Faça favor. -----

----- Senhor Manuel Joaquim, só para sua informação, são três minutos para expor o seu assunto. Se por acaso chegar ao fim, eu faço-lhe um sinal com o microfone para poder gerir o seu tempo. -----

----- Pode, sempre, deixar documentos na Mesa, se quiser fazê-lo. -----

----- Faça favor.”-----

----- **O Senhor Manuel Joaquim Marques Courela** residente na Rua Professor Mark Athias, nº 38, 1600-646 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: --
----- *“Para todos, Senhores e Senhoras, uma boa tarde. -----*
----- *Traz-me, aqui, o simples facto de, eu sou residente em Telheiras, moro na Rua Professor Mark Athias, que é paralela à Rua João Barreira. Vivo neste local, há cerca de vinte e cinco anos, e nos primeiros quatro, cinco anos, aquilo era um sossego. -----*
----- *Entendeu a Câmara, em determinada altura, que devia de transformar alguns cafés, que terminavam por volta das onze horas, licenciar aquilo para bares que fecham às duas da manhã. A partir dali, criou-se o inferno dentro da nossa casa. -----*
----- *Eu acho que é inconcebível como é que num país que se diz com uma democracia consolidada, que faça coisas destas. -----*
----- *Eu, e todos os meus vizinhos, a grande maioria, temos de descansar de noite para trabalhar de dia. Eles e os seus filhos que têm de ir para a escola. E chega-se às duas, três da manhã, e não se consegue dormir. -----*
----- *Isto, estamos numa fase de frio e, portanto, não é frequente os grandes aglomerados. Mas eles continuam. Ainda, esta noite fui-me deitar à meia-noite e trinta, e já lá havia cerca de vinte, trinta indivíduos de garrafa na mão. -----*
----- *O negócio daqueles bares não é vender água da EPAL, o negócio deles é vender cervejas, e outras bebidas, e outras coisas associadas a tudo isto, de maneira que é inconcebível que isto volte a acontecer. -----*
----- *Eu queria ver se, efetivamente, não chegava ao próximo verão, e que aquilo se torne, uma vez mais, num inferno. -----*
----- *De maneira que eu, perante esta Câmara, faço um protesto porque, de facto, a Câmara Municipal a grande fomentadora da degradação da vida dos moradores que ali são meus vizinhos, e a mim, também, portanto, não é só fomentar o não sossego, como fomentar a vida noturna, fomentar o consumo de álcool e outras coisas associadas. -----*
----- *De maneira que, eu quero aqui, lançar o meu protesto e, efetivamente, estou disponível para encarar qualquer situação nem que seja jurídica para ver se esta coisa fica resolvida porque, de facto, não é admissível uma situação destas. -----*
----- *Além disso, é uma pouca-vergonha porque aquilo começa a encher depois das onze da noite. Entre as onze e a meia-noite, é impossível. Aquilo é barulho com motas, é carros, é gritos, enfim, o ‘fim da macacada’. -----*
----- *De maneira que eu queria pedir, aqui, a vossa intervenção, se me fazem o favor, eu tenho, aqui, uma série de documentação que, não trouxe em duplicado, mas posso arranjar, para conhecimento de Vossas Excelências. -----*
----- *De maneira que, é só isto que eu queria dizer, portanto, isto é uma denúncia de falta de civismo, a irresponsabilidade de quem ali autorizou estes bares, até às duas da manhã. -----*
----- *De maneira que, eu quero aqui, mais uma vez, manifestar o meu protesto, e se efetivamente, Vossa Excelências puderem ajudar-me a mim e aos meus vizinhos nesta situação, fico muito agradecido. -----*
----- *Muito obrigado.” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Naturalmente, sabe que há um regulamento que está em vigor, primeira coisa que iremos verificar é se isso foi licenciado ao abrigo do regulamento.-----

----- O Senhor Manuel Joaquim pode, se quiser, pode deixar os documentos para fotocopiarmos aqui, e já devolvemos.-----

----- Pode ser, não há problema nenhum, entrega, posteriormente, os documentos, e nós iremos averiguar.-----

----- Temos mais uma pessoa inscrita sobre o mesmo assunto. Iremos averiguar essa matéria e, assim que tenhamos uma resposta, a faremos chegar.-----

----- Eu vou dar a palavra à Senhora Cristina Pimenta.-----

----- **A Senhora Cristina Pimenta** residente na Rua Professor Mark Athias, nº 40, 1600-646 Lisboa, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, meus Senhores e minhas Senhoras.-----

----- *O que me traz, aqui, eu moro na mesma rua que o Senhor Courela, somos vizinhos, e nós temos um processo que entrou na Câmara, é o 2934/DOC/2013, está há quatro anos, aqui, é um abaixo-assinado dos moradores da rua a pedir a limitação do horário de funcionamento dos cafés para as onze da noite, de modo a nos permitir dormir. Até hoje, a única coisa que a Câmara fez foi uma limitação do encerramento das esplanadas para a meia-noite, durante cento e oitenta dias. Esse tempo já acabou, acabou em janeiro, e voltámos outra vez, à mesma situação.-----*

----- *Eu queria saber, ao fim de quatro anos, o que é que a Câmara vai fazer? O novo regulamento, pelo que percebi, o que diz é: vamos deixar tudo aberto até às duas da manhã, desde que não haja problemas com os moradores. Se houver problemas com os moradores, a Câmara diz que tem que ver porque o direito ao repouso, das pessoas, é superior ao resto. Portanto, estou à espera para ver o que é que a Câmara vai fazer.-----*

----- *Muito obrigada.”-----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu:-----

----- “Muito obrigada Senhora Cristina.-----

----- Estou a tentar perceber o historial disto.-----

----- O vosso abaixo-assinado é de 2013, o regulamento de horário já é posterior a isso, e portanto, eventualmente, não terá sido tomado em consideração quando fizeram, depois, o alargamento, e é isto que nós vamos verificar, agora, juntando a sua intervenção e a intervenção do seu vizinho para ver o que é que a Câmara nos responde, e se podemos, de facto, promover aqui uma alteração da situação de acordo com os vossos protestos, e agora a Câmara tem de confirmar.-----

----- O abaixo-assinado é de 2013, mas as razões são as mesmas que se verificam, hoje, portanto, isso é compreensível.-----

----- Muito obrigada Senhora Cristina, está feita a sua reclamação e a Mesa, agora, vai fazer as diligências que, habitualmente faz para ver como é que isto se resolve.-----

----- Senhores Deputados, eu ia fazer-vos uma proposta que seria a seguinte: eu não sei se seria mais razoável, para não quebrarmos, depois, a discussão sobre o Parque

Florestal de Monsanto, perguntar se os Senhores deputados veem inconveniente que a gente vote e aprecie, já, o voto de pesar, para depois fazermos a discussão sobre Monsanto toda de seguida. Penso que será mais razoável. Se acharem bem, é o Voto de Pesar nº 1/132. -----

-----VOTO DE PESAR Nº. 1/132 (PCP) – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE GEORGETTE FERREIRA; -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, prosseguiu: -----

----- “ Eu creio que a Bancada do Partido Comunista tinha pedido para lermos o Voto, querem ler o Voto ou querem que seja a Mesa a ler? Será então a Mesa, é aqui a Senhora-Primeira Secretária que irá ler o Voto de Pesar.” -----

----- Pedia a vossa atenção Senhores Deputados, serviços que estão na sala, pedia a vossa atenção porque estamos a ler um Voto de Pesar, pedia o vosso respeito.” -----

----- **A Senhora Primeira-Secretária Patrocínia Vale César,** leu o **Voto de Pesar nº. 1/132:**-----

----- “ *Faleceu no passado dia 4 de Fevereiro, aos 91 anos de idade, Georgette Ferreira, militante e dirigente comunista, que dedicou a sua vida à causa revolucionária do seu Partido de sempre, pela emancipação dos trabalhadores e dos povos, pela democracia, o progresso social, a paz, o socialismo e o comunismo.*-----

----- *Natural de Alhandra, filha de operários agrícolas, começa a trabalhar nos campos das Lezírias do Ribatejo aos 8 anos. Torna-se operária aos 16 anos e inicia o seu trabalho na Fábrica de Fiação de Vila Franca de Xira, tomando então consciência da exploração a que eram sujeitos os operários.* -----

----- *Adere ao PCP em 1943 e logo se dedica, com determinação, à organização e à luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e é nesse ano que encabeça a organização de uma greve vitoriosa de costureiras por aumento de salário.* -----

----- *Participou nas greves operárias de 8 e 9 de Maio de 1944, tendo contribuído para a organização da solidariedade aos trabalhadores que foram presos e levados para a Praça de Touros de Vila Franca de Xira.* -----

----- *Em Julho de 1945 passa à clandestinidade, como funcionária do PCP.* -----

----- *Presa por duas vezes, em 1949 e 1954, teve sempre um comportamento digno frente à polícia política do regime fascista e aos carcereiros.*-----

----- *Na sua primeira prisão, doente, é internada sob vigilância policial, no Hospital dos Capuchos, de onde se evade em 1951, retomando de imediato a actividade partidária na clandestinidade.*-----

----- *Após a sua libertação em 1959, vive alguns anos na Checoslováquia. Nesse período participa em reuniões internacionais da Federação Democrática Internacional das Mulheres e da Federação Sindical Mundial.*-----

----- *Regressa a Portugal e à clandestinidade em 1965, tendo desempenhado tarefas em vários distritos – Lisboa, Porto, Castelo Branco e Setúbal, onde se encontrava aquando da Revolução do 25 de Abril de 1974.*-----

----- *Participou ativamente na construção e defesa das conquistas de Abril, como responsável de diversas organizações, sempre profundamente ligada à luta dos trabalhadores.*-----

----- Foi deputada à Assembleia Constituinte em 1975-1976 e deputada à Assembleia da República de 1976 a 1988. -----

----- Foi membro do Comité Central desde o início da década de 50 até 1988. -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 14 de Fevereiro de 2017, delibere: -----

----- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Georgette Ferreira, prestando-lhe homenagem guardando um minuto de silêncio; -----

----- b) Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à sua Família e ao Partido Comunista Português. -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Comunista Português - António Modesto Navarro -.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhores Deputados, o Voto está à vossa consideração e não havendo sinais de inscrição a Mesa vai pôr à votação o **Voto de Pesar 1/132**, de pesar pelo falecimento de Georgette Ferreira. -----

----- Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovado por unanimidade** e vamos fazer um minuto de silêncio. -----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio pelo falecimento de Georgette Ferreira) -----

----- Muito obrigado Senhores Deputados.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Temos ainda duas Atas para pôr à vossa consideração, a Ata 128 e 129, havia uma gralha na Ata 128 que já foi corrigida, na página 72 a Declaração de Voto estava mencionada como se fosse do PCP e não é do PCP, é do MPT. A gralha já foi identificada e corrigida. -----

----- **PONTO 1- APROVAÇÃO DAS ATAS Nº 128, DE 13.12.2016 E Nº 129, DE 20.12.2016:** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não há ninguém inscrito, vou pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **As Atas 128 e 129 foram aprovadas por unanimidade.** -----

----- Sendo que os Senhores Deputados que não participaram numa ou noutra Reunião não podem participar também nesta votação.” -----

----- (De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n. º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação das Atas 128 e 129, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes nas reuniões a que as mesmas respeitam.) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Vamos passar, agora sim, a ouvir os inscritos da audição do público de hoje, que tem a ver com o Relatório Final do Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Ponto 1 - PARTICIPAÇÃO E INTERVENÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, INSTITUIÇÕES, INDIVIDUALIDADES E CIDADÃOS DE LISBOA EM GERAL, AO ABRIGO DO N.º 3DO ARTIGO 39.º DO REGIMENTO (DEBATE TEMÁTICO) – 45 MINUTOS PARA INTERVIR SOBRE O PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO; -----

A Senhora Presidente da Assembleia no uso da palavra, acrescentou: -----

----- “Nós temos duas inscrições que penso que já estarão presentes, já estão presentes, muito bem, o tempo que temos costuma ser de 3 minutos para cada intervenção, enfim, não somos muito rígidos, mas pedimos a vossa capaCidade de síntese. -----

----- Em primeiro lugar, passar a palavra ao Representante da Plataforma Por Monsanto, o Senhor Artur Lourenço.”-----

O Senhor Artur Lourenço representante da Plataforma Por Monsanto, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- *Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia da Municipal de Lisboa, Arquiteta Helena Roseta, Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores.*

----- *Serve esta curta intervenção para agradecer uma vez mais, em nome da Plataforma Por Monsanto e das associações que a constituem, o convite para este Debate, para a agradecer a todos os que contribuíram e valorizaram com as suas opiniões. Embora, por vezes, necessariamente, diferentes, esta opiniões parecem ser consensuais no que à defesa, preservação e importância e futuro do Parque, diz respeito. Serve para um renovado e especial agradecimento a esta Assembleia, na pessoa da sua Presidente, pelo reconhecido trabalho e intervenção que tem tido na defesa deste Parque tão importante para todos, não apenas neste Debate, mas ao longos destes últimos anos, onde várias moções foram aprovadas em sua defesa e valorização. -----*

----- *Serve para renovar a nossa total disponibilidade para ajudar e colaborar na resolução dos problemas e na apresentação de soluções, num espírito construtivo e de boa vontade. -----*

----- *Sem dúvida nenhuma que cabe à Câmara Municipal de Lisboa gerir esta indispensável área verde, mas numa democracia madura e saudável, a participação dos cidadãos deve ser aplaudida, incentivada e reconhecida. -----*

----- *A Plataforma Por Monsanto espera que as Recomendações desta Assembleia sejam aprovadas e que, sobretudo, sejam, efetivamente, respeitadas o que, infelizmente, nem sempre acontece. -----*

----- *Não poderia deixar, as minhas desculpas, mas não podia terminar sem deixar, aqui, uma pequena provocação, que seja anunciado, hoje, aqui e agora, o fim desse grande evento que é a Semana Académica em Monsanto. Seria, sem dúvida, um gesto prático, objetivo e generoso, de boa vontade, que iria de encontro às Recomendações desta Assembleia. -----*

----- *Muito obrigado.” -----*

A Senhora Presidente da Assembleia no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Fica, aqui, a sugestão. Naturalmente, temos tempo para tomar a decisão, mas fica, desde já, aqui, a sugestão à consideração dos membros que o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador, que estão presentes, à vossa consideração e também, a Senhora Vereadora que tem a responsabilidade da educação. -----

----- Senhores Deputados, eu vou dar a palavra ao segundo interveniente, neste período do público, e sobre esta matéria, e é a Associação Lisboa Verde, Senhor João Pinto Soares.” -----

----- **O Senhor João Pinto Soares** representante da Associação Lisboa Verde, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- *Conclusões e Recomendações do Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto realizado pela Assembleia Municipal de Lisboa, em trinta e um de março de 2016:* -----

----- *Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, minhas Senhoras e meus Senhores, sou o João Pinto Soares e, aqui, represento a Associação Lisboa Verde.* -----

----- *Em relação às conclusões, Recomendações do Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto, a Associação Lisboa Verde tem a dizer o seguinte:* -----

----- *1. Congratula-se pela realização deste Debate;* -----

----- *2. Este tema não se deve esgotar aqui, por quanto o Parque Florestal de Monsanto é uma estrutura viva em constante evolução, exige um acompanhamento interessado e permanente por parte de todos aqueles que o amam e tem sobre ele responsabilidades, como é o caso da Assembleia Municipal de Lisboa, vendo nele um valor a todos os níveis, incalculável, que todas as capitais do mundo desejariam possuir, e que à Câmara Municipal de Lisboa cabe o privilégio e a responsabilidade da sua gestão.* -----

----- *Já em vinte de janeiro de 2009, através da moção nº 9, aprovada por maioria, a Assembleia Municipal de Lisboa tinha deliberado declarar tolerância zero para todas as intervenções que atentem contra a preservação de Monsanto, agora, reiteradas pelas presentes Recomendações à Câmara Municipal de Lisboa.* -----

----- *Terminando, gostaríamos de chamar a atenção de vossas excelências para os seguintes assuntos concretos, resultantes da aplicação dos pontos 15 e 16 do presente documento:* -----

----- *Ponto 15 – ‘e a Câmara Municipal de Lisboa não renova, em 2017, a autorização para utilização por parte da Universidade de Lisboa do Parque Florestal de Monsanto, no Alto da ajuda, para a realização da Semana Académica, porquanto este evento compromete o equilíbrio ecológico do Parque Florestal de Monsanto, afetando a fauna e a flora’;* -----

----- *Ponto16 – ‘Para além da requalificação dos Parques recreativos, proponha à Câmara Municipal de Lisboa que inicie os estudos para a criação de um espaço desocupado, no espaço ocupado pelo Clube Português de Tiro a Chumbo, de um Parque Temático, destinado a albergar exemplares da fauna autóctone de Portugal, constituindo um laboratório vivo para as escolas e uma base para a recuperação e de*

reintrodução no seu habitat natural das espécies, algumas desaparecidas, caso do urso, ou ameaçadas de extinção, caso do lince, lobo ou Cabra do Gerês, no nosso país’.

----- *Gratos pela vossa atenção.* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor João Pinto Soares, pelo vosso contributo. -----

----- Naturalmente, nós iremos ter em consideração os pontos a que chamou a atenção.

----- Penso que há mais uma pessoa que se inscreveu, mas não me chegou, aqui, à Mesa a inscrição. Eu agradecia que os serviços acompanhassem a pessoa para poder usar da palavra. Eu não preciso do papel com o nome, eu preciso é que a pessoa que se inscreveu seja acompanhada, aqui, ao palco. Onde é que está a pessoa? Cuidado, com calma. Com calma, não se magoe porque temos tempo. Já aí vem a pessoa, tudo bem. -

----- Trata-se da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas que sempre tem acompanhado esta matéria com muita atenção. E é o Senhor Arquiteto Paisagista João Cerejeiro que já vem a caminho e, vamos aguardar.-----

----- Enquanto o Senhor Arquiteto não chega ao microfone, eu ia fazer uma sugestão que é a seguinte, atendendo a que estas intervenções são sobre o próprio relatório final que estamos, hoje, aqui a apreciar, eu sugeria se não houvesse inconveniente, e quando formos votar, voltaria a repetir isto, que as intervenções, aqui, feitas fossem anexadas ao relatório como um último anexo porque elas fazem parte desta mesma matéria, e é importante que fiquem a constar do relatório final. Se acharem bem, isso será assim feito.-----

----- Então, agora, sim, Senhor Arquiteto faça favor.” -----

----- **O Senhor João Cerejeiro** representante da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- *Em nome da Associação dos Arquitetos Paisagistas que me encontro, aqui, e queria rapidamente, congratular-me com tudo o que é o Debate sobre o Parque Florestal de Monsanto.* -----

----- *A minha presença é, basicamente, sobre um esclarecimento e uma disponibilidade.* -----

----- *Prevê-se recentemente, há a previsão de um estudo, um plano estratégico para o Parque. O Vereador José Sá Fernandes tem previsto com programa, um plano.* -----

----- *Ora, como representante da Associação dos Arquitetos Paisagistas queria comunicar a nossa disponibilidade na discussão das linhas preliminares do plano, seja a nível de cadernos de encargos, seja a nível de termos de referência, no Debate de um programa geral, em particular, sobre o Parque, de forma a que se consiga, também, a nossa colaboração e que neste objetivo importantíssimo que é um plano que consiga definir programas, o modelo de gestão, e concretamente, no tempo e absorvido no próprio espaço.* -----

----- *O Parque Florestal de Monsanto é, em que várias áreas, de sensibilidades distintas. Há grande convergência de opiniões, em certos aspetos, noutras aspetos há divergências. Neste momento, é importante que fique registado que a Associação*

portuguesa dos Arquitetos Paisagistas tem um grupo de técnicos que estão disponíveis para estarem presentes, em qualquer momento, sobre o previsto plano. ----

----- Muito obrigado, boa tarde e bom trabalho”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Arquiteto. Agradecemos essa disponibilidade. Naturalmente, a participação da sociedade civil e, neste caso, uma organização que é qualificada nesta matéria só pode ser útil e relevante para o Município e, portanto, fica registada a vossa disponibilidade e, chamar a atenção do Senhor Vereador que também deve tomar devida nota sobre esta matéria. -----

----- Senhores Deputados, eu não tenho mais inscrições sobre a questão do Parque Florestal de Monsanto, em termos de público, pelo que vamos entrar no período da ordem do dia. Já vimos o voto de pesar e já vimos as atas, e agora, sim, entramos na apreciação do relatório final do Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Recordo que este Debate Temático foi realizado na sequência de uma deliberação, desta Assembleia, por proposta do Partido Ecologista, “Os Verdes”. -----

----- **PROPOSTA 001/PEV/2016 – PROPOSTA PARA DEBATE SOBRE O PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO;** -----

----- (A proposta 001/PEV/2016 vai ser anexada à Ata como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, acrescentou: -----

----- “ Depois, a matéria baixou à 4ª Comissão para fazer o relatório final. O Senhor Deputado Sobreda Antunes e a Senhora Deputada Sofia Cordeiro fizeram o relatório final, isto demorou algum tempo, houve uma série, ainda, de negociações que levaram que isto acabasse por ser um pouco mais demorado do que nós gostaríamos. Seja como for, temos o relatório final que pode ser apresentado, depois do relatório final ser apresentado, nós temos a grelha K, que é a que está aqui, identificada, é uma grelha que funciona da seguinte maneira: são 5 minutos para o partido proponente, neste caso é o Partido Ecologista os Verdes, depois são 5 minutos para todos os Partidos e Grupos poderem pronunciar-se e também a Câmara e depois o Partido proponente tem 5 minutos para encerramento.” -----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO FINAL DO DEBATE TEMÁTICO SOBRE O PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO, APROVADO PELA DELIBERAÇÃO 15/AML/2016 DE 26.1.2016 SOBRE A PROPOSTA 001/PEV/2016 (GRELHA IDÊNTICA À GRELHA K, 60 MINUTOS);**

----- **RELATÓRIO FINAL DO DEBATE TEMÁTICO SOBRE O PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO (4ª CP)**-----

----- **RECOMENDAÇÃO 1/132 (4ª CP) – TEMA 4**-----

----- (A Apreciação do Relatório Final do Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto fica anexado a esta Ata como Anexo III e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 1/132 (4ª. CP) fica anexado a esta Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** , no uso da palavra, disse ainda: -----

----- “ Portanto, esta é a grelha que temos definido e eu perguntava qual dos Senhores Deputados Relatores é que quer fazer uma apresentação sumária? É o Senhor Deputado Sobreda Antunes que vai fazer uma apresentação sumária do Relatório Final, não é a intervenção do Grupo, é enquanto Relator. -----

----- Aproveitava para informar que o Relatório Final foi colocado no *site* ainda não tinha os dois últimos anexos que só hoje é que foram colocados, portanto, peço desculpa por parte dos serviços e por parte da Mesa por não ter sido imediatamente disponibilizados estes dois últimos anexos, mas neste momento ele encontra-se completo no *site*. -----

----- Senhor Deputado Sobreda Antunes, faça o favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, muito boas-tardes aos restantes Membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas e Funcionárias. -----

----- A iniciativa do presente Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto nasceu na Recomendação número 9/63, proposta pelo Grupo Municipal de Os Verdes, a qual foi aprovada por unanimidade no Plenário de 14 de Abril de 2015. -----

----- A sua estrutura em duas sessões seria posteriormente aprovada na Sessão da Assembleia Municipal de 26 de janeiro de 2016, a primeira sessão inicialmente agendada para 16 de fevereiro, seria adiada para 31 de março e apenas hoje, 14 de fevereiro de 2017 se realiza a segunda sessão para a apresentação das conclusões, exatamente 22 meses após a aprovação da Recomendação inicial do Grupo Municipal de Os Verdes. -----

----- O formato do Debate consta no anexo 1º. e a Recomendação no anexo 4º do Relatório que hoje analisamos. Esta Recomendação número 9/63 surge na sequência da prévia e contínua apresentação de um vastíssimo conjunto de Moções e Recomendações que abordaram o contexto e a problemática cultural, social e ambiental do Parque Florestal de Monsanto, parte significativa das quais foram inseridas no anexo 4 e que a Senhora Presidente já comunicou há momentos já se encontra na página da Assembleia Municipal. -----

----- A primeira parte do Relatório descreve a Sessão e faz a apresentação inicial dos painéis em que se subdividiu o Debate. Para quem já não se lembre, recordo que o 1º painel contou com as intervenções do Senhor Vereador José Sá Fernandes, do Senhor João Pinho, do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e o Senhor Artur Lourenço em representação da Plataforma por Monsanto. -----

----- Convém recordar que a representatividade desta Plataforma cujos objetivos residem na defesa e divulgação dos valores patrimonial e ecológico Parque Florestal de Monsanto, como uma estrutura verde fundamental para toda a Área Metropolitana de Lisboa se encontra consubstanciada nas 15 Associações que integram, entre as quais: Os Amigos de Monsanto, a AMBEX, a Associação de Moradores de Belém e São Francisco Xavier, a Associação Lisboa Verde, a Associação Plantar uma Árvore, a ASPE, a CAAL, o Clube de Caminheiros De Monsanto do Fórum Cidadania,

Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Gaia, Grupo Ecológico de Cascais, Liga dos Amigos do Jardim Botânico, LPN e Quercus. Por outras palavras, um diversificado universo de utentes e organizações preocupadas com correto usufruto público e defesa do equilíbrio do Parque. -----

----- O 2º painel previa intervenções as 6 Juntas de Freguesia pelas quais se espraiam os mais de 900 hectares do Parque, mas de que apenas estiveram presentes as seguintes cinco: Alcântara, Belém, Benfica, Campolide e São Domingos de Benfica.

----- Contou ainda com a participação da Provedora dos Animais de Lisboa e do Subcomissário Comandante da Polícia Florestal. -----

----- O 3º e último painel ficou reservado para a intervenção de representantes de associações e organizações do público em geral e das diversas forças políticas que integram a Assembleia Municipal.

----- No final do Relatório é enumerada uma lista de conclusões e Recomendações consensualizadas por unanimidade entre os diversos Grupos Municipais no seio da 4ª Comissão. Dela destacamos a preocupação dos Grupos Municipais para que a gestão do espaço florestal ainda permitindo a fruição de Monsanto pelos cidadãos, tal como apontam os Planos de Gestão Florestal e o Plano de Ação Local para a biodiversidade não tenha implicações na redução da mancha verde ou da biodiversidade ou que não sejam autorizadas políticas de delapidação do Parque Florestal como as que, no passado viabilizaram construções intrusivas para o seu equilíbrio. -----

----- As conclusões subjacentes a este Debate apontam inequivocamente, para a total reversão de qualquer projeto que intente alienações ou concessões a privados do Parque Florestal de Monsanto, neste sentido, os Grupos Municipais requerem que o Município reforce e promova novos programas e medidas de proteção ativas de manutenção, preservação e sustentabilidade do Parque, bem como a Câmara elabore e apresente aos Órgãos Municipais, um Plano Estratégico atualizado para o Parque Florestal de Monsanto, mais recomendam para que a Câmara diligencie junto do Governo no sentido da adoção das medidas necessárias à revalidação da legislação apropriada que permita atribuir uma classificação como Área Protegida de Interesse Regional ao Parque Florestal de Monsanto e eventual alargamento do seu espaço de influência territorial. -----

----- É também neste mesmo sentido que se direciona o Projeto de Resolução número 210.13 tendente à criação da Área Protegida de Monsanto, redigido e apresentado pelo grupo parlamentar de Os Verdes e que se encontra inserido no Anexo 5º do presente Relatório. -----

----- Os Grupos Municipais, os municípios e as diversas Associações, designadamente as que integram a Plataforma por Monsanto, esperam que agora finalmente tenha chegado o momento certo para que a Câmara e o Governo encetem as medidas necessárias para uma sustentável preservação e renovação ecológica do Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Relator, a Mesa aproveita para o felicitar pelo seu trabalho em colaboração com a Presidente da Comissão. -----

----- De facto, foram muitos meses, muitos meses em que nós pressionámos bastante para que o Relatório se fechasse, mas o resultado é positivo e é isso que importa salientar neste momento.-----

----- Senhores Deputados, aviso que há muito barulho na sala, eu pedia aos Senhores Deputados que têm assuntos para tratar que o façam lá fora e os restantes que estejam atentos a Sessão, porque estamos a discutir matérias importantes e pedia, portanto, a vossa atenção e o vosso silêncio. Já expliquei várias vezes que esta sala tem uma acústica que faz com que aqui no palco, se se ouça ampliadamente os sussurros que há na sala, portanto, dificulta um pouco o nosso trabalho. -----

----- Ia passar agora a palavra, ao Partido Ecologista Os Verdes para esta iniciar o Debate, é a Senhora Deputada Cláudia Madeira.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, Os Verdes congratulam-se por finalmente se concretizar esta sessão, que consideramos ser fundamental, mas não podemos deixar de lamentar que, desde a proposta inicial do PEV para a realização deste debate até ao dia de hoje, tenham passado quase dois anos. E desde a primeira sessão até hoje, passou quase um ano. O Parque Florestal de Monsanto deve merecer mais respeito por parte da Câmara e da Assembleia Municipal, razão pela qual Os Verdes sempre insistiram para a urgência da marcação desta iniciativa.-----

----- Os Verdes, ao proporem este debate, pretendiam que se sensibilizasse para a necessidade de valorizar e preservar o pulmão verde da Cidade de Lisboa, uma estrutura ecológica essencial para toda a Área Metropolitana., um espaço fundamental para a conservação da natureza e a defesa da biodiversidade, com condições excecionais para o lazer, para atividades de sensibilização e educação ambiental. -----

----- Pretendíamos também alertar para a urgência de travar a delapidação deste Parque e dar aos cidadãos e às associações a oportunidade de se pronunciarem sobre Monsanto. -----

----- De facto, foi possível ouvirmos um conjunto de opiniões e concluir o que há muito afirmamos nesta Assembleia: as pessoas rejeitam mais políticas que delapidem o Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Apesar de o executivo afirmar que concorda com as Recomendações feitas no âmbito deste debate, é preciso agir nesse sentido, e a verdade é que propusemos condenar a opção de concessionar os espaços públicos de Monsanto a privados, aqui nesta Assembleia, que inviabilizavam o seu acesso e usufruto públicos. Esta deliberação foi chumbada, mostrando claramente o entendimento do executivo sobre o que deve ser feito em Monsanto. -----

----- Aparentemente, todos nós concordamos com a preservação de Monsanto, mas quando se trata de fazer escolhas e de não viabilizar projetos que ameaçam a

integridade do Parque, deparamo-nos com diferenças relevantes. E esta é a grande divergência que temos com o executivo. -----

----- Em nosso entender, não se trata de conciliar vários interesses, porque o interesse que está aqui em jogo é o da preservação de uma estrutura ecológica cuja unidade, equilíbrio e integridade são fundamentais para o bem-estar dos cidadãos da Área Metropolitana de Lisboa, em termos de direito a usufruírem de um espaço natural cuja riqueza tem de ser preservada. -----

----- Há outros interesses, como os de concessionários que querem explorar aquele espaço e que, pela sua presença, podem não preservar um património que deve ser destinado ao usufruto de todos. E não pode ser a autarquia a facilitar e a promover esta destruição, sacrificando Monsanto. -----

----- O Parque Florestal de Monsanto, como temos dito muitas vezes, não é um banco de terrenos, não é um puzzle onde a Câmara, de vez em quando, decide tirar mais umas peças. -----

----- Perante as conclusões deste debate, o executivo não pode ignorar os direitos e a expressão de vontade dos cidadãos que, com grande clareza, têm criticado os projetos desastrosos, que, a serem concretizados, significarão a liquidação de Monsanto. -----

----- Com as Recomendações resultantes da 1ª sessão do debate, esperamos que a Câmara Municipal de Lisboa finalmente cumpra o seu papel na defesa de Monsanto, pois era esse também o objetivo do debate proposto pelos Verdes: que a Câmara Municipal de Lisboa adote uma política de gestão que valorize e preserve Monsanto, que o Parque não veja a sua área reduzida e que seja ampliado, que sejam travadas as políticas de destruição do Parque, que as organizações e os cidadãos sejam envolvidos nas tomadas de decisão, o que não estava a acontecer, que os problemas de Monsanto como a falta de vigilância, de segurança e de sinalética, sejam resolvidos, e que a Câmara reforce o número de jardineiros afetos à gestão de espaços verdes do Parque porque é insustentável manter e prolongar os contratos com privados para a prestação destes serviços. -----

----- Os Verdes obviamente concordam com todas as Recomendações que vão no sentido de preservar Monsanto, tornando-o um espaço mais seguro, mais acessível e mais sustentável. Aliás, as nossas propostas ao longo dos anos têm ido nesse sentido e esperamos que agora sejam finalmente concretizadas. -----

----- No entanto, mantemos algumas preocupações pelo que perguntamos se a Câmara Municipal de Lisboa, garante que não vai prosseguir os projetos de concessão a privados de espaços de Monsanto, e se esses projetos estão suspensos e vão ser anulados, defendendo o interesse público?-----

----- Queremos também saber se a Câmara Municipal de Lisboa garantir hoje que não haverá mais eventos que comprometam o equilíbrio ecológico do Parque Florestal de Monsanto? -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada, eu não sei se o Senhor Vereador estava atento nesta parte final da intervenção que tem interpelações em concreto, portanto, depois pedia que quando fosse intervenção que pudesse responder e pedia para, de facto, as pessoas mais uma vez peço para não fazerem muito ruído na sala, porque nos dificulta a tarefa, vamos dar agora a palavra aos Senhores Deputados que se inscreveram.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- A nossa intervenção visa muito simplesmente saudar o Debate Temático sobre o Parque Florestal de Monsanto que o mais importante foi tornar claro que todas as fragmentações ou desanexações ou ataques de negócios especulativos não serão mais permitidos, mas, para além da salvaguarda de Monsanto, nós esperamos que o sucesso que a reformulação do Parque vá no sentido de revalorizar as perspetivas de um usufruto social democrático pelos cidadãos de Lisboa e não só. -----

----- Afirmamos que continuaremos, como no passado, vigilantes perante as eventuais ameaças futuras. Não esquecendo que o último ataque data de 2015 e por isso, vamos votar a favor desta Recomendação, mas lembrando que que cabe à Câmara Municipal, e ao seu Executivo levar à prática e cumprir as orientações comumente aceites pela nossa Assembleia. -----

----- Assim o esperamos e assim o faremos em termos de controlo certo, diria última palavra, é porque temos uma confiança limitada em certos gestores do Parque de Monsanto, incluindo nos atuais gestores do Executivo Municipal do PS. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Deputado, naturalmente a confiança que terá que ser sempre limitada, todos nós em todos nós, porque, enfim, é assim a natureza humana, mas vamos prosseguir e vamos ouvir as restantes intervenções.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sara Goulart de Medeiros (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito boa tarde a todos Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Caros Vereadores, Caros Deputados. -----

----- Lisboa tem o privilégio de ter uma zona florestal com a dimensão de Monsanto. Um caso raro nas capitais europeias. -----

----- O Bloco de Esquerda entende que este benefício deve ser preservado da melhor forma, para que se mantenha como um contributo de equilíbrio ecológico num espaço urbano que precisa de mais e melhores zonas verdes.-----

----- A Assembleia Municipal em boa altura decidiu fazer um Debate aprofundado sobre Monsanto sobre a sua importância para a Cidade e a necessidade da sua proteção infelizmente, este Executivo e anteriores têm negligenciado o pulmão da Cidade e em vez de garantir a sua proteção para usufruto dos lisboetas tem delapidado e

prejudicado o equilíbrio ecológico e ambiental do Parque, são vários os exemplos nos últimos anos.-----

----- O campo de tiro e a contaminação dos solos pelo chumbo, o campo de rãguebi a utilização do espaço para festivais de música, que trazem enormes impactos ao Parque e recentemente a decisão de mudar os Serviços de Proteção Civil para o Parque Florestal de Monsanto, mas o que, de facto marca este Mandato é a decisão de concessionar vários espaços no mesmo Parque, como a Casa do Presidente e a Quinta da Pimenteira para uma unidade hoteleira com dezenas de quartos. -----

----- Esta atividade não é compatível com uma gestão equilibrada do Parque e, por isso nos o pusemos esta decisão. O Parque Florestal de Monsanto tem um privilégio único na Cidade de Lisboa e, por isso, todos os esforços para a sua preservação são fundamentais. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais, Caro Público. -----

----- Gostaria de começar esta intervenção por saudar a Assembleia Municipal de Lisboa que em momento oportuno e já distante, infelizmente, teve a iniciativa de trazer à discussão, aquele que é o pulmão da Área Metropolitana de Lisboa e centro da sua biodiversidade, obviamente, o Parque Florestal de Monsanto.-----

----- O CDS gostaria de saudar também os serviços camarários que ao longo do tempo têm assumido o papel de guardiões do Parque, quando muitas das vezes as opções políticas tomadas não são as que melhor defendem o seu equilíbrio ambiental e, por fim, saudar também os Deputados Relatores deste Parecer que hoje nos é apresentado.

----- O Parque Florestal de Monsanto criado por Decreto-lei que e 24625 de 1934 e sujeita o regime florestal total para o decreto-lei, 29135 tem vindo a ser sujeito a diversas reduções para urbanizações, equipamentos diversos e ainda para ampliação de instalações militares e hospitalares. -----

----- O estado atual de Monsanto e, em particular, após a aprovação em 2012 do Plano de Gestão Florestal deve centrar as nossas atenções para os fatores negativos a corrigir. Os equipamentos abandonados ou desativados, como é o caso do Panorâmico de Monsanto, da Luneta dos Quartéis ou as instalações daquele que foi o Parque Temático designado por Aquaparque, áreas de lazer e recreio que necessitam revitalização e manutenção e a utilização de espaços pelo Estado e privados que importa reverter para uso público do Município. -----

----- A estes junta-se a lista de concessões que correram mal em Monsanto, o Restaurante Papagaio da Serafina, o Parque dos Insufláveis Viva a Brincadeira, o Restaurante Luneta dos Quartéis, o Clube Rádio Modelismo Automóvel de Portugal e o Clube Português de Tiro de chumbo, cujos terrenos importa descontaminar. -----

----- Nesta reflexão, reporta relembra que o Parque está protegido pelo Regime Florestal Total que sumariamente os faz lembrar as razões que fundamentaram a criação no espaço sagrado, aliás, sempre foi até assistimos a cedência de espaço e o corte de manchas verdes pela CRIL e, em particular pela A-5. -----

----- Com o avançar dos tempos e da necessidade de adaptar o Parque aos desafios atuais de uma Cidade praticamente consolidada e cuja estrutura ecológica muito se deve ao mesmo, retomamos a questão colocada há um ano e para a qual não houve ainda resposta, é essencial que o Executivo tome uma opção, deve Monsanto ser um Parque Florestal com algumas valências e equipamentos que sirvam a Cidade ou pretende torná-lo Parque Urbano? Importa não ceder às pressões urbanísticas dentro e em redor do Parque e parar de uma vez com as sucessivas desafetações do Regime Florestal Total. -----

----- Para o CDS a opção é clara, Monsanto deve continuar a ser predominantemente um Parque Florestal, respeitando assim o seu regime criando e mantendo espaços de lazer e recreio, de serviço à população, queremos sistemas de circulação pedonal e viária sustentáveis, como ciclovias, em detrimento de Parques automóveis que alberguem números consideráveis de viaturas e que o Eco Bus, como já dissemos há um ano atrás, se torne realidade, queremos estruturas de lazer lúdico desportivas, de média dimensão, que simultaneamente possam trazer pessoas ao Parque, mas tendo particular atenção com a capacidade máxima dos mesmos, evitando assim a degradação do Parque a que fomos assistindo, com a realização de eventos de grande dimensão, ou seja, o que nós queremos é simples e claro, queremos um Parque vivido e não um Parque Invadido, pugnamos ainda para que o Plano de Biodiversidade, a implementação seja uma realidade efetiva. -----

----- Lutar para que a área para recreio se mantenha em um terço ocupado pelas áreas verdes de proteção garantidas assim o cariz do Parque Florestal Sustentável que abriga e protege as espécies arbóreas e animais existentes, tal como coelhos, perdizes e fuinhas dos juncos.-----

----- Implementar ações de sensibilização e promoção de iniciativas que fomentem o conhecimento do Parque e das suas valências, bem como experiências e atividades que criam uma ligação direta com o espaço verde. -----

----- Garantir por fim um sistema de videovigilância e segurança eficaz, quer das zonas verdes, quer de Segurança Pública, essencial para que as pessoas escolham Monsanto como uma opção segura e viável e, aliás, também queremos perguntar ao Senhor Vereador, uma questão que se colocou há uns tempos, foi-nos anunciado quer nas redes sociais, mas também teve um problema específico de uma escola pública na rede Camarária, que é a questão da Processionária do Pinheiro, temos recebido vários vídeos de Monsanto e queria saber o que é que tem sido feito e se a Câmara adotou as Recomendações quer da Direção-geral de Saúde quer do ICNF. Temos recebido fotografias, como disse de várias dezenas de ninhos que proliferam em Monsanto e, portanto, importa a saber o que é que a Câmara tem feito, nós fizemos um requerimento há 3 semanas, que ainda não tivemos resposta.-----

----- Por fim no que respeita às Recomendações da 4ª Comissão, o CDS revê-se nelas e votará favoravelmente destacando a necessária discussão pública de propostas para concessões, cedências de usos ou medidas estratégicas para o Parque.-----

----- Por outro lado, importa garantir que o Parque Florestal de Monsanto, continue a ter uma gestão Municipal, feita pelos Serviços da Câmara, o que poderia estar em

causa se o Parque fosse afeto ao regime jurídico da Rede Nacional de Áreas Protegidas, pois que as áreas protegidas de interesse nacional são geridas pelo Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. -----

----- Em suma, Monsanto é caso único na Cidade e na Área Metropolitana que não se caia na tentação de querer colocar o Parque no patamar do Parque Urbano, como o da Alta de Lisboa ou o futuro Parque de Carnide, repito, Monsanto na sua rica diversidade tem de ser preservado, um Parque vivido e não um Parque invadido, a bem de um futuro sustentável para todos. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito boa tarde. Muito obrigada Senhora Presidente, Restantes Membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente e Senhores Vereadores, Senhores Jornalistas e Público presente. -----

----- No passado 31 de março de 2016 realizámos nesta Assembleia a 1ª Sessão deste Debate Temático sobre o Parque Florestal do Monsanto, uma iniciativa do Partido Ecologista “Os Verdes”, que saudámos então e que agradecemos novamente agora e que em muito contribuiu para os Trabalhos desta Assembleia e da sua Comissão Municipal Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida.-----

----- Desde a Sessão do Debate, a Comissão realizou também 2 visitas ao Parque com o intuito de verificar *in loco* medidas que foram aqui descritas ou anunciadas. Uma importante questão que muitas vezes foi mencionada foi evidentemente pela importância que tem a certificação obtida a 21 de março 2016, pela Gestão Florestal do Parque, pelo *Forest Stewardship Council*, é obviamente uma certificação mundial muitíssimo importante de conformidade ambiental, mas importa notar que há um reconhecimento que não é vitalício, é um reconhecimento de 5 anos, que é auditado, que é validado diariamente e que apenas será renovado, caso se mantenham as condições que foram criadas por este Executivo no trabalho que foi feito nos anos anteriores para a obtenção desta certificação. -----

----- Envolveu-se a comunidade científica, as entidades com interesse no Parque e o público em geral e essa deve ser uma preocupação desta Assembleia de que assim se mantenha o trabalho no sentido da continuação do reconhecimento desta certificação.

----- Do Debate e que aqui realizámos surge um conjunto de Recomendações importantes que hoje aqui votamos e que consideramos que sumarizam bem as preocupações comuns de todos com o Parque Florestal do Monsanto, é necessário cuidar este pulmão da Cidade, mas evitar a todo o custo que haja atropelos à sua gestão, como aqueles que aconteceram no passado e que permitiram a construção do Pólo da Ajuda, da Radial de Benfica, da CRIL, do Hospital São Francisco Xavier, esta é a principal questão! Além desta todas as restantes Recomendações se resumem à Recomendação de boas práticas, muito importantes, à sinalização de oportunidades de melhoria e sobretudo a preocupação de que o Parque se mantenha ou aumento da sua área de proteção. -----

----- Foi aqui garantido então pelo Município e é também uma Recomendação da Comissão, reforçando essa intenção do Município que não haja uma redução do

Parque e, pelo contrário, essa área, a área de proteção possa ser aumentada como aconteceu nos últimos 2 anos com a cerca de 137 hectares, não se aumente a área construída pelo contrário sejam antes reabilitadas as construções que já existentes para as infraestruturas que possam ser necessárias e seja aumentada a área arborizada e se preserve de forma equilibrada e sustentável a mata através das necessárias substituições ou novas plantações. -----

----- É importante notar neste sentido que neste ano que passou já foram realizadas uma série de intervenções que vão ao encontro daquelas que são as Recomendações foram feitas pela Comissão, foram requalificados equipamentos dos Parques Recreativos do Alto da Serafina e do Alvito, foi concluída e já em maio passado tivemos oportunidade de verificar nas visitas a renaturalização da área da zona do antigo Aquaparque, constituindo, aliás, um aumento importante na área verde do Parque, foram prosseguidas as políticas de gestão que garantiram a certificação pelo *Forest Stewardship Council* e também constantes no Plano de Ação Local para a Biodiversidade foram mantidos executados novos trilhos e foi recuperado o viveiro da Quinta da Fonte e relativamente às concessões, é importante que este não seja um assunto tabu, importa não diabolizar de imediato, importa entender que não correspondem a uma delapidação ou uma alienação de património, não correspondem a uma fragmentação do Parque. Há assim uma estratégia que visa a recuperação do edificado já existente, sem nova construção e que, neste momento, nem sequer é e nunca foi de acesso público e na sua maioria está há muito abandonado ou degradado.-

----- É importante olhar para estas intervenções como formas de investimento no Parque, que podem devolver o uso a alguns espaços reabilitando-os e devolvendo os muitas vezes a dignidade que esses espaços merecem e a concessão não elimina a salvaguarda do Parque, a concessão não isenta os concessionários das auditorias para a gestão florestal, a concessão não os isenta das regras de proteção aplicáveis à gestão florestal e não eliminam uso público aqueles que são os equipamentos como os viveiros e as estufas que vão, aliás, ser reabilitados por via desta concessão. -----

----- Assim importa notar uma preocupação que atravessa todas estas questões aqui discutidas, o Parque Florestal de Monsanto deve continuar a ser um espaço de fruição, de turismo, de usufruto dos mais variados equipamentos que disponibiliza, mas contudo, não tem que ser também desígnio de todos os trabalhos no Parque a abertura ao público de um novo equipamento, o trabalho que é invisível de manutenção e de gestão florestal, o trabalho que é invisível de renaturalização de um espaço antes construído, o trabalho que é invisível e que não envolve qualquer novo espaço recreativo que possa ser aberto tem que ser esse assim a prioridade, e a qualidade do Parque só será completa se esse trabalho invisível e essas áreas que não estão também disponíveis ao público forem, existirem também e foram cultivadas dessa forma. -----

----- Por outro lado, claro, deve-se reabilitar o existente deve dar-se novos usos quando esses garantam a reabilitação e também quando garantam o seu uso que por si só é uma forma de não permitir a degradação e sim também disponibilizar alguns desses espaços, que estavam perdidos, para o público a Cidade, para que possamos viver o Parque. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte observação: -----

----- “Muito obrigado Senhores Deputados, vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em geral. -----

----- O PAN congratula-se com a apresentação a deste Relatório, congratula-se em primeiro lugar com a ideia do Debate Temático que “Os Verdes” tiveram e que trouxeram e que em boa altura foi feita a discussão e, no fundo, congratula-se com a unanimidade que foi possível atingir não só na 4ª Comissão, mas vê-se pelo espírito das várias intervenções que foi possível obter em todos os Grupos Municipais. As Recomendações que foram feitas na 4ª Comissão obviamente que terão a aprovação do PAN e a achamos que a sua extensão e os vários domínios em que tocam praticamente resolvem todas as questões que estão no ar, que estão na mente como preocupação de todos nós. -----

----- Eu salientaria também o desafio que foi lançado a pela Plataforma relativamente aos eventos académicos, achamos que é algo que deve ser tido em consideração, porque realmente não é uma atividade ambientalmente aceitável, todo o barulho que ali é feito nessas semanas, e de uma forma geral, congratulamo-nos com o trabalho desta Assembleia e, no fundo, damos os parabéns a todos os intervenientes neste processo. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte observação: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Eu daria agora a palavra ao Senhor Vereador Sá Fernandes, para dizer de sua justiça. Como quiser.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito boa-tarde Senhores Deputados, Caros Colegas. -----

----- Também eu me congratulo muito com este Debate que houve aqui na Assembleia Municipal, no fundo esta é a Casa da Democracia de Lisboa e, portanto, esta iniciativa foi muito produtiva, mas o tempo que ela demorou permitiu também prevermos e analisarmos aquilo que a Câmara tem feito, porque se, de facto, este Debate e esta discussão demorou 2 anos, ao longo destes 2 anos a Câmaras tem quase como convergência de interesses seguido as Recomendações que hoje vão aqui ser votadas, se formos analisar as Recomendações que estão aqui a ser discutidas, percebemos que a Câmara já está a ir neste caminho e, portanto, isso é um bom sinal de que as Recomendações vão sentir da parte da Câmara a respetiva receptividade. -----

----- Quando a Recomendação diz prosseguir uma política de gestão que reconhece e valoriza as vivências sociais, culturais e ambientais, é exatamente isso, queremos prosseguir isso e é nesse sentido que estamos a atualizar o Plano de Gestão Florestal,

fizemos o Plano de Biodiversidade e no fundo fomos certificados, exatamente pela boa gestão dessa prática e, portanto, prosseguir este trabalho, que é uma das Recomendações, a Câmara está a fazê-lo e vai continuar a fazer o que me satisfaz. -----

----- Ouvir parceiros, com certeza, que temos ouvido e em alguns casos concretos até temos concretizado com a Junta da Freguesia de São Domingos de Benfica, um protocolo, para um determinada área de Monsanto com a Junta de Freguesia de Benfica, outra parte do denominado rádio modelismo, no fundo para tentarmos, temos mais atores em Monsanto e diversificarmos as atividades no espírito daquilo que deve ser esta mata classificada. -----

----- Como vos disse as Recomendações já estão a ser no fundo, prosseguidas pela Câmara, veja-se aquilo que se refere na ligação do Rio Seco a Monsanto, vamos provavelmente em março inaugurar esse Corredor Verde que vai de Monsanto pelo Rio Seco, já apresentámos os projetos do Vale de Alcântara e, portanto, a ligação de Monsanto ao Vale de Alcântara também vai ser uma realidade, uns já estão em concurso outros estão à beira de ser lançados os concursos para o Vale de Alcântara e, portanto, essa também é uma maneira de mostrarmos que estes 2 anos serviram, de facto, para ouvirmos e para interpretarmos as vontades das várias partes, mas também para as pessoas perceberem que a Câmara a está a trabalhar exatamente nesse sentido.-

----- A área de Monsanto não está a ser reduzida, pelo contrário está a ser aumentada, foi aqui, aliás, referido pela Deputada Sofia Cordeiro, o caso do Aquaparque, que foi uma visita dos Deputados, está a reutilização feita, está neste momento a ser instalado um Parque infantil e, portanto, é parte do Parque, será a que teve este efeito positivo e é evidente que poderemos fazer mais, já o tínhamos dito, junto do Governo tentar ganhar mais áreas para o Parque que, neste momento, estão dos desafetadas do mesmo. -----

----- E como eu disse os próprios equipamentos que temo-los feito com mesmo solução, veja-se o caso da Quinta da Fonte ao longo destes últimos anos, ou destes 2 anos, enquanto houve aqui esta discussão, a Quinta da Fonte foi toda arranjada, quer os sítios dos trabalhadores, quer o viveiro, quer uma nova atividade no local e, portanto, um sítio que vale a pena ir visitar. Os próprios trilhos já arranjaram nestes últimos meses, 24 quilómetros de trilhos com pavimento instalado, 2714 metros de guardas de proteção, incluindo o percurso de acesso a Alcântara e ao Corredor Verde do Rio Seco, portanto, estamos a trabalhar neste sentido, o resto dos trilhos estão neste momento em concurso, a fase de adjudicação para eles ficarem todos arranjados este ano. -----

----- Como já disse a Deputada Sofia Cordeiro, uma das Recomendações são de arranjar o Parque de Alvito, já esteja arranjado e o da Serafina também e um dos sítios que foi alvo de concessão, que vinha de trás, também na Serafina vai começar a obra próxima segunda-feira.-----

----- Mais importante, talvez por tudo isto é a manutenção da Mata ao abrigo da gestão que foi certificada e do Plano de Biodiversidade, houve 118 hectares nos últimos 6 meses foram desramados, 217 hectares de corte e erradicação de exóticas, este é um trabalho, absolutamente, essencial para a boa gestão de Monsanto.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte observação: -----

----- “ Senhor Vereador terminou o seu tempo, os Independentes cedem tempo, em todo o caso eu pedia-lhe para ser sintético.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “ Sim, muito sintético. -----

----- Temos as acalmias de tráfego só à espera que o empréstimo do BEI seja aprovado o concurso de acalmias de tráfego, no Campo de Tiro já fizemos uma limpeza seletiva de chumbo e, neste momento, estamos a analisar o projeto de arquitetura para a demolição de uma série de edificado que existe ali, é uma boa notícia para Monsanto haver demolições em Monsanto e para a recuperação do restaurante que lá existia. -----

----- Termino esta intervenção com uma, com duas coisas, uma tem a ver com uma das Recomendações, tem a ver com a videovigilância, espero que em maio a videovigilância para incêndios seja bastante alargada e que esteja a ser mais eficaz; e em relação à Quinta da Pimenteira as primeiras obras que vão ser feitas no local são precisamente a recuperação das estufas e a dos balneários para os funcionários. -----

----- Nunca foi um espaço público aquilo na Pimenteira, mas vai voltar, vai poder ser aberto ao público uma grande parte e a vão ter muito melhores instalações os nossos trabalhadores. -----

----- Termino com uma boa notícia face àquilo que tinha sido aqui dito, um dos grandes projetos do Plano de Drenagem são duas a céu aberto de retenção de águas, uma que vai ser adjudicada agora para o Vale da Ameixoeira e outra para o Rio Seco, essa bacia localiza-se precisamente no local onde se faziam as festas dos estudantes da zona e, portanto, posso-vos dizer que este ano não vai haver festas de estudantes no sítio que tinha sido habitual e, portanto, não só por causa desta intervenção, mas também porque foi assim decidido que a festa se irá localizar noutra sítio. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte observação: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, agora sim, dar a palavra ao Partido preponente do Debate, a Senhora Deputada Cláudia Madeira novamente para a intervenção final.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigada Senhora Presidente. Nesta conclusão deste Debate Temático “Os Verdes” queriam dizer que este Debate sobre o Parque Florestal de Monsanto foi mais uma etapa na nossa intervenção em defesa de Monsanto, que não se esgota aqui porque continuaremos a defender intransigentemente este Parque. -----

----- É também nesse sentido que propomos a criação da Área Protegida de Monsanto, porque é preciso fazer mais por este parque e é necessário proteger um espaço sobre o qual a falta de sensatez poderá levar à sua destruição. -----

----- Têm-se somado ao longo dos anos os atentados a este Parque. Podemos dar o exemplo do Campo de Tiro a Chumbo, a subestação da REN, a tentativa de concessão a privados de viveiros e de um conjunto de outros espaços. Até a Feira Popular e um hipódromo foram equacionados ir para Monsanto!-----

----- É preciso garantir que este espaço está ao serviço dos cidadãos e que não é um espaço que possa ser vendido a retalho por um Executivo que, transitivamente, detém os destinos da Cidade.-----

----- Reafirmamos, por isso, que o Parque Florestal de Monsanto é um privilégio para a Cidade de Lisboa e para a Área Metropolitana de Lisboa e nunca poderá ser uma fonte de negócio. Esta é uma ideia que Os Verdes recusam firmemente. -----

----- Dizer também dizer que Os Verdes não diabolizam todas as propostas para Monsanto, há propostas com as quais concordamos, concordamos inclusivamente com a reabilitação dos espaços, mas não com a privatização que a Câmara Municipal de Lisboa quer fazer. -----

----- Queremos também ainda salientar que as recomendações agora apresentadas, e que pelos vistos terão a concordância por parte do Executivo e muito concretamente por parte do Senhor Vereador, já foram apresentadas várias vezes pelos Verdes aqui nesta Assembleia Municipal, foram aprovadas a maior parte delas aprovadas por unanimidade, mas depois faltava o essencial, que era concretizá-las. Esperemos que um dos objetivos deste Debate seja para que a Câmara Municipal de Lisboa finalmente concretize as várias propostas que aqui foram apresentadas e aprovadas pelos Verdes ao longo dos anos e que constam agora deste Relatório, porque pelos vistos todos concordam com estas Recomendações, falta agora que o Executivo as concretize, esperamos que seja agora e até já é tarde. -----

----- Queria também deixar aqui em jeito de conclusão, porque foi também uma situação que sempre defendemos e que apresentámos esta Proposta e que consideramos que é imprescindível que a Câmara Municipal de Lisboa ouça e tenha em consideração as opiniões dos cidadãos e das organizações, que se têm mostrado disponíveis para trabalhar em conjunto com a Câmara e parece-nos aceitável que até agora a Câmara Municipal de Lisboa não o tenha feito e tenha trabalhado de costas voltadas para os cidadãos e para estas organizações. -----

----- Depois também dizer que mais uma vez lamentamos que o discurso do Senhor Vereador e a atitude com que se dirige a esta Assembleia Municipal, seja sempre no sentido de uma falta de atenção, parece que não dá atenção ao que “Os Verdes” dizem, ao que “Os Verdes” perguntam e mais uma vez o Senhor Vereador resume a situação de Monsanto como se estivesse tudo feito, vai tudo ser feito, está tudo bem, mas o Senhor Vereador sabe bem que não é assim, daí as várias denúncias ao longo dos anos que os Verdes têm apresentado nesta Assembleia publicamente sobre o que se passa no Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Para terminar dizer que nos congratulamos com estas Recomendações, esperamos que sejam aprovadas e preferencialmente por unanimidade e que com um caráter de urgência desta vez sejam mesmo concretizadas. -----

----- Da parte dos Verdes continuaremos a acompanhar esta situação e sempre que surja uma nova situação que mereça denúncia por parte dos Verdes cá estaremos. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, chegámos ao fim da discussão do Relatório Final do Debate Temático e da respetiva Recomendação, recordo que ficou assente que as intervenções que foram feitas no Período de Aberto ao Público desta sessão são extraídas da gravação pelos Serviços e são anexadas a este Relatório, é um anexo novo e vamos agora para a vossa consideração a Recomendação que recolhe as Recomendações do Relatório, é a Recomendação 1/132, apresentada pela 4ª. Comissão Permanente sobre o Parque Florestal de Monsanto.-----

----- Agora tenho que pedir aos Senhores Deputados muita atenção porque vamos votar. -----

----- Senhor Deputado Victor Gonçalves, tenha paciência tem que se sentar porque vamos votar. Está um Senhor Deputado a chegar ainda.-----

----- Vamos pôr então à votação a **Recomendação 1/132**. Não há votos contra e nem abstenções. Foi aprovada **por unanimidade e aclamação**.-----

----- Eu proponho aclamação porque realmente isto demorou mas chegou-se aqui com o trabalho de todos e naturalmente faço minhas as palavras de Senhora Deputada Cláudia Madeira, agora o que é preciso é que seja executada.-----

----- Vamos então prosseguir os nossos Trabalhos e entramos agora num bloco dos nossos Trabalhos que têm a ver com duas Petições, a Petição 13 e a Petição 20.-----

----- Quanto à segunda Petição, a Petição 20, os Peticionários informaram que não querem intervir; mas quanto à primeira Petição, que é a Petição 13 os peticionários estão representados pelo Senhor Rafael Pinto Borges, que vai usar da palavra, portanto, eu pedia aos Serviços que o fizessem chegar à tribuna.”-----

----- **Ponto 3 - PETIÇÃO N.º. 13/2016 (APRESENTADA PELO SENHOR RAFAEL PINTO BORGES EM REPRESENTAÇÃO DE UM GRUPO DE CIDADÃOS) - APRECIACÃO DA PETIÇÃO 13/2016 – PELA PRESERVAÇÃO DOS BRASÕES DO IMPÉRIO, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85.º. DO REGIMENTO;**-----

----- **PARECER DA 4ª. E DA 7ª. COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO 02/132 (4ª E 7ª. CP) SOBRE A PETIÇÃO 13/2016.**-----

----- (A Petição n.º. 13/2016 foi anexada à presente Ata como Anexo V e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer conjunto da 4ª. e 7ª. CP, foi anexado à presente Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 02/132 (4ª e 7ª CP) foi anexada à presente Ata como Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Rafael Pinto Borges tem 10 minutos, representa 1896 subscritores desta Petição cujo assunto é a Preservação dos Brasões do Império, muitas vezes aqui já discutido na Assembleia Municipal e vamos ouvir então o Representante dos Peticionários. Se faz favor.”-----

----- **O Representante dos Peticionários Senhor Rafael Pinto Borges**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. Cumprimento igualmente com muita satisfação todos os presentes, particularmente os elementos da Vereação assim como a os Senhores Deputados e Cidadãos presentes nesta sala. -----

----- Eu apresento esta Petição com uma satisfação particular, uma vez que conseguimos o resultado que creio ser extraordinário de ter um multiplicado por 10 vezes aquele que era o objetivo mínimo para que um Diploma para que uma Proposta apresentada por Cidadãos, portanto, proveniente da Cidadania chegasse a esta Assembleia Municipal e a verdade é que a mobilização popular e cidadã à volta desta causa foi realmente muito grande, porque creio que a importância que ela tem para a Cidadania é a maior e a causa em questão não é unicamente, não tem unicamente que ver com os brasões floridos em si, tem mais profundamente que ver com a o que eles representam e o que eles representam é, na verdade a própria Portugalidade, é o Mundo Português, é uma globalização portuguesa que conseguimos construir ao longo de muitos séculos e que julgo eu é talvez a mais impressionante, a mais imponente, a mais bela obra coletiva da história de Portugal. -----

----- E Senhores Deputados, essa obra que temos representada nos brasões floridos da Praça do Império é fator de unidade em Portugal, em Lisboa e na totalidade do Mundo Português, se haverá quem imagine que noutros espaços da portugalidade do mundo lusófono, essa herança, esse património partilhado construído por povos, as proveniências de todos os Continentes e todas as raças e de todas as religiões é fator de controvérsia ou de infelicidade ou de vexame ou de vergonha, parece-me que esse essa presunção será facilmente posta em causa pelos factos, a verdade é que se olharmos para o Brasil vemos o gosto com que são mantidas, com que é mantido melhor património da Era Portuguesa, não haverá Igreja brasileira oitocentista ou anterior, onde não se vejam uma as Armas de Portugal no mais impecável estado. Se olharmos para Bissau veremos facilmente também o Monumento lá erigido aos Descobrimentos, um monumento julgo eu dos anos 50, que as novas autoridades decidiram evidentemente preservar e manter na melhor condição. Se olharmos para Cabo Verde, para Angola, para Moçambique veremos exatamente a mesma situação, se olharmos ainda para Macau veremos preservada a Calçada Portuguesa e, por fim, se pensarmos como deveremos fazer em Timor lembrar-nos-emos seguramente da magnífica demonstração onde carinho e unidade e proximidade a Portugal que foi recentemente a inauguração de um Monumento àquilo que os Timorenses dizem ter sido o encontro com Portugal, o encontro com Portugal e, por isso se tantos povos o fazem, se tantas Nações hoje independentes mantêm orgulho na sua história partilhada com Portugal, não pode haver argumento razoável, creio eu, para que Lisboa não o faça igualmente. -----

----- A verdade Senhores Deputados é que este tema é realmente nacional, aliás, é realmente internacional, porque une povos e une também gente de diferentes quadrantes políticos.-----

----- A nossa Petição que foi como dizia subscrita por um ou por um número de cidadãos 10 vezes superior ao requerido, une indivíduos da direita à esquerda, dos maiores ou dos mais diversos ofícios, representativa de todas as áreas da sociedade portuguesa e não apenas portuguesa. -----

----- Eu recordo inclusivamente que um ex-Presidente da República Democrática de Timor Leste só por não desejar intervir diretamente nos assuntos internos de Portugal se recusou a assinar também a Petição, é realmente uma causa internacional. -----

----- Ora o que se pede da Assembleia Municipal, creio eu, é em ano de eleições, em tempo naturalmente dado à divisão e ao debate, que se produza uma prova de unidade e de concertação, dizíamos que esta não é uma causa nem de direita nem de esquerda e, de facto, não é! -----

----- Não é uma causa de qualquer quadrante social e, de facto, não é, não é uma causa de um povo contra o outro e facto, não é, é uma causa de todos os Povos da Portugalidade e seria particularmente bonito que, nesta circunstância, como eu dizia, divisiva nesta circunstância de Debate profundo, Lisboa representada na sua Assembleia Municipal desejasse dar prova de orgulhar-se de si própria, de orgulhar-se do seu passado e a sua identidade profunda, enquanto Cidade global e aberta e orgulhosa ainda da sua, de ter sido uma Cidade pioneira enquanto forjadora de uma globalização portuguesa.-----

----- É o que se pede à Assembleia Municipal de Lisboa, é o que eu peço em nome pessoal e é o que pedem particularmente os Signatários da Petição que aqui trazemos. Muitíssimo obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Rafael Pinto Borges pela sua intervenção e vamos agora proceder então à discussão do Relatório apresentado pela 4ª e 7ª Comissões Permanentes e da Recomendação que lhes está associada. -----

----- O Relator é o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves. O Relatório foi aprovado, salvo erro por maioria, creio que é isso. O assunto foi bastante discutido e vamos então ver o que o Senhor Deputado tem para nos dizer.-----

----- Eu tenho que informar que nesta matéria, a Senhora Presidente da 7ª Comissão pediu escusa, uma vez que foi Presidente do Júri que decidiu sobre esta matéria anteriormente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Relator, Pedro Delgado Alves (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, efetivamente na abordagem nas várias diligências realizadas para apreciação da Petição nº. 13 as duas Comissões, a 4ª e 7ª Comissão procuraram de forma o mais exaustiva possível não só auscultar proximamente os Peticionários como também recolher todos os elementos relativos ao processo que deu origem, no fundo, a

requalificação do Jardim da Praça do Império, o processo que foi iniciado com um concurso de ideias com vista à definição de um projeto que requalificasse e retomasse também alguns traços originários daquele que foi o projeto Cottinelli Telmo, para aquele local e também abordar concretamente a matéria que era diretamente questionada, nomeadamente a matéria dos Brasões na sua dupla dimensão, parece-nos que os Peticionários solicitam à Assembleia Municipal e penso que também ficou particularmente claro da exposição agora feita pelos Peticionários versa sobre o conteúdo simbólico que está associado aos Brasões que é um aspeto relevante, aliás, a os Brasões Florais enquanto tais têm uma dupla componente foi analisada pela Comissão, quer esta componente simbólica e eventualmente e citava os Peticionários de retratar traços de Portugalidade, citando mais uma vez dito, sublinho os Peticionários, mas também a dimensão dos próprios arranjos florais enquanto manifestação de mosaico cultura e enquanto tal, eventualmente merecedora de uma atenção especial no contexto da reconfiguração e da conservação da Praça. -----

----- Portanto, essencialmente foram estas as preocupações que foram espelhadas no Parecer e foi isso que se procurou apurar, efetivamente de audição dos Peticionários podemos sublinhar esta iniciativa da Associação Nova Portugalidade, que para o procurava a e realçou na que na Comissão a importância do forte simbolismo dos Brasões cuja preservação se peticiona, associamos à história nacional enquanto símbolos de uma aventura bonita e atendendo também, aquilo que foi sublinhado por um dos Peticionários como sendo identitária e atendendo ao significado subjacente a toda a Praça do Império e aos seus espaços subjacentes, portanto, e também nas palavras de um dos Peticionários em Comissão os Brasões traduziriam uma herança muito positiva da História Ultramarina Portuguesa e realçam que o seu atual estado de degradação dos Brasões Florais não deveria ser razão suficiente para o seu desaparecimento, e que sugeriam também no contexto dessa audição que se não fosse possível a conservação dos Brasões Florais, como atualmente existem, que pudesse ser ponderada a perpetuação da sua memória histórica, mais uma vez citando o que foi dito, através da reprodução dos Brasões na Calçada da Praça do Império.-----

----- E portanto e concluindo, também não quero repetir o que os Peticionários também disseram, mas é importante também que fique claro que o que nos é pedido a esta Assembleia Municipal, foi sublinhado também por um dos Peticionários que os Brasões constituem um conjunto simples das vitórias sentimentais do Povo Português assumindo forma Patriótica, o significado de uma globalização portuguesa.-----

----- Portanto, eu penso que fica particularmente claro aquilo que nos é pedido e aquilo que nos é pedido é que olhemos para aquilo que se pretende aqui preservar, para os Brasões e para o seu conteúdo simbólico como um aspeto que é pedido a esta Assembleia Municipal.-----

----- A demais foi também feita a audição da Presidente do Júri do Concurso de Ideias, a Doutora Simonetta Luz Afonso, foram ouvidos também os representantes nessas tarefas, das duas Divisões Municipais relevantes, dos dois Departamentos Municipais relevantes, nomeadamente os Espaços Verdes e a Cultura, portanto, nomeadamente o Arquiteto Artur Madeira e a Arquiteta Ana Silva Dias que deram nota efetivamente no

decurso do procedimento, como decorreu a elaboração das peças e a apresentação de propostas, o que estava em cima da mesa e o que era valorizado no procedimento e acima de tudo a preocupação que esteve subjacente quer à análise e também às propostas apresentadas, nomeadamente à proposta vencedora, que e recuperação da estética inicial da Praça do Império de acordo com o projeto de Cottinelli Telmo.-----

----- Aquele espaço encontra-se numa zona central fundamental da Cidade de Lisboa, efetivamente, aquele espaço enquadra-se também historicamente e é necessário também compreender a sua origem num contexto histórico bastante determinado, mas também a forma como ele foi capaz de evoluir e se adaptar à vida da Cidade ao longo dos tempos e, por isso mesmo, também no quadro dos trabalhos da Comissão foi promovida a Audição da Direção-geral do Património Cultural para perceber efetivamente o que é que tinha sido objeto de classificação e o que é que se encontrava protegido naquele espaço, tendo sido também possível apurar e com todo o rigor determinar que as classificações existentes naquele local, algumas datando até de há bastante tempo, há mais de 100 anos, a primeira classificação é até anterior à República, depois confirmada logo em 1910, são as classificações que correspondem ao Mosteiro dos Jerónimos e à Torre de Belém na envolvente das quais se estabeleceu na década de 60 concretamente em 1960, uma zona especial de proteção, obviamente, visando assegurar que a envolvente de ambos os monumentos classificados é objeto de medidas que não descaracterizem e não descaraterizem, obviamente, a sua envolvente.

----- Contudo, não são elementos de classificação, não são elementos classificados nem os Brasões nem sequer o conjunto da própria Praça do Império que se encontra numa zona especial de proteção, obviamente limitado aquilo que se pode fazer, mas também não tão limitado como seria se efetivamente estivesse classificado, a Senhora Diretora-geral do Património sublinhou mesmo que não se trata de uma zona sujeita a servidões “non aedificandi” nem a qualquer tipo de intervenção castradora ou intensamente castradora do que se pode fazer, mas efetivamente pressupõe e pressuporá, como também ficou claro, a intervenção da DGPC quanto à autorização para a execução do projeto vencedor e, obviamente, ela terá lugar uma vez concluído e elaborado o projeto de execução.-----

----- Mesmo a classificação operada através da UNESCO quanto à valorização do espaço enquanto local inserido no Património da Humanidade, sendo certo que faz a classificação conjunta em simultâneo de ambos os monumentos, a Torre de Belém e o Mosteiro Jerónimos, e também refere e ressalta e realça, melhor dito, a zona de conservação entre ambos, mais uma vez também nenhum elemento de classificação visa a salvaguarda dos Brasões enquanto tal.-----

----- Portanto, dito isto o que se pretende é apenas a dar nota de que existe uma margem de liberdade e de autonomia decisória da parte dos Órgãos do Município de Lisboa para optar por proceder a uma reconfiguração da Praça do Império não se encontrando a mesma sujeita a classificações desta natureza que evitassem ou que pudessem impedir a concretização de um projeto como aquele que foi apresentado. ----

----- Dito isto importa então verificar aquilo que nos é solicitado é aquilo que, eventualmente desapareceria no projeto a executar, aquele que foi selecionado no

Concurso de Ideias e aqui chegamos efetivamente à matéria dos Brasões Florais que ali constam. -----

----- E quanto a isto eu diria que é necessário ter em conta quer o seu contexto quer também classificação do que tipo de elementos decorativos e de utilização e de colocação no espaço público que eles representam. -----

----- Em primeiro lugar trata-se de uma herança da exposição de floricultura da década de 60 que, por ocasião pouco depois da comemoração do centenário henriquino em 1960 ali foram colocadas e que não correspondem já àqueles elementos que hoje vai lá encontramos, independentemente do seu estado de degradação mesmo a matriz inicial da exposição floricultura foi já substituída e mais tarde por uma solução em arbustos que não corresponde à versão inicial que ali se encontrava e que essa sim era o espelho da mosaico cultura tradicional e que foi objeto de estudo e de apresentação no contexto da Exposição de 1960, e no contexto da Exposição de 1960 o que aconteceu foi a permanência daqueles elementos no local ao longo das décadas, sendo que, a partir de certa altura, efetivamente não só teve lugar a substituição das flores pelo arbusto como também a partir de certa altura os arbustos se foram degradando não sendo hoje efetivamente possível descortinar até em muitos casos a que o Brasão se alude quando se olha para um deles, ou seja, neste momento, Timor é relativamente indistinguível a nível do Minho e, portanto, de facto pode-se ir do Minho a Timor no Jardim do Império, que se calhar até estamos entre o Minho e Timor e que não conseguimos perceber, infelizmente, isto significa que os Brasões perderam a sua valia de mosaico cultura, essa já perderam quando foram substituídos por arbustos, mas hoje efetivamente mesmo os arranjos que ali se encontram estão longe de representar o valor patrimonial atendível pelo seu estado atual, mas também um valor patrimonial que volto a dizer, nunca chegou a ser classificado. -----

----- E por isto também parece que é importante sublinhar a bonita imagem e foi apresentada é efetivamente a imagem de 1960, a imagem da exposição de floricultura e se formos procurar o bilhete-postal ilustrado e muitos outros ao longo das décadas, não voltamos a encontrar uma qualidade de trabalho daqueles, porque aquele foi um trabalho feito de filigrana e de paciência, no momento da duração da exposição, e que efetivamente depois não voltou a ter tradução. -----

----- Isto apenas para dar nota muito brevemente de dois elementos que parecem relevantes para análise da Petição para que o país e acabámos por apresentar como Recomendações. -----

----- Em primeiro lugar, trata-se de uma manifestação por excelência de arte efémera, trata-se de uma e colocação no espaço público e uma realidade que não tem caráter perene que, mesmo em termos de valia de classificação não traduz efetivamente o traço de originalidade ou de singularidade ou sequer de identificação de um trabalho artístico de distinção face a outros, aliás, estamos a falar de reproduções integrais dos brasões dos distritos e dos brasões das então províncias ultramarinas, portanto, não há trabalho criativo que também represente uma mais-valia artística, nesse sentido merecedora, eventualmente, de uma a especial atenção e de alguma maneira é de convocar para aqui a discussão em torno que é arte efémera e a forma como a arte

efémera se preserva, felizmente a Cidade de Lisboa é hoje uma das maiores galerias de arte urbana céu a céu aberto e hoje encontramos muitos exemplos pela Cidade fora de manifestações de arte urbana que sendo arte efémera a sua conservação se faz através do registo fotográfico, através do registo em vídeo, através da memória que fica da presença destes elementos de arte urbana, mas que não pressupõe a sua conservação permanente e perene como se fossem elementos de arte definitiva, que efetivamente o não são. -----

----- Portanto, parece também esta característica não pode ser desatendida nas discussões que tivermos nesta matéria da preservação dos elementos, mas depois e acho que não devemos fugir ao assunto e é isso que os Peticionário dos predem, acho que nós devemos responder da forma mais franca e democrática possível, os peticionários pedem-nos a conservação de Brasões, em particular, até enfatizaram e hoje até o voltaram a fazer, a conservação dos Brasões que correspondem à tal ideia de Portugalidade e do Mundo Português, a questão dos Brasões dos Distritos aparentemente não é uma questão fundamental, não foi essa foi enfatizada, e a questão em enfatizada sempre nas audições na própria Petição e hoje naquilo que podemos ouvir foi efetivamente esta ideia do Mundo Português e da Portugalidade que estaria subjacente aos Brasões das Províncias Ultramarinas. -----

----- Ora bem, então sendo este um espaço que se quer espalhar no espaço público, sendo estes os símbolos que a Cidade quer ter ou não o espaço público, então esta Assembleia Municipal pode e deve pronunciar-se sobre estes mesmos espaços, sobre estes mesmos símbolos e saber se estes são os símbolos que uma Cidade aberta ao mundo cosmopolita democrática e tolerante que é utilizar como aqueles que são o seu postal, aqui mais de maneira mais evidente, é mesmo o seu postal de visita, se são estes os Brasões queremos ter na Praça do Império ou num espaço público da Cidade de Lisboa, especialmente tendo em conta que são arte efémera. -----

----- Para que isso seja claro que não esqueçamos que estamos perante elementos que correspondem aos Brasões das Províncias Ultramarinas e Brasões esses que foram aprovados por Portaria, de 8 maio de 1935, a Portaria 8098, portanto, não se trata em muitos dos casos de Brasões com ampla, enfim, enraizamento histórico, portanto são relativamente recentes e particularmente datados do período do Estado Novo e particularmente datados sob a designação, então de Armas das Colónias que nos termos da Constituição e do ato colonial formam o Império Colonial Português, sendo enfatizado no preâmbulo da referida Portaria que o relevo para a sua caracterização simbólica, não é despidiendo afirmar-se com clareza o propósito da sua fixação, e diz-se mesmo nesta Portaria que devem ser formados ou emblemas de há muito usados, quando bem ordenados e por elementos históricos que relembrem facilmente e de modo impressivo a época ou as condições em que foram descobertos, conquistados e ocupados pelos Portugueses. -----

----- Efetivamente o que se trata é dos Brasões que salvaguardam a memória do Império Colonial Português e a Assembleia Municipal de Lisboa parece aos Deputados que votaram maioritariamente as Recomendações, não parece adequado que no século XXI, em 2017, sendo que a nossa Constituição expressamente, rechaça

e recusa o Colonialismo e o Imperialismo seu artigo 7º, que a Assembleia Municipal de Lisboa e o Município de Lisboa se associe aos valores que espelham a exploração colonial e que aqueles valores que com o que o direito que lhes assiste que os Peticionários entendem como sendo representativos do Mundo Português parece àqueles Deputados que a votaram favoravelmente as Recomendações que esse Mundo Português não existe, o Mundo Português circunscreve-se nas fronteiras de Portugal, o comum da Língua Portuguesa é outra coisa hoje temos o Mundo Angolano, o Mundo Moçambicano, o Mundo Cabo-Verdiano, o Mundo Santomense, o Mundo Macaense o Mundo Timorense de todos aqueles locais onde se fale a língua portuguesa, nenhum deles em nenhum deles devemos impor de forma autoritária e como se ainda fosse os detentores de alguma de alguma sobrançeria a colonialista a nossa visão da história e nesse sentido... -----

----- Senhoras e Senhores Deputados a história, não é escusado! Não é escusado Senhoras e Senhores Deputados, é o objeto, é objeto da Petição que nos é colocado, eu com toda a atenção a todos os ouvi e com todo com todo o espírito democrático faremos este Debate Democrático. -----

----- Eu acho que os Senhores Deputados...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhores Deputados, já deixaram os vossos desabafos, vamos Continuar a ouvir o Relator. -----

----- Senhores Deputados, façam silêncio por favor. -----

----- Senhor Deputado, eu peço desculpa, os Senhores Deputados pedem a palavra e falam no microfone, já deram o vosso desabafo, já ouvimos, agora vamos continuar a ouvir o Relator. Os Senhores Deputados inscrevem-se e falam... -----

----- Desculpem, se querem continuar a ouvir então eu calo-me já e dou a palavra ao Senhor Relator. -----

----- Senhores Deputados, o que é que os Senhores Deputados querem que eu faça? O Senhor Deputado está no uso da palavra a apresentar o Relatório, os Relatores têm toda a liberdade de apresentar o Relatório! Oh Senhores Deputados, desculpem mas é a Presidente da Assembleia que está a usar da palavra! Façam o favor de respeitar a Mesa! Façam o favor de respeitar a Mesa, é o mínimo! É o mínimo, o Senhor Deputado Relator está a apresentar o Relatório! Os Senhores Deputados entendem que ele está a extravasar o âmbito dos Relatório dirão isso na vossa intervenção! A Mesa não costuma pedir aos Senhores Deputados Relatores para não falarem, os Senhores Deputados Relatores até nem têm tempo em termos Regimentais, portanto, eu vou pedir ao Senhor Deputado Pedro Delgado Alves que conclua a apresentação do Relatório, que toda a gente viu e vamos a seguir democraticamente depois todos exprimirem as suas posições, que é o que é razoável e sensato nesta matéria. -----

----- Portanto, peço-lhe que conclua Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Relator, Pedro Delgado Alves (PS)**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Sublinhava que as Recomendações que aqui apresento são aquelas que resultar da votação maioritária na Comissão, que resultaram do Debate que tivemos na Comissão e todas estas questões foram tidas na Comissão especialmente por respeito aos Peticionários porque os Peticionários são particularmente claros na petição, na intervenção que aqui fizeram há minutos, há minutos, Senhores Deputados na comunicação fizeram na Petição, que o que pretendem preservar o conteúdo simbólico para a Portugalidade daqueles Brasões, ora esta Assembleia Municipal tem o dever de analisar qual é o conteúdo simbólico daqueles Brasões, opinar sobre eles e depois decidir se acha que eles representam ou não aquilo que deve estar no espaço público da Cidade de Lisboa, isso não se confunde, isso também fica tão claro no que está a constar do Relatório, isso não se confunde com apagar da história, isso significa olhar a história de frente e ser capaz de reconhecer aquilo que queremos valorizar, como exemplo, para as gerações vindouras e aquilo que queremos valorizar como um não exemplo para as gerações vindouras, através do enquadramento historiográfico, com enquadramento científico, com enquadramento académico que, aliás, as próprias as próprias Recomendações da Petição sugerem que se façam no túnel de acesso ao Monumento ao Padrão dos Descobrimentos, porque longe de querer esquecer o que ali se encontrou os Brasões que ali estiveram o contexto da exposição do Mundo Português, o contexto de utilização daquele espaço para propaganda do Estado Novo, todos estes elementos devem e podem ser adequadamente espelhados e do conhecimento de todas as pessoas que visitam aquele espaço para que percebam interiorizou uma zona absolutamente fundamental para a história portuguesa uma da associava o período da expansão, uma zona associada ao seu desenvolvimento, mas que deve e pode ser enquadrada historiograficamente, o que volto a dizê-lo, não se confunde em momento, algum com aquilo que é a escolha que esta Assembleia Municipal e este Município faz de quais os valores que entende que melhor representam os seus cidadãos, eu estou seguro e penso que com ele comigo estiveram também os Senhores Deputados da Comissão que votaram favoravelmente estas Recomendações, que os Munícipes de Lisboa, aqueles que, enfim, de origem dos países que aqui surgem como referidos como exemplo do Mundo Português e que já não são que o deixaram ser, porque ilegitimamente o foram, discussão que podemos ter num contexto que não este, que é outro daqui, mas aqui efetivamente é aquilo que nos é pedido, esses seguramente não se veriam refletidos se hoje em 2017 o Município optasse por recuperar elementos históricos para colocá-los não como um símbolo de algo e não como elemento de valorização histórica.-----

----- Dito isto aquilo que a Comissão procurou fazer foi ter todos estes elementos em conta nas Recomendações que formulou e as Recomendações que formula são de diverso teor. Em primeiro lugar a que se implementem as Recomendações do Júri do Concurso para que estas possam também ser tidas em conta pela Câmara Municipal, nomeadamente aquelas que apontavam para a articulação com outros espaços verdes nas imediações, o Jardim Vasco da Gama, a Praça Afonso de Albuquerque ou o Jardim Botânico Tropical.-----

----- Por outro lado, que sejam valorizados na fase seguinte, obviamente, os vários interessados, nomeadamente a Junta de Freguesia de Belém, que de forma muito construtiva sempre participou neste processo, até sugeriu várias soluções de compromisso eventualmente, umas aceites e outras não, mas que sempre fez parte do diálogo democrático entre todos os que estavam interessados na análise do tema, que seja assegurada, obviamente, é uma Recomendação um bocadinho redundante, mas que seja assegurada também a intervenção da Direção-Geral do Património na fase seguinte, nomeadamente para apreciação da compatibilidade do projeto, com aquilo que deverá ser também a classificação das duas zonas envolventes e que a Câmara também procure verificar até que ponto é que, tendo em conta que a mosaico cultura é um valor a atender e o valor que pode ser recuperado e que, nalguns pontos da Cidade de Lisboa tem vindo a ser recuperado, mas também deixava aqui um elemento que foi discutido também na Comissão, que tem a ver com a sua adequação num contexto climatérico e no contexto de conservação do espaço público, quer quanto à eficiência ambiental quer quanto à eficiência nos recursos aquíferos que são utilizados para esta conservação, por alguma razão a mosaico cultura é popular nos Países do Norte da Europa, porque efetivamente goza de uma condição de conservação dos elementos florais que aí são utilizados que nós não temos capacidade de manter e que também esteve na origem da substituição dos mosaicos florais por arbustos e posteriormente, pela sua degradação, porque efetivamente não é comparável com uma manutenção adequada sustentável para o espaço público, mas ainda assim recomenda-se ao Município que pondera com as Escolas de Jardineiros a possibilidade de valorizar nalguns locais a mosaico cultura e não necessariamente naquele espaço, na envolvente, ponderando, e aqui sim, explicitamente sublinhando, e aqui a Comissão fez questão de sublinhar, ponderando a recriação dos Brasões alusivos aos Distritos e às Ordens Militares num contexto espaço verde, portanto, não os Brasões relativos aos às antigas províncias ultramarinas. -----

----- Finalmente que a Câmara acautele também a preservação da memória e a história do local, cá estamos, através da implementação do percurso interpretativo do mesmo no túnel de acesso ao Padrão dos Descobrimentos em comparticipação com Instituições do Ensino Superior, com o Gabinete de Estudos Olissiponenses e outras entidades que assegurem a qualidade científica da intervenção em coordenação com sinalética adequada no Jardim espelhando a evolução do local em vários momentos chave, nomeadamente da monumentalização da zona no período das descobertas, na relação do Rio nos séculos seguintes, na requalificação de toda a zona aquando da edificação da Praça do Império, no contexto da exposição do Mundo Português e também mais recentemente, aquando da construção do Centro Cultural de Belém e da requalificação do espaço, dando também nota nesse processo daquelas que foram as vivências efémeras que naquele local se foram verificando, entre outras a Exposição de Floricultura aquando das Comemorações Henriquinas, outras iniciativas que ali se desenvolvem com alguma regularidade porque aquele é efetivamente e estaremos, penso eu, que todos de acordo, porque aquele é um espaço de memória fundamental para a história da Cidade de Lisboa, mas precisamente por ser um espaço de memória,

devem aqueles que hoje têm responsabilidade de conservar essa memória e de valorizar simbolicamente aquilo que queremos espalhar e os valores que queremos espalhar ser criteriosos na escolha da simbologia que colocamos no espaço público. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, está feita a apresentação do Relatório da Recomendação e agora vamos dar a palavra aos Senhores Deputados, para se exprimirem, como sempre. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, esta questão vai mais longe e mais fundo e tem a ver com aquilo que o anterior Governo, através de António Lamas na Presidência da Administração do Centro Cultural de Belém queria alterar a Praça do Império e aí a Câmara foi interpelada pelo PCP nesta Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara disse que estava em desacordo, que a Câmara estava em desacordo com que então se chamava Distrito Cultural de Belém. -----

----- O Presidente da Câmara estava em desacordo, porque a Câmara Municipal nessa construção do Distrito figurava apenas do Conselho Consultivo tal como a Junta de freguesia e, portanto, queria ter uma intervenção maior. -----

----- Agora está posta de novo e desta forma a questão daquela zona e da hipótese de um outro Distrito que se começa adivinhar, na questão de mais projetos turísticos e de um hotel no Centro Cultural de Belém, que já está anunciado pelo atual Presidente do Conselho Administração com tudo isto onde é que iremos parar? -----

----- Quanto a esta Petição em primeiro lugar, é necessário desmistificar o argumento aduzidos pelos Peticionários, os Brasões em redor da Fonte Luminosa não são os Brasões das Colónias do Império. Apenas 4 num total de 30 representam efetivamente os símbolos coloniais, todos os outros são Brasões de Cidades e Vilas Portuguesas e de antigas Ordens de Cavalaria que rigorosamente não têm nada a ver com as Colónias. -----

----- Quanto a nós, os 4 Brasões Coloniais, os Colonialistas poderão ser considerados para retirar por termos acabado com a guerra colonial e por termos de respeitar a independência dos Países hoje livres.-----

----- Os Brasões foram desenhados em mosaico cultura nos canteiros envolventes à Fonte Luminosa, dependendo apenas da imaginação e habilidade de alguns dos jardineiros da época, as diferentes cores eram obtidas pelo talho conjunto de várias plantas com o bucho e a santolina. -----

----- Os motivos evocados para a sua retirada, degradação e quase desaparecimento não podem colher porquanto a solução para obras de arte degradadas não pode ser a sua destruição e sim, o seu restauro, tão pouco podem colher os argumentos dos Peticionários uma vez que não sendo nem determinante maioritários, os símbolos

coloniais não poderiam ser considerados o motivo da preconiza são da destruição do conjunto dos Brasões, além disso, seria bizarro que esse fosse o propósito, e fala-vos um homem que esteve na guerra colonial, esteve no Norte de Moçambique e que foi evacuado e esteve hospitalizado durante 6 meses em Lisboa, e sei bem do que foi a luta contra a guerra colonial, nomeadamente a partir de 1969 em que realmente rasgou horizontes para a realização do 25 de Abril. -----

----- Portanto, estamos perfeitamente à vontade para propor que na reconsideração implícita naquilo que aqui foi exposto pela Comissão, estes Brasões possam desaparecer e há já até a manifestação daquilo que é hoje a alegria, o contentamento e a realização plena das nossas relações com aquilo que foram as Colónias, que foram espoliadas das e os povos foram oprimidos e destruídos e, nesse sentido, podemos ter um gesto então de abertura de democracia de uma visão de futuro. -----

----- Uma possível razão subjacente à apologia da destruição dos Brasões prende-se com os elevados encargos de restauro e manutenção, situação a que a maioria da Câmara Municipal se vem mostrando, avessa e que a verificar-se, contrariaria à disposição do Caderno de Encargos que impõe a proposta de um jardim de baixo custo de manutenção. -----

----- Além disso, a especialização e a exclusividade materiais encontrando-se dentro da esfera do Município vem impedindo uma externalização da manutenção deste jardim, que não é segredo é desejada pela maioria. -----

----- Assim, o PCP considera que seria desejável manter estes exemplares, sem os 4 colonialistas, pois este tipo de trabalho artístico é único, discordando dos argumentos dos Peticionários por carecerem totalmente de sentido e valorizando a necessidade de formação de trabalhadores municipais para preservação do património identitários como a mosaico cultura, de que agora tratamos. -----

----- Em relação à Recomendação 2/132, nós temos dúvidas em relação, muitas dúvidas em relação à alínea d) da Recomendação porque é ambígua e pressupõe a retirada dos Brasões e a colocação em zonas adjacentes ou noutros pontos da Cidade, e é bom que isto fique esclarecido nesta formulação, porque nós defendemos que é e, por isso pedimos se mantiver assim o articulado, nós pedimos a votação à mesa em separado desta alínea, porque nos iremos abster e, portanto, os 4 Brasões Coloniais poderão ser retirados facilmente, já aqui foi preconizada até pelo próprio Relator e pode ter uma referência, isso sim, na parte interpretativa que é proposta na Recomendação, ou seja, que se fale efetivamente daquilo que eles representavam naquele templo, no fascismo e qual é a realidade de hoje que conseguimos realmente transformar. Foi a luta dos povos das então Colónias e foi a luta do Povo Português e muitos na clandestinidade, sofreram as consequências de tudo isso e nós sofremos perseguições e prisões lutando contra a guerra colonial, aqui em Portugal e, portanto, é isso que nós, no fundo, propomos e, de certa maneira, digamos, exigem os 10 mil mortos nossos nas colónias na guerra colonial e os 30 mil estropiados só da nossa parte portuguesa, porque da parte dos outros povos e de outras Colónias nem sequer é possível, digamos, quantificar. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Peticionários. -----

----- Esta Petição antes de mais a como e até da praxe, convém que celebremos o direito de petição e o propósito de cívico dos Peticionários ao trazerem as suas questões a esta Assembleia, no entanto, eu acredito que a passou-se aqui, há um equívoco base em toda esta questão, a que é a nós queremos ou não que a aquela praça seja a Praça do Império. Se é Praça do Império os símbolos coloniais estão lá perfeitamente, porque uma Praça do Império sem símbolos coloniais não me faz muito sentido. Agora, a minha dúvida é se queremos a Praça do Império! -----

----- Queremos ou não queremos ou não celebrar a amizade com os povos que em tempos foram do Império Português? Se queremos celebrar essa amizade hoje em dia, essa amizade tem outro nome, não é o império e a Lusofonia, e portanto, parece-me que é um absurdo a estarmos a remodelar uma Praça do Império e descaracterizá-la, ou é império ou não império! Se é império os seus Peticionários têm toda a razão, se não é império devíamos estar a pensar uma coisa completamente diferente e acho que as conclusões e Recomendações estão completamente ao lado, daí que a nós embora concordemos numa visão limitada com as Recomendações que foram feitas na Comissão não nos parece que sejam essas as Recomendações que vão resolver o problema. -----

----- Achamos que deve haver uma atualização conceptual da Praça do Império, a Praça do Império devia alterar a toponímia e devia passar a chamar-se Praça da Lusofonia e, nessa praça até se poderiam fazer a Brasões dos novos países, alguns dos Brasões que lá estavam das Cidades Portuguesas e, no fundo, promover aquilo que foi a aventura dos portugueses, porque a Praça do Império no tempo dos Jerónimos, não existia, não havia império e, portanto, porque é que as pessoas se decidiram fixar em 1935? Não me faz sentido, se temos que fazer uma atualização que se faça a atualização para os dias de hoje e que celebremos as coisas boas que fizemos, as descobertas e o resultado que é a Lusofonia com todos os Poetas, com estatuária de Pessoa, de Camões, de todos os nossos maiores, Padre António Vieira, faça-se uma Praça da Lusofonia, faça-se uma atualização do conceito, mas esqueçam a Praça do Império, esta é a nossa opinião. -----

----- Relativamente à questão da cultura portuguesa, a cultura portuguesa e tudo isto, é a cultura do século 15, é a cultura do século 21 e, portanto, não vamos fixar-nos numa data histórica só porque serve algum a algum pendor ideológico das pessoas que o querem fazer. -----

----- Eu queria acabar isto com um apelo também à Câmara Municipal que deu um muito mau exemplo relativamente à cultura portuguesa ao patrocinar através da Associação Turismo de Lisboa uma coisa chamada “Bullfest”, uma manifestação indigna do povo português, em que temos dinheiros públicos a patrocinarem touradas, a patrocinarem, ainda por cima, a tentar educar os jovens no sentido de festas bárbaras, que já não são dignas do século 21, portanto, Senhor Presidente da Câmara por favor,

das duas uma, ou deixa de Presidir à Associação de Turismo de Lisboa ou acabe com essa festa, pseudo festa que está para acontecer no dia 18. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Alves (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde, Senhora Presidente, Mesa, Vereadores, Deputados, Público presente.-
----- Muito já foi dito sobre esta matéria que nós estamos aqui a abordar sobre a Petição, sobre as Recomendações, mas nós queríamos deixar aqui com clareza a nossa posição. -----

----- Nós temos em consideração os contornos ideológicos da questão que estamos aqui a tratar, o próprio título da Petição confirma este posicionamento, quando a Petição vem pela “preservação dos de Brasões do Império”, naturalmente que nós não podemos acompanhar digamos, a ideia que está inerente a esta Petição, rejeitamos em absoluto, digamos, a glorificação daquilo que há pouco ouvimos aqui, embora embrulhado de uma forma bonita, não é? Para os tempos que correm mas o conteúdo, a ideologia, digamos, está lá e nós rejeitamos esse posicionamento em absoluto!-----

----- Mas não podíamos deixar de acompanhar também a Recomendação que foi feita e que está aqui a ser discutida, a Petição não está a ser discutida, está a ser discutida a Recomendação nº 2/132 da 4ª. e da 7ª Comissões Permanentes e, nesse sentido nós acompanhamos esta Recomendação por duas ou três razões, a primeira é que, de facto, aquele espaço, e não é só a Praça do Império, já aqui foi referido pelo Relator há mais espaços verdes, há mais jardins na zona e, digamos, o que está expresso na Recomendação, vai num sentido positivo que nós acompanhamos que é fazer daquele espaço um espaço envolvente, articulado entre a, digamos, estes espaços em concreto, o Vasco da Gama, a Praça Afonso de Albuquerque e por aí fora, o próprio Jardim Botânico que ali está também. -----

----- Por outra razão acompanhamos também a Recomendação, que é digamos o envolver neste trabalho, numa fase posterior naturalmente, mas envolver a Junta de freguesia que é quem, de facto, também tem uma palavra a dizer sobre aquele espaço e que a já se disponibilizou inclusive para acompanhar financeiramente digamos, os custos da obra que ali venha a ser concretizada. -----

----- Por fim e para não demorar muito tempo, porque penso que as várias intervenções foram de facto abrangentes, nós acompanhamos também a ideia, acompanhamos a ideia de que devíamos ter ali no túnel que é, de facto, uma coisa muito degradante atualmente, no túnel de atravessamento entre a Praça a estamos a tratar e a parte do Rio devíamos ter, de facto uma memória local onde um espaço interpretativo que permitisse realmente dar a ideia do que ali se tem passado. Acompanhamos isso e queremos também acompanhar a situação que aqui foi posta pelo Deputado do PCP relativamente à alínea d) porque pensamos que é absolutamente necessário termos clareza sobre esta matéria e era só isto. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Vereadores, Senhores Vereadores, Senhores Peticionários. -----

----- Em primeiro lugar uma palavra para os Peticionários, temos que ter sempre uma palavra para aqueles que resolvem pôr questões que são importantes na vivência da Cidade à Assembleia Municipal e as querem ver discutidas, foi o que aconteceu mais uma vez com esta Petição e é isto que agora estamos a fazer e, portanto, em primeiro lugar saúdo os Peticionários que tiveram esta iniciativa. -----

----- Aquilo que os Peticionários desejavam e pediram era que fosse possível manter os arranjos florais representativo dos Brasões que estão na Praça do Império, agora o Deputado Miguel Santos disse “Praça do Império” e frisou enfaticamente que é a Praça do Império, mas pelas intervenções que aqui tivemos, que ouvimos, não deve ser a Praça do Império, deve ser a Praça de Portugal, a Praça dos Distritos de Portugal, a Praças das Ordens Militares, mas não é a Praça do Império, a Praça do Império é aquilo e se é Império e foi aquilo que foi construído, sendo Portugal o primeiro país do mundo que, a partir dos finais do século 15 e século 16 construiu o primeiro império global, à escala global no mundo, é isso que estamos a glorificar, é evidente que quem constrói um império da dimensão que Portugal construiu fez muitas maldades, provocou muito sofrimento, houve muitas situações que nós agora, em pleno século 21 e século 20 não nos podemos orgulhar. Não nos podemos orgulhar da escravidão, da escravatura, dos Negreiros, não podemos falar de muita coisa que foi feita na conquista da Índia, na conquista do Brasil, na colonização do Brasil. -----

----- Agora isso é a história quer queiramos quer não! Isso é a nossa história, como a nossa história ao nosso Hino, o nosso Hino faz parte da nossa história, isto se nós analisarmos a expressão concreta do nosso Hino estamos a glorificar tudo isto que passou “Heróis do mar, Nobre povo, Nação valente” e nós quase nos comovemos, nós comovemo-nos quando cantamos este o Hino, e ele diz estas coisas que na voz e na opinião daqueles que me antecederam, ou alguns que me antecederam é quase uma barbaridade, no entanto, é o nosso Hino, é aquilo que nos une e em relação aos Brasões deve ser feito tudo, tudo o que foi possível para manter os Brasões como eles estavam, eu sei que é difícil, que é caro, o Presidente da Junta já se manifestou, o Presidente da Junta de Freguesia de Belém já se manifestou e até assumiu quase a responsabilidade, assumiu a responsabilidade, posso dizê-lo, para ele próprio providenciar a aprendizagem e a nova e a recolocação dos Brasões, mas eram, mas e tem que ser essa a história que nós temos de repor, é evidente que a Recomendação fala outras coisas, mas também têm interesse eu, por exemplo, eu já eu já não subscrevo aquilo que são, que é também uma alternativa Peticionários que era pôr os Brasões em mosaico, isso sim é que era criar uma coisa nova e aí já estava em desacordo, agora aquilo já lá estava, quilo além de ser uma atração, uma atração em termos artísticos de mosaico de floricultura é, de facto, uma atração turística é, de facto, uma atração na praça que é um símbolo, que é talvez o símbolo mais importante em termos turísticos da Cidade de Lisboa. -----

----- Eu acho que eles têm razão os Peticionários, independentemente daquilo que eles possam pensar sobre outras coisas e acho que não têm razão aqueles que demagogicamente vêm aqui dizer e falar no colonialismo, porque nós na nossa história

está cheia de coisas feias, no entanto é a nossa história é essa que devemos preservar. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, restantes presentes.-----

----- O MPT reconhece que o Projeto de Requalificação para a Praça do Império é uma necessidade já que será uma mais-valia para a valorização do espaço, daí tirar o chapéu! Porém a eliminação dos Brasões florais coloca em causa a identidade e a memória deste local pelo significado que ostentam. Aí colocamos o chapéu! O Executivo promoveu um concurso de ideias para uma eventual intervenção. Tiramos o chapéu! Mas estranhamente este concurso é omissivo relativamente aos Brasões, pomos o chapéu! Se o referido concurso contempla necessidades de assegurar a sustentabilidade Jardim, Tiramos até o chapéu! O mesmo, mas o mesmo, mas o desaparecimento dos Brasões, em mosaico cultura descarateriza o local. Pomos chapéu!-----

----- A Junta de Freguesia de Belém prontificou-se a substituir a Câmara Municipal de Lisboa na recriação, no seu esplendor e manutenção dos mesmos. Tiramos o chapéu! Mas de parte da Câmara Municipal de Lisboa tem havido um profundo autismo em relação a esta disponibilidade da Junta de Freguesia de Belém alegando que já não há quem tenha conhecimento de como fazer os Brasões Florais. Pomos o chapéu! O que não é verdade já que a Junta de Freguesia de Belém demonstrou que é possível, como o Brasão Floral da mesma. Tiramos o chapéu!-----

----- Está estimado despender cerca de 500 mil euros para a requalificação do espaço, referindo que no entender do MPT é mesmo muito dinheiro só para justificar desaparecimento Brasões!-----

----- A Junta de Freguesia de Belém, recentemente qualificou o custo, que estaria disposta a suportar 200 mil euros para a reabilitação e 6 mil euros de manutenção, que aparentemente repunha o esplendor do local.-----

----- De salientar que a vencedora do Projeto referiu que a sua proposta não prevê a manutenção dos Brasões, por os mesmos serem constituídos por espécies na sua maioria anuais e que implica um elevado trabalho de viveiros e de manutenção permanente ao qual acresce ter de ser usado técnicas de mosaico cultura que requerem trabalho especializado. Pomos o chapéu!-----

----- A manutenção e conseqüente preservação dos Brasões Florais será uma oportunidade ideal para revitalização da Escola de Floricultura.-----

----- Ora se a Câmara Municipal de Lisboa tem uma Escola de Jardinagem, que nos últimos anos tem sofrido um certo desinvestimento por parte do Executivo seria uma excelente oportunidade para refazer essa Escola de Floricultura, mas o desinvestimento, mas ao desinvestimento pomos o chapéu! Para a proposta de Júri de enterrar uma alusão aos Brasões no túnel da Avenida da Índia, Avenida de Brasília, o MPT não acompanha tal ideia. Tiramos o chapéu!-----

----- Não sei se o MPT me quer dar os minutos que tem disponíveis, mas que tem disponíveis.”-----

----- **A senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, respondeu à questão: --
----- “ Senhor Deputado terminou o seu tempo, pedia para sintetizar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra prosseguiu:-----

----- “Saudar os Peticionários por terem trazido este assunto à Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Senhor Vereador, como aludia um homónimo meu em 1933, no filme “A Canção de Lisboa” chapéus há muitos! Os Brasões da Praça do Império só há estes e mais nenhuns. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa-tarde Senhora Presidente. Depois de esta chapelada é difícil intervir, como é natural! Senhores Vereadores, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhoras e Senhores. -----

----- Quero começar por saudar a iniciativa dos cidadãos em apresentarem uma Petição a esta Assembleia Municipal. É democraticamente salutar a participação de todos no futuro Lisboa, é sinal que os lisboetas estão atentos e vigilantes. -----

----- O CDS-PP não pode abordar esta matéria sem proceder ao devido enquadramento de que foi o papel da Câmara Municipal em todo este longo e feliz processo, que deu origem à Petição sobre a qual nos estamos a pronunciar, neste momento. -----

----- Em primeiro lugar porque a Câmara entendeu num primeiro momento proceder à renovação do espaço verde da praça, posteriormente entendeu, e bem, lançar um concurso de ideias para aquele espaço em que se torna fulcral a harmonia entre o património construído, o seu simbolismo e a necessidade de adaptar o espaço público às exigências atuais. -----

----- Ainda no âmbito do concurso, o mesmo regeu-se por um enviesamento no que respeita aos Brasões. Numa leitura do documento do Concurso de Ideias pode-se aferir a discrição feita aos Brasões como se de algo de somenos se tratasse, porque era considerado como se não existisse. Nos últimos tempos de vida conservação e manutenção, portanto, para a Câmara não existiam, os Brasões não existem.-----

----- A juntar a esta constatação, juntam-se as declarações do Senhor Vereador José Sá Fernandes de que se destacam as seguintes: “estamos a discutir uma coisa que não existe”, isto é sic. ou “os Brasões são sinais do colonialismo”, ou “não vamos despender recursos financeiros” o que manifestamente acarreta uma opinião pessoal com carga ideológica e que passa a ser do Município pela voz do Vereador com responsabilidades na área e responsável pelo processo.-----

----- Mesmo que o Senhor Vereador se esqueça que os Brasões existem eles estão lá na Fonte do Jardim feitos em pedra, no seu friso exterior, também estão na Assembleia da República, os Brasões estão por todo o lado!-----

----- Importa lembrar que, nos últimos anos, a Câmara Municipal de Lisboa desinvestiu de forma drástica na Escola de Jardineiros e simultaneamente na

conservação da mosaico cultura em Lisboa, património de todos e que deve ser estimado. -----

----- Portanto, não deixa de ser curioso responsáveis Camarários não queiram manter algo que dizem ser praticamente inexistente quando por inação dos próprios os mesmos não foram conservados e não foi por falta de alternativas entre as quais a disponibilidade, que já foi referida aqui, da Junta de Freguesia de Belém para manter aquele espaço. -----

----- Outra questão será a de manter os Brasões através da mosaico cultura, se bem que o CDS-PP defende o investimento no ensino desta arte e a aposta nos mosaico cultura, com os custos inerentes associados, parece-nos fatual que, a curto prazo, a Câmara não só não irá investir na Escola Jardineiros como não terá recursos humanos adequados para garantir a salvaguarda e manutenção da mosaico cultura, assim, parece-nos não ser exequível de momento e por falta de disponibilidade e vontade do Município garantir a preservação dos Brasões Florais. -----

----- Perante a lamentável situação criada pelo Município o CDS defende que os marcos da nossa história não devem ser eliminados e entende que é possível e viável a manutenção destes símbolos através da sua inclusão no projeto final e como calçada artística da Praça do Império, é uma arte única portuguesa e na qual o Município detém os melhores recursos. -----

----- Nessa medida, esta proposta foi apresentada em sede de Comissão do CDS, tendo a mesma sido rejeitada pela maioria das forças políticas representadas, era uma solução de compromisso que não oblitera nem imputa memória coletiva que o CDS quer preservar. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, a intervenção da Senhora Deputada Ana Gaspar é a última intervenção que temos regista? Ah não, temos mais uma intervenção porque o PSD inscreveu-se e tem tempo cedido pelo PNP. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Cara Senhora Presidente, Secretários, Câmara, Deputados Municipais, Público, Cidadãos e Cidadãs presentes. -----

----- Bem, que dizer? Esta Casa da Democracia é-o porque trabalha democraticamente, foram estes Peticionários e a sua Petição, foi logicamente muito debatido com a contribuição de toda a gente, com a contribuição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia que legitimamente defende os interesses da sua população e todos nós temos contradições, nenhum de nós é a preto e branco, felizmente, senão o Mundo seria bem mais estranho. -----

----- O que nos parece é que este projeto dá apenas ressonância ao projeto inicial do Cottinelli Telmo, que era um projeto que nós classificamos de *clean*, limpo, mas que também dizia que tinha que ser de baixo custo, isto corresponde o projeto do Cottinelli Telmo, portanto, dá-se aqui ressonância a este projeto, houve um concurso de ideias,

esse concurso de ideias foi votado constituir-se o júri, havia obviamente um caderno de encargos, porque a Câmara Municipal legitimamente eleita tem o direito de fazer um caderno de encargos e dizer o que quer democraticamente para a Cidade e relativamente arte perene, bom, a arte perene nós temos todos uma visão sobre essa arte, podemos até do ponto de vista estético gostar ou não. -----

----- A mim, por exemplo, não me diz muito, não diz muito a imagem que foi o que foi ali mostrada, mas aquela imagem corresponde aos anos 60 em que havia uma filosofia, estava datada, em que havia todo um contexto político que nós não queremos mais, eu acho que o cada um nós aqui não quer mais esse contexto e, portanto, dizer-se que esta é uma Recomendação que foi muito trabalhada, o Relator, de facto, teve um trabalho notável de refazer e de refazer e refazer, de estudar e de estudar e é assim que esses processos se escolhem, portanto, a Casa da Democracia cumpriu o seu dever, nem sempre estamos de acordo é da vida! A Urbe é de contrastes e contradições e temos a certeza que esta será, de facto, este será a de facto, um espaço onde continuemos todos a ir, a reconhecermos como espaço, nós, os mais velhos, os nossos filhos, os nossos netos, estaremos ali à beira Tejo e que, de facto, este projeto, este novo projeto que foi escolhido a por um júri com honra, não é? Este o novo projeto fará jus ao projeto inicial do Cottinelli Telmo e no fundo aquilo que nós queremos é que haja ali uma praça onde todos nós possamos usufruir. Isso fá-lo-emos com certeza todos até de certamente os Peticionários que não deixaram de lá ir, estando ou não os Brasões assinalados, e sobre isto não quero falar! Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ribeiro Rosa (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, Senhoras Secretários da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

----- Estamos hoje aqui a bordar uma Recomendação que foi feita sobre a preservação dos Brasões da Praça do Império. Ora nesta matéria e como Presidente da Junta de Freguesia de Belém, sinto um especial interesse e obrigação de defender os interesses dos Brasões, mal ou bem conservados, que se encontram na Praça do Império. -----

----- E digo, isto não é por um simples saudosismo ou até por questões digamos, se de ordem ideológica, mas porque não posso conceber o Centro de Belém, a Praça do Império, há quem diga que até querem mudar o nome de Praça do Império da Praça da Lusofonia, ou outros tipos de nomes, enfim, ou da CPLP e para mim é a Praça do Império! -----

----- É uma situação histórica não tinha muita lógica, estarmos nós agora a mudarmos os nomes quando os antigos povos das nossas anteriores colónias, hoje países soberanos, e pé de igualdade connosco na CPLP estão a voltar a pelo recolocar as estátuas que estavam recolhidas dos colonizadores, porque é a história que está lá, portanto foram momentos que caminhámos lado a lado, com coisas boas e com coisas más, mas é a história e a história não se inventa, foi, foi e assume-se o bem e o mal que a história teve. -----

----- Neste momento, o que se verifica é que nós somos os que ainda continuamos com o complexo do colonizador, quer dizer, enquanto os outros povos colonizados já passaram desde a face, nós continuamos com isso!-----

----- Eu o que quero frisar bem num dia destes, que é bastante importante para Lisboa e se calhar até para o País, porque vai-se tomar aqui uma decisão que pode ter influências mais tarde no futuro desta zona da Cidade, que é uma das zonas centrais e no referente a cultura das mais significativas do país, quero que saibam que há uma alternativa real, não é uma simples palavra, há propostas que existe, de facto, aqui na Assembleia Municipal. -----

----- Nós, Junta de Freguesia de Belém, estamos dispostos a reabilitar aquela praça, aliás até já demos um sinal claro quando fizemos agora um Brasão de Belém lá num relvado para mostrar que é possível fazer aqueles trabalhos, reabilitá-los e voltar como era antigamente, como antigamente eles existiam e sabemos que existe! Onde é que estão os moldes e onde é que estão os requisitos técnicos e o tipo de espécies que são necessárias para fazer aqueles Brasões, mas não estou apenas a falar dos Brasões das antigas estou também falar dos Brasões dos Distritos e nos Brasões das Ordens Militares, isto é, tal e qual os Brasões que estavam lá depois aquando das Comemorações Henriquinas, portanto, em 1961. -----

----- Portanto, o que eu quero que fique aqui bem frisado é que vai-se gastar 500 mil euros, meio milhão de contos desnecessariamente num dos jardins melhor conservados Lisboa. Com exceção dos Brasões que estão a morrer, mas que podem ser reabilitados e nós comprometemo-nos a reabilitar aquele Jardim, para já com um custo inicial de 200 mil, ponho os Brasões todos bem arrançados e depois com o custo de 6 mil euros/mês, em que há um tipo de plantas que já estão estudadas, que se consegue reabilitar aqueles diferentes Brasões e com que os 6 mil euros/mês, 72 mil euros ano, temos sempre aquele Jardim em condições de dignidade para mostrar às pessoas o que é uma Praça do Império Português, do ex-império português, com os citar de uma forma muito sentida a população de Lisboa.-----

----- A população de Lisboa que fez essa Petição, e salientar todos os principais subscritores esta Petição, que tiveram a coragem de apresentar essa Petição sem medo que lhes chamassem de várias coisas que não interessa agora aqui referir, mas que de uma forma corajosa, defenderam isso.-----

----- E por isso mesmo como representante da população daquela zona da Cidade de Lisboa, quero pedir a Vossas Excelências que tenham em atenção a isso, há alternativa, não venham dizer que é um facto consumado. -----

----- Nós estamos em condições de pôr aquele Jardim com a dignidade inicial, ainda por cima, já nem vou falar de alguns aspetos do atual projeto que está na forja, que até tinha um pequeno monte junto à Avenida da Índia de prado, que ocultava quem estivesse nos Jerónimos, ocultava o Rio e vice-versa, do Rio ocultava os Jerónimos, portanto, não é de nada, é que queremos realmente dar dignidade ao local e é por isso que quero dizer a todos vós que podem contar connosco, porque nós estamos dispostos a ser uma parte da solução deste problema e resolvemos vez este assunto reabilitando,

é pôr tal e qual como estava inicialmente aquando das Comemorações Henriquinas, aquele Jardim com os seus Brasões. Muito obrigado e boa-tarde.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, muito telegraficamente também porque penso que o essencial do Debate também está feito e estão claras as várias posições em presença só para falar de duas ou três coisas que me parecem esclarecedoras para o restante do Debate e para fazer uma sugestão também, que em parte foi aqui discutida entre os vários grupos, quanto depois relativa à votação das Recomendações. -----

----- Em primeiro lugar é só para deixar claro também uma coisa, a ênfase que se colocou na abordagem dos Brasões como arte efémera visa precisamente distingui-los de outras realidades que se mantêm em espaços patrimoniais, por exemplo, a recriação de todos os Brasões dos Distritos e de todos os ciclos eleitorais que elegiam um deputado em 1907, que consta da Sala do Plenário da Assembleia da República e que fazia parte da decoração de Ventura Terra nessa altura, mas que efetivamente tem um grau de perenidade e de integração do monumento que aqui não encontramos e, portanto, efetivamente é diferente, precisamente, são coisas diferentes, não é o abanar a cabeça que os torna menos diferente, e efetivamente só realidades distintas, assim como a arte urbana com caráter efémero, são efetivamente coisas diferentes a arte urbana com caráter efémero, Senhores Deputados, vamos lá a ver, eu...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhores Deputados, não vamos recomeçar! Senhores Deputados, não vamos recomeçar! Toda a gente se pôde pronunciar livremente, o Senhor Deputado tem o direito de falar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Todos nos ouvimos com toda a atenção e eu acho que, de facto, estamos a fazer um Debate sobre concretamente um determinado tipo de forma artística, se fazemos de conta que ele não tem determinadas características e o analisarmos como se tivesse o grau de perenidade associado a outra coisa, não é, não estamos de facto a fazer o Debate adequado. -----

----- Mesmo em frente, com o logo ali em frente à Praça do Império encontramos o melhor exemplo da transformação de arte efémera em arte perene, que é o Padrão dos Descobrimentos, uma opção tomada pelos decisores na altura, em que tudo se tornou em permanente o Padrão dos Descobrimentos, mas que tinha características de arte efémera, como tinha grande parte das obras de Arquitetura que estavam e que constavam do conjunto da Exposição do Mundo Português, muitos dos pais desapareceram, das quais sobram apenas duas, concretamente o Padrão e o Museu de Arte Popular, efetivamente isto tem a ver também com a dinâmica e com digamos, a evolução permanente das Cidades. -----

----- Agora a propósito que é a opção de certos locais e de certas opções de homenagem ou toponímia, o Senhor Deputado Vítor Gonçalves, à bocadinha referia que, no fundo a praça tem a designação que tem e, por isso, temos que quase automaticamente aceitar que se mantenham ali todos os elementos de valorização e simbólicos que estejam associados a ideia de império, ora se assim fosse, toda e qualquer toponímica que encontramos da Cidade de Lisboa que reflete história, mas que não reflete necessariamente a vontade de ali pormos elementos que valorizem engrandecem ou valorizem esses elementos menos positivos da história, de facto, era um exercício quase praticamente impossível, tínhamos que manter a Cidade congelada como ela existia, exatamente no momento, em que essas opções foram tomadas, e não é à toa que as mais gritantes opções toponímica, por exemplo, muitas vezes são removidos e são alteradas no momento em que temos alterações de regime, ou temos alterações de evoluirmos para o Regime Democrático e passamos e concluímos que não fazia sentido continuar a homenagear determinadas personalidades que deixavam de refletir aquilo que era aquilo que coletivamente queríamos projetar no espaço público e é isto que está também em discussão.-----

----- E eu penso que fazemos um melhor serviço, vamos ao encontro daquilo que os Peticionários pedem se de facto respondemos àquilo que eles nos pediram. Eles foram particularmente claros naquilo que nos disseram, naquilo que nos transmitiram e em todos os momentos, penso que a frontalidade e lealdade da parte de todos, eu acho que encarar estas questões e colocá-las e vertê-las no parecer é, de facto dar a nossa resposta enquanto Assembleia Municipal, enquanto Órgão do Município, àquilo que nos foi aquilo que nos foi solicitado e também e como queria conclui também que o com esta pequena nota: só para dar nota também de que a os Brasões em presença efetivamente estão datados e nem sequer estão datados de um período que possamos fazer corresponder digamos ao período de expansão como um todo. Eles têm até uma data muito específica, têm um programa ideológico também muito específico e a pergunta é: queremos nos rever e reproduzi-lo ou não? E parece-me que a Comissão e veremos o que dirá o Plenário da Assembleia, maioritariamente para já, entendeu que preferia não os replicar.-----

----- Só para concluir, a sugestão foi feita e circulou entre alguns grupos municipais quanto à votação que terá lugar de seguida vai no sentido de uma vez que o conteúdo é suscetível de poder ser dividido, que a atual alínea d), portanto, seja dividida em duas, sem alteração de conteúdo, mas que permita que seja votado separadamente autonomizando uma nova alínea e) e renumerando as seguintes, o texto da alínea d).---

----- Portanto, eu passaria Senhora Presidente, se me permite eu leria o que ficaria na alínea d) e o que é que ficaria depois na nova alínea e), portanto, a alínea d) manter-se e desde o início “que a Câmara Municipal de Lisboa diretamente e através da Escola de Jardineiros e ou e articulação com as Freguesias da Cidade avalie os meios de promover a valorização mosaico cultura numa lógica de salvaguarda das técnicas que lhe estão associadas e assegurando a sustentabilidade ambiental da gestão de espaços verdes” e aqui terminaria a alínea d).-----

----- Depois “autonomizar uma nova linha e) com exatamente o mesmo conteúdo que diria que a Câmara Municipal de Lisboa pondere a recriação dos Brasões alusiva aos Distritos e às Ordens Militares, no contexto de um espaço verde na zona envolvente ao noutro ponto da Cidade, no qual se enquadrem e integrem de forma harmoniosa”, portanto, o conteúdo é exatamente o mesmo, ficava era dividido em duas alíneas, uma vez que alguns grupos municipais nos deram nota que preferiam votar autonomamente e assim também facilitaria esta leitura e se me é permitido, acho que tiro o chapéu a todos os presentes por todo o Debate foi construtivo e acho que o resultado a que chegarmos satisfará uns e não satisfará outros, mas é da natureza da democracia o ideal para honrar também o trabalho da Assembleia Municipal. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Senhores Deputados, chegámos ao fim das intervenções mais ninguém pediu a palavra, o Senhor Vereador quer usar da palavra? Faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “São só três coisas simples, porque foram referidos aqui o meu nome em várias circunstâncias, para dizer o seguinte: o património fixo e não efémero da Praça do Império foi recuperado por este Executivo, nomeadamente o lago que não estava arranjado há muitos anos, como se lembram, lago o qual tem representado uma série de Brasões dos Descobridores Portugueses e dos Brasões das suas famílias.-----

----- Dizerem que se quer apagar a história e se quer apagar a seja o que for não é verdade! Porque a recuperação do lago foi por este Executivo, com as Brasões que estão lá de uma maneira a que não tinha sido feito no passado. -----

----- Aliás, como foi feito, aliás, como foi feito, são Brasões que não são efémeros, estão fixos na pedra, aliás, como foi feito na Alameda Dom Afonso Henriques, com a recuperação da Fonte Luminosa, também símbolo do Estado Novo e que foi recuperado na íntegra, coisa que também já não acontecia há muitos anos. -----

----- Isto para no fundo responder ao ataque injusto de dizer que não se quer recuperar património, que não se quer preservar a memória. -----

----- Depois para concluir porque no fundo o que o Deputado Pedro Delgado referiu me revejo naquilo que foi dito, é que neste momento, há mais de há mais de 25 anos e tiveram vários partidos com este pelouro que eu hoje tenho, não existem representados e que se percebiam nenhum Brasão da Praça do Império. Há 25 anos que não existe um Brasão representado na Praça do Império, não se consegue distinguir absolutamente nenhum, não existem e passaram vários Executivos, vários Executivos da Câmara, uns de um partido, outros de outro partido, não se tira responsabilidade, e ninguém reparou os Brasões, aliás, muitos deles nem sequer arranjaram o lago e, portanto, eu não enfio essa carapuça, não enfio essa carapuça porque, de facto, é muito injusto aquilo que estão a dizer. -----

----- O que se pretende é recuperar a Praça do Império, não é os Brasões ou não os Brasões, é o sistema de rega, são as vedações, são as coisas que precisam de

recuperação, eu agradeço as palavras do seu Presidente da Junta de Freguesia a dizer que a Praça do Império está muito bem conservada! Mas aos meus olhos não está! A Praça do Império precisa de ter muitas outras intervenções: de rega, dos muros, de buchos, etc., etc., decerto independentemente dos Brasões ou não dos Brasões, eu quero uma Praça do Império, de facto, muito melhor do que ela está, independentemente da discussão dos Brasões. -----

----- Agradeço as suas palavras mas dizer que ela está muito bem tratada, porque é de facto tratada pela Câmara Municipal, mas eu acho que ela precisa ser ainda mais bem tratado, nomeadamente em sistemas de rega, de arranjos que existem ali e de novas plantações de árvores e de outras, de caminhos, etc., e de outras funções e principalmente uma coisa que é recomendada aqui pela pelo Júri que é a ligação da Praça do Império ao Rio, nomeadamente através do túnel, porque é a única maneira de nós passarmos para o outro lado do Rio, para fazermos um viaduto à frente dos Jerónimos e, portanto, agradeço as palavras pelo tratamento como está a Praça do Império, mas eu ainda quero mais e os 500 mil euros é para isso, os 500 mil euros não é para tratar ou não tratar dos Brasões, é para fazer uma Praça do Império que em todo o seu conjunto, dali até ao Rio, seja tratada como deve ser. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Agora já não há mais pedidos de palavra, já acabou o tempo. Peço desculpa Senhor Deputado Ribeiro Rosa, se queria ainda intervir, mas já não temos tempo. -----

----- Vamos passar à a apreciação da Recomendação nº 2/132, portanto, a Proposta que foi feita aqui no sentido de dividir a alínea d) em duas alíneas. -----

----- A primeira parte da alínea d) que “termina gestão de espaços verdes” fica como está. A partir dessa altura há uma nova alínea que será a alínea e), que terá o sujeito que a Câmara Municipal de Lisboa pondera e depois o texto que cá está “ a criação...” e tal, tal, tal e tal, será a alínea e) e a alínea que tinha agora um e) passa a ser f), com as respetivas subalíneas. -----

----- Portanto, Senhores Deputados, o Partido Comunista Português pediu para votar separadamente alínea e), a nova alínea e). Mais alguém pede alguma coisa? -----

----- Então nesse caso vamos votar as alíneas a), b) c) e d), esta nova alínea d) com este corte. -----

----- Vamos pô-las à consideração as **alíneas a), b), c) e d) da Recomendação 2/132**. Votos contra do PSD e do MPT. Abstenções do PAN, CDS-PP e PNP. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV e IND. Estas 4 alíneas estão **aprovadas por maioria**. -----

----- Agora vamos pôr à votação e alínea e), que eu vou reler como é que ela fica, a nova linha e) como é que a fica, para todos perceberem bem o que estamos a votar: “Que a Câmara Municipal de Lisboa pondere a recriação dos Brasões alusivos aos Distritos e às Ordens Militares, no contexto de um espaço verde na zona envolvente ou noutra ponto da Cidade, no qual se enquadrem e integrem de forma harmoniosa”, é isto que está a ser posto à votação. -----

----- Votos contra do PSD, 5 IND e CDS-PP. Votos de Abstenção do MPT, PAN, PNP, PCP, PEV, BE e 1 IND. Votos a favor do PS. **A alínea e) da Recomendação nº. 2/132 foi aprovada por maioria.**-----

----- Vamos passar agora à votação da alínea f), que tem as suas três subalíneas, a alínea e) passou a ser f).-----

----- Vamos agora pôr à votação a alínea f). Votos contra do PSD, MPT e do CDS-PP. Abstenções do PNP e do PAN. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV e IND. **A alínea f) da Recomendação nº. 2/132 está aprovada por maioria.**-----

----- Terminámos esta parte dos nossos trabalhos e temos uma Declaração de Voto do MPT e do PSD.-----

----- Resta-nos agradecer. O CDS-PP também quer uma Declaração de Voto? Não. ----

----- Desculpe, há alguma dúvida, é? Se faz favor, é uma correção na votação?-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte correção:-----

----- “É realmente uma correção na votação, é para dizer que na alínea e) o nosso voto é contra e não é abstenção.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu não consigo perceber, a correção que o CDS-PP está a fazer se eu bem percebi é que na nova alínea e), que resultou da divisão...”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte correção:-----

----- “Exatamente, como houve esta confusão e alteração e a subdivisão deste ponto dizer-lhe que no novo ponto e) o nosso voto é contra.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É isso que ficará registado pelos Serviços e depois peço que verifique a Ata em Minuta para ficar tudo conforme.”-----

----- Terminamos esta parte dos nossos trabalhos... Peço desculpa.-----

----- A Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, eu já tinha dito, que pedia escusa nesta matéria.-----

----- Tem que ficar registado em Ata que a Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso não participou na votação por incompatibilidade óbvia com o facto de ter sido Presidente do Júri.-----

----- O Senhor Deputado Vasco Santos, do MPT, quer fazer a Declaração de Voto oralmente. Eu não consigo encontrar isso aqui no Regimento mas é minha convicção que os Grupos Municipais podem apresentar Declaração de Voto oral no final das votações e apenas o Artigo 63 do Regimento diz que cada grupo a título individual tem direito a produzir no final de cada votação uma Declaração de Voto, sem prejuízo do nº. 6 tal e tal das declarações que podem ser escritas ou orais quando produzidas pelos grupos e apenas escritas quando produzidas a título individual. Isto não se aplica o 57 e o 58 porque não é requerimento à Mesa nem é recurso. Muito bem, tem direito sim senhor. Faça o favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**,no uso da palavra fez oralmente a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, esclarecido este, e muito bem esclarecido, que o Regimento é quem manda aqui na Assembleia, o MPT votou contra a Recomendação por não concordar com o conteúdo da parte da Recomendação e absteve-se em Comissão em relação ao Relatório, porque o trabalho feito o Senhor deputado Pedro Delgado Alves de ir ao fundo da questão achámos que não nos poderíamos nunca votar contra o Relatório pelo trabalho que ele teve, mas em relação à parte de Recomendação, como não concordámos, votámos contra. Muito obrigado.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, está esclarecido. -----

----- Os relatórios são aprovados em Comissão e não aqui e, portanto, naturalmente, está dada a explicação, aqui apenas aprovámos a Recomendação.”-----

----- (O PSD não apresentou a Declaração de Voto)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhores Deputados, vamos passar à Petição 20/2016.”-----

----- **PETIÇÃO Nº. 20/2016 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO 20/2016 – PELO FUTURO DO LUSITANO CLUBE, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º. DO REGIMENTO;**-----

----- **PARECER DA 7ª. COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- **RECOMENDAÇÃO 3/132 (7ª. CP) SOBRE A PETIÇÃO 20/2016;**-----

----- **RECOMENDAÇÃO 3/132 (7ª. CP) – ADITAMENTO AO REQUERIMENTO APRESENTADO PELO GM PCP, PELO FUTURO DO LUSITANO CLUBE;**-----

----- (A Petição 20/2016 fica anexada a esta Ata como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 7ª. CP fica anexada a esta Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 3/132 da 7CP fica anexada a esta Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante)-----

----- (O Aditamento/Requerimento do PCP à Recomendação 3/132 7CP fica anexada a esta Ata, como Anexo XI e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Eu tenho que informar o seguinte: a Petição Pelo Futuro do Lusitano Clube tinha 1210 peticionários, estão presentes ou estavam no princípio da Sessão, não sei se ainda estão, mas não pretendem usar da palavra, portanto, a neste caso haverá discussão, não da Petição uma vez que os Peticionários não pretendem usar da palavra, mas há uma Recomendação da 7ª Comissão que tem que ser apresentada e, portanto, eu pedia ao Relator Pedro Cegonho, que está presente, se quer fazer uma apresentação sumária do vosso Relatório... Ah, é a Senhora Presidente da 7ª comissão que o vai fazer, muito bem. A Senhora Presidente a 7ª comissão é que vai apresentar esta

questão, portanto, o trabalho que a 7ª comissão fez sobre esta Petição com o seu respetivo Relatório e a Recomendação que dela resultou.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Relatora, Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, Carlos Colegas, Imprensa e Público.-----

----- Eu explico: eu e o Deputado Pedro Cegonho, fizemos o trabalho a meias, mas ficou combinado que eu vinha apresentar, porque ele não tinha a certeza se podia cá estar, mas era só para clarificar a confusão.-----

----- O Lusitano Clube é mais um dos nossos velhos clubes da Cidade que, por razões por causa da Lei das Rendas se viu forçado a ter que sair daquele espaço, enfim, já estava meio moribundo quando decidiram fazer um acordo com o senhorio mudando o arrendamento e isso foi fatal, porque passavam 5 anos o senhorio disse-lhes que tinham que ir embora.-----

----- Ora bem, receberam uma indemnização, entretanto veio uma nova Direção de gente mais nova, mais capacitada talvez, com mais energia para conseguir encontrar soluções para o Lusitano e estão em conversações com a Câmara que se comprometeu, a Câmara de Lisboa, a encontraram espaço para Lusitano Clube ou no próprio bairro, que seria, de facto, o ideal ou nas zonas limítrofes dos bairros limítrofes do local onde eles se encontravam, que era que era Alfama, portanto, nós hoje o que queremos, enfim, é incentivar a Câmara a manter a sua o seu compromisso de apoiar o Lusitano Clube na busca de novas instalações, quer na própria Freguesia quer nas Freguesias limítrofes e evitando mais delongas para que o Clube não perca esta dinâmica que parecia terem reiniciado. Esta é a Recomendação que a Comissão pode fazer neste momento. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Senhores Deputados, a Mesa tem uma inscrição do Senhor Deputado Modesto Navarro, que eu verifiquei que saiu da sala agora mesmo, se alguém o puder ir chamar. A Senhora Vereadora vai já chamá-lo e pergunto se não há mais inscrições.

----- Estamos a falar da Petição número 20, sim. O Senhor Deputado Modesto Navarro já vem a caminho e, portanto, Senhor Deputado Modesto Navarro quer usar da palavra sobre a Petição nº 20 e a Recomendação. Então se faz favor, já tem aí os seus documentos.-----

----- Foi em missão da Assembleia Municipal chamar o Vice-Presidente que, naturalmente queremos que esteja presente, para assistir a todas estas questões e em particular a esta, que lhe vai bater à porta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, desculpará que eu alargue o âmbito desta intervenção, porque se trata de uma coletividade de um Clube que era importante e é importante naquela zona. Somos surpreendidos por aquilo que está dito na

Recomendação, quanto ao acordo da atual Direção de receber 60 mil euros pela abdicação, digamos, do espaço quando a Câmara se preparava para intervir, talvez para encontrar uma solução e o que nós podemos dizer é que este acordo com a empresa investidora, talvez para apartamentos, porventura turísticos ou coisa que o valha naquela zona, pronto, está feito o negócio agora Lusitano Clube vai percorrer a via-sacra é isso que nós queremos dizer aqui. -----

----- Dizer que a casa de Trás-os-Montes e Alto Douro há anos percorre, desde com a Presidência do Doutor João Soares, nos anos 90, foi concedido pela Câmara Municipal o direito de uso por 99 anos de um terreno em Belém, que depois foi cobijado, obviamente, pela Santa Casa da Misericórdia, foi entravado o desenvolvimento desse processo no interior da Câmara durante vários anos, de tal modo que hoje a casa de Trás-os-Montes continua reduzida a um apartamento no Campo Pequeno, sendo que a que a Santa Casa Misericórdia, através da Câmara oferece usufruto de um prédio de 5 andares que não chegará nem 4 vezes o resultado da venda do apartamento que a Casa de Trás-os-Montes tem e é a Casa Regional mais antiga desta Cidade. -----

----- Nem 4 vezes mais chegam para reparar e para dignificar aquele aquele prédio e, portanto, está tal maneira em crise, eu ainda vou falar do Lusitano Clube, está tal maneira em crise que, neste momento, há enormes dificuldades em encontrar uma Direção para assumir responsabilidades da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Têm-se feito vários apelos!-----

----- O problema é que hoje a Direção do Lusitano Clube está como aquela cantiga que nós conhecemos da minha geração, do Tony de Matos, “para onde vou, não sei; para onde irei, sei lá” que é aquilo que está a acontecer à Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. E, na realidade mudar uma coletividade sabe-se lá para onde têm perdas e tem custos na Cidade e nesta matéria, a Câmara acorda sempre tarde e deixa ir na onda os espaços essenciais à vida associativa e popular que dão identidade a cada Freguesia e a cada Bairro. -----

----- De resto, o desprezo pelo movimento associativo e cultural, não estou a falar do desportivo, desportivo é outra coisa, dá outras dinâmicas e fotografias e publiCidade, mas o desprezo pelo movimento associativo popular e cultural é uma evidência tão grande por parte deste Executivo que aconselhamos a Direção do Lusitano Clube e os outros corpos sociais do Lusitano a terem a maior atenção e pertinácia na exigência de uma sede condigna, que possa dar respostas aos seus associados e que não sejam de longe dali, porque há tecidos que não se fazem a quilómetros de distância. -----

----- Oxalá tenham êxito, mas os tempos são difíceis e o que é património e cultura é afogado pelos negócios e mais negócios da especulação, como é o caso, e do deserto do abandono de raízes e comunidades locais. -----

----- E a propósito disto nós queríamos propor que, nesta Recomendação, fosse integrado um outro ponto no sentido de se adicionar o seguinte: “pugnar para que, no decurso do processo legislativo em curso, no que respeita a Lei das Rendas”, a Senhora Presidente referiu aqui os efeitos nefastos da Lei das Rendas, e queria dizer-vos que, por exemplo, a Academia de Amadores de Música, neste momento, ali no Bairro Alto, está em vias de ser despejada também por este processo, mas pugnar para

que, no decurso processo criativo em curso e vou entregar na Mesa “no que respeita a Lei das Rendas se introduza uma cláusula de salvaguarda para as coletividades de cultura e recreio da Cidade de Lisboa e do País.”-----

----- Ótimo, se está introduzida muito agradecido, de qualquer modo deixo à Mesa para registo.-----

----- Gostaria ainda, se me dão licença, já que tratamos de filhos e enteados vamos apresentar um Requerimento sobre a ocupação do território Municipal junto ao Hospital da Luz, peço porventura tempo aos Verdes, o que for necessário, para poder dizer apresentar aquilo que é hoje a ocupação do território a junto ao Hospital da Luz, que na Avenida Fontes Pereira de Melo foi de centímetros, a ocupação do território municipal, na Avenida Fontes Pereira de Melo, que deu aqui azo a muita discussão e decisão e até de inquéritos, depois não soubemos os resultados, como se lembram, foi aqui anunciado o inquérito nos Serviços, não se sabe muito bem o que é que resultou, mas, na realidade aquilo era centímetros, mas agora lá junto do Colombo trata-se no mínimo 10 metros de ocupação do território público, com a abertura de vala e a colocação de estacas, a céu aberto, há notícias publicadas até que envolvem a Empresa Risco nesta obra de ocupação pelo Hospital da Luz e nesse sentido apresentamos um Requerimento à Câmara Municipal, porque se hoje fosse Ordinária apresentaremos um documento para ser analisado e votado, mas entregámos na Mesa um Requerimento à Câmara para que a Assembleia Municipal no prazo de 20 dias seja informada sobre as medidas que estão a ser tomadas para resolver esta situação que impede o trânsito, agrava o trânsito, nomeadamente de quem lá vai a tratamento, com uma ocupação feroz de todo o espaço público da Avenida em que a lama neste momento atrasa, dificulta a passagem dos peões e também dificulta, obviamente, o trânsito automóvel e, portanto, que a Câmara a noticie e sobre as medidas estão a ser tomadas por resolver esta situação e quais os fundamentos para a intervenção e autorização, se é que houve, de obras em território Municipal. Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- (O Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP, apresentou um Requerimento de alteração à Recomendação 3/132)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado Modesto Navarro, naturalmente ao Requerimento será dado o devido encaminhamento e vamos tivemos quanto à sugestão de inclusão na Lei das Rendas do NRAU e também e também no Regime das Lojas Históricas e Entidades de Interesse Local da introdução desta questão de salvaguarda das coletividades de cultura e recreio da Cidade de Lisboa e do País, isso já está previsto, não só no texto inicial, mas também nas propostas de alteração na especialidade foram apresentadas, nomeadamente, pelo seu próprio partido, o PCP, e portanto, tenho esperanças que isto seja aprovado em Sede de Comissão e vamos, portanto, nessa matéria o Senhor Deputado quereria que nós acrescentássemos isto aqui na Recomendação, iremos naturalmente propor este Aditamento, mas sem prejuízo da informação que lhe estou a dar, na verdade as coisas também ainda não estão votadas e, portanto, é sempre bom lembrar.-----

----- Quanto ao Requerimento será dado seguimento.-----
----- Agora temos mais dois Senhores Deputados inscritos nesta sobre esta Petição do Bloco de Esquerda e do PEV.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----
----- Em primeiro lugar, “Os Verdes” saúdam os 111 anos do Lusitano Clube. Trata-se de uma coletividade fundada em 1905 que está a sofrer uma ação de despejo resultante de uma forte especulação imobiliária e turística que, ostensivamente, se vem paulatinamente infiltrando nos bairros históricos da Cidade de Lisboa.-----
----- Argumentam os peticionários que, numa altura em que se fala na candidatura dos Bairros Históricos de Lisboa a Património Imaterial da Humanidade, a nova direção do Clube deseja ver a coletividade preservada como âncora de autenticidade, que promova a cultura para todos, mas também como elo de ligação entre moradores, turistas e entidades públicas, lutando contra a descaracterização da Baixa e de Alfama em particular.-----
----- Sustentando que não pretendem um tratamento diferenciado, solicitaram ao Município que fosse encontrada uma solução para a continuidade do Lusitano, que poderia incluir um outro espaço nas proximidades para instalar a sua sede, que lhes permitisse continuarem a desenvolver as suas atividades culturais, como concertos, danças, exposições ou feiras, em prol da comunidade.-----
----- Neste contexto, torna-se imprescindível haver, não apenas apoios efetivos ao associativismo popular, como evitar situações como as descritas, que contribuem para a perda das características distintivas do centro da capital, com o desaparecimento de coletividades, perda de população residente, encerramento de lojas de comércio tradicional, na proporção inversa da proliferação de unidades de hotelaria e do alojamento local.-----
----- De imediato, logo que o Grupo Municipal de “Os Verdes” teve conhecimento, em Setembro passado (27/9/2016), desta ameaça que pairava sobre o Lusitano, questionámos o executivo camarário sobre a possibilidade de salvaguarda de uma sede para o Clube.-----
----- Embora a Câmara Municipal de Lisboa já se tenha entretanto comprometido na procura de alternativas, gostaríamos que o executivo esclarecesse este plenário se estão ou não a ser ponderadas soluções de espaços alternativos para a sede do Lusitano Clube e, concretamente, para onde e quando, isso se o executivo estiver a ouvir. Também a 7ª CPCEJD da Assembleia Municipal de Lisboa veio recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que se empenhasse “no apoio ao Lusitano Clube na busca de novas instalações, quer na freguesia de origem, quer nas freguesias limítrofes, evitando mais delongas”.-----
-----E é perante estas recomendações que, Senhor Vice-Presidente, os peticionários gostariam agora de obter esclarecimentos mais concretos. Reconhecendo a pertinência da presente petição, “Os Verdes” saúdam mais uma vez a iniciativa dos seus subscritores.-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, vamos agora dar a palavra a todas as pessoas que se inscreverem, depois pergunto à Câmara se quer também usar da palavra, o Senhor Vice-Presidente depois dirá se quer usar a palavra ou não. Vamos prosseguir.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito boa-tarde e muito obrigado, Senhora Presidente, como está? Saudar os Peticionários e Membros da Direção que ainda estão presentes.-----

----- A discussão do Lusitano Clube é a discussão mais importante da Cidade de Lisboa, que é o que queremos ter no centro da Cidade, perante a pressão do turismo e a pressão imobiliária a que assistimos nos dias de hoje.-----

----- Estes membros desta direção que fazem no nos seus dias livres, nos seus nos seus tempos livres, que fazem-no por dedicação à comunidade e dedicação ao associativismo estão encurralados e estão a com uma data para sair deste espaço. É um clube centenário fundado em 1905, tem muitas histórias para contar, há pouco tempo há poucos anos a nova direção conseguiu reabilitá-lo, conseguiu criar novas atividades, têm a programas com crianças, programas desportivos culturais e, portanto, dão uma nova vida a uma zona da Cidade que precisa de mais vida.-----

----- A Cidade é feita da história destas coletividades, são elas que contribuem para construir o que temos de património cultural e de história da própria Cidade. É feita também de residentes e temos assistido a tantos casos de gente expulsa deste centro da Cidade, é feita do comércio local, temos tido e soubemos este fim-de-semana um novo dado, que se todos os meses desde há 2 anos fecham 5 lojas históricas na zona da Baixa e do Centro de Lisboa e, portanto, todos os meses todas as semanas perdemos um pedaço da nossa história.-----

----- Sabemos que é difícil intervir nestes casos, porque são a negociações com privados, foi um privado comprou aquele prédio e que notificou este inquilino para que saísse, o Lusitano Clube, mas sabemos que a Câmara tem que ter poder de intervir nisto, naturalmente que a Lei das Renditas, o NRAU tem de ser alterado, a Presidente desta Assembleia tem feito o seu trabalho na Assembleia da República como Presidente do Grupo que tem de tratar esta matéria, mas o Município não se pode descartar e esconder por trás desta Lei tem que fazer alguma coisa e era bom que hoje também pudessemos ter uma atualização da informação que consta no processo desta proposta e saber em que ponto está a participação da Câmara na busca de um espaço municipal, porque a Câmara Municipal de Lisboa tem capacidade para organizar os maiores eventos tecnologia do mundo, tem capacidade para encontrar espaços para indústrias criativas, para “Fablabs” e para empreendedorismo, e é bem que é importante que assim seja, porque a Cidade também precisa desses espaços, mas precisa também destes espaços de cultura e de associativismo e, portanto, era importante que a Câmara conseguisse rapidamente, a ampolheta está virada ao contrário e o tempo está a contar e no final de Março, aquela coletividade vai deixar de existir, era importante que nos

tantos espaços que existem disponíveis se conseguisse encontrar um espaço para este Clube Lusitano.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, creio que não há mais inscrições. O Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Vereador Duarte Cordeiro**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar fazer referência à intervenção do Senhor Deputado Modesto Navarro dizendo que em relação a Casa Regional de Trás-os-Montes que eu percebo o sentido apropriação relação ao tema, por razões óbvias, mas que nós não podemos nunca nestas circunstâncias também eliminar aquilo que é responsabilidade das próprias entidades e de organizações no processo e, portanto, no caso a Casa Regional de Trás-os-Montes não é por falta de atenção em relação à sua situação que ela não é resolvida, aliás, nós não tivemos oportunidade de recentemente ter uma reunião com a Casa Regional de Trás-os-Montes e com o Senhor Presidente da Câmara e identificámos perfeitamente que há ali um espaço. A Casa Regional de Trás-os-Montes tem um edifício no Largo do Corpo Santo, edifício esse que nós identificamos como edifício de ótima qualidade, mas, pelos vistos, é um prédio inteiro, mas pelos vistos, não é inteiramente o que a Casa Regional de Trás-os-Montes deseja ou têm dúvidas sobre aquilo que é a resistência do próprio edifício do ponto de vista daquilo que é, bem, a Câmara Municipal tem uma opinião diferente da Casa Regional de Trás-os-Montes e já se disponibilizou para ir ao local, com os nossos técnicos demonstrar que o edifício no nosso entender, tem todas as condições para ser reabilitado e que é um edifício que um prédio no Largo do Corpo Santo, à frente de um largo que nós acabámos de recuperar, nas zonas mais nobres da Cidade de Lisboa e, portanto, para nós esse edifício devia ser aproveitado! E também tivemos disponíveis no limite a dizer a própria Casa Regional de Trás-os-Montes que nós compraríamos o edifício, ficaríamos nós que o edifício da Casa Regional de Trás-os-Montes -----.

----- No caso da Casa Regional de Trás-os-Montes, o problema, eu percebo e eu o acho que se o Senhor Deputado no final disse e bem, quer dizer, nós temos que também todos compreender, no nosso lado também compreendemos, por vezes estamos a falar de voluntariado, estamos a falar de pessoas que perdem do seu tempo no sofá para gerir casas e clubes e associações com dezenas, algumas delas centenas de anos e a isso carece, obviamente o nível de responsabilidade, o nível de tempo nível dedicação que não é propriamente o mesmo, portanto, quando dominamos, digamos assim da nossa vida profissional. Neste caso, em particular a nós tivemos desenvolvimentos, os desenvolvimentos foram reunir com a Casa Regional, nós ficámos com a expectativa que Casa Regional, Trás-os-Montes iria voltar a fazer uma avaliação técnica quanto ao estado do edifício para chegar ou não a conclusão se aquele edifício no Largo Corpo Santo respondia ou não às necessidades da Casa Regional, não é por falta de atenção, volto a dizer há aqui um impasse. -----

----- Eu admito que haja um impasse em relação a esta situação, mas não foi por falta de atenção, neste caso o próprio reuni com a Casa Regional, o Senhor residente da Câmara Municipal reuniu com o Casa Regional, eles têm um edifício, o que é que nós podemos aprender com este aspeto da Casa Região Trás-os-Montes? No passado atribuiu se edifícios às associações e esperava-se que as associações tivessem capacidade de fazer as obras dos seus próprios edifícios, a verdade é que esta é uma prática que tem que mudar. -----

----- Ou os Municípios entregam edifícios, lojas, espaços completamente remodelados ou, por vezes, entregamos um edifício, mas entidade não tem capacidade para fazer as obras que são necessárias para a recuperação do edifício e ficamos com um impasse, que é o caso da Casa Regional de Trás-os-Montes. Este é uma daquelas matérias que nós podemos tentar em conjunto todos encontrar uma solução, mas é um impasse, um impasse porque, na altura a Casa Regional aceitou receber um edifício na expectativa de poder remodelar. -----

----- Mas volto a dizer, não depreenda daqui qualquer demissão ou qualquer falta de atenção da nossa parte em relação ao tema, aliás, a sua chamada de atenção como outrora vai-me servi naturalmente eu visitar o ponto de situação da Casa Regional de Trás-os-Montes. Fica aqui o meu compromisso, Senhor Deputado Modesto Navarro, não tenha dúvidas disso. -----

----- Em relação ao Clube Lusitano dizer que a estamos a desenvolver esforços no sentido de encontrar uma localização para o Clube Lusitano. Temos o levantamento já claro das necessidades, já visitámos alguns espaços, estamos a tentar identificar dentro da zona que foi identificada por eles a zona de influência que eles gostariam de estar a tentar identificar um esforço, por vezes não se trata apenas e também fazendo a ligação com a intervenção do Senhor Deputado Ricardo Robles dizendo que não se trata as estes espaços da Cidade, nós temos muitos espaços, nem sempre as entidades que ali para espaços que nós temos, portanto, também é preciso ter aqui, por vezes alguma flexibilidade mental quando falam sobre a vontade ou não da Câmara para encontram espaço perceber que, do outro lado, há uma entidade que também tem a sua opinião, a sua perceção sobre os espaços que fazem sentido e não para si, porque por nós, se fosse simplesmente por encontrar espaços para as entidades nós encontrávamos espaços todos os dias para as entidades, as entidades nem sempre querem desenvolver a sua atividade no espaço que nos encontramos e, portanto há aqui, tem que haver um encontro de vontades entre os espaços que nós temos disponíveis e as zonas que eles entendem que são passíveis de poder utilizar, nós estamos já tivemos possibilidades de sucesso e agora face a ligação o tema das Lojas com História, apesar de nós irmos falar a seguir. -----

----- Eu também ia dizer que, felizmente e a Senhora Presidente não lhe fica bem falar em nome próprio, mas, felizmente, a Senhora Deputada Helena Roseta teve o condão de introduzir as coletividades e os clubes e as associações na no objeto, digamos assim da proposta legislativa que ela e penso que o Senhor Deputado Pedro Alves são subscritores e outros, não sei são mais algum elemento aqui da nossa Assembleia Municipal que também seja, não sei se o Senhor Deputado Diogo Leão também é, mas

que são subscritores e no caso dela a autora, e isso é na nossa, no nosso entender um dos aspetos que permitirá de alguma maneira, estancar alguma desta sangria, porque hoje em dia quando há obras profundas num prédio arrendado, automaticamente fica do lado, o proprietário opção de indemnizar o clube e a entidade sair ou da sua a futura reintegração no mesmo espaço e no que, ao abrigo da Lei do Arrendamento, porque, neste momento, as entidades ou celebrar novos contratos de arrendamento de curta duração que estão a terminar ou estão em período de transição e esse período de transição também está a terminar. -----

----- Portanto, aquilo que está a acontecer com muitas lojas com história está a acontecer com clubes, portanto, alteração legislativa é determinante, não obstante este esforço que nós temos, por vezes de tentar realojar algumas entidades também já foi possível! Nós desejavelmente o objetivo é tentarmos procurar num processo negocial com os proprietários, de maneira que os próprios proprietários percebam que é possível valorizar o seu património mantendo uma loja ou uma entidade, um clube suas instalações, quando não é possível claro que nós vamos procurar quando, quando obviamente, os clubes e as entidades aos lojas tem importância para a Cidade esforçados no sentido de se encontrar uma alternativa, por exemplo, estou-lhe a dar um exemplo concreto, de uma casa que era a fundo a Casa Maciel que que que obviamente ficou sem espaço e que nós objetivamente com eles encontramos uma solução para o seu futuro e, portanto, a Câmara tem feito um esforço e vai continuar a fazer um esforço e da nossa parte podem contar com um esforço genuíno e honesto, não é a de alguma forma da nossa parte estamos a ser falsos na forma como nós nos estamos a ficar a tentar resolver os problemas, e se existirem clubes ou entidades disponíveis para transitar a sua atividade para outras zonas da Cidade onde nós temos mais de uma neste caso, mais disponibilidade do ponto de vista de espaços, de lojas ou de propriedades para não se torna-se muito fácil o realojamento destas entidades. -----

----- Em concreto no caso do Clube estamos a fazer um esforço, vamos continuar a fazer um esforço para tentar identificar o local que lhes permite a continuação da sua atividade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-Presidente. -----

----- Senhores Deputados, terminámos o Debate sobre a apreciação da Petição 20 e respetivos documentos para deliberação. -----

----- O Senhor Deputado Modesto Navarro pede a palavra para? É um pedido de esclarecimento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ É só para dizer ao Senhor Vice-Presidente, identificá-lo e depois ele pode esclarecer, mas na realidade o terreno na direção da Torre de Belém foi cedido pela Câmara em 1998, creio eu, até com uma cerimónia na sala dourada da Câmara Municipal. Esse terreno já está construído pela Santa Casa da Misericórdia com apartamentos de luxo, não é? E a Casa de Trás-os-Montes continua no mesmo sítio

onde estava, um apartamento, por causa do negócio que fizeram as direções às vezes fazem negócios maus, com o então Presidente Krus Abecasis o que estava na Rua da BeneficênciaSenhora Presidente é uma matéria muito importante e só para dizer que eu próprio estive 8 anos na Direção da Casa e vivi intensamente, tudo isso, havia um projeto que não passou na Câmara Municipal e hoje a situação é um prédio que é orçamentado, no mínimo 900 mil euros para a sua reestruturação e ainda peca, ainda querem uma renda é um prédio cedido pela Santa Casa da Misericórdia, isto é uma situação impossível para a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Deputado Ribeiro Rosa pede a palavra para um pedido de esclarecimento.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ribeiro Rosa (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados, não é só para lembrar que, de facto, eu estive na Sessão de lançamento da 1ª pedra da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro ali na Rua Fernão Mendes Pinto, em frente à gasolina na gasolina, na altura que era o Presidente Carmona Rodrigues, depois mais tarde, eles não conseguiam erguer essa Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro e fez-se uma permuta na Câmara com uma instalação na Rua do Ferragial para onde é que essa permuta fez com que a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro se transferir-se para e sítio e esse terreno, que tinha barracas e hortas ficasse para a Santa Casa, portanto, foi uma permuta e, neste momento, a única coisa que existe é um projeto que há de ser construído para o próximo ano, está em projeto, neste momento, uma parte com apartamentos, que não sei se são de luxo, apartamentos de rentabilidade da Santa Casa da Misericórdia e outra parte um Centro Intergeracional e com 6 apartamentos também para descanso das famílias ao fim de semana, quando às pessoas mais velhas lá durante o fim de semana poderem descansar os familiares, é isso que está previsto, não está nada construído.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, não está a pedir um esclarecimento, está a dar! Não é bem esse o sentido do pedido de esclarecimento mas enfim, antes de falar não podemos adivinhar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ribeiro Rosa (PSD)**, no uso da palavra prosseguiu:-----

----- “ E houve uma permuta para com um edifício que existia na Rua do Ferragial, onde a Casa de Trás-os-Montes ficaria e ficou com esse prédio. Obrigado” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, numa interpretação absolutamente larga a Mesa considera que o Senhor Deputado pergunta ao Senhor Vice-Presidente se confirma que houve esta

permuta e transformamos a sua intervenção em pergunta para não fazermos uma intervenção que não está no Regimento. -----

----- Senhor Vice-Presidente tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Vereador Duarte Cordeiro**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, olhe poupou-me grande parte da intervenção a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belém. -----

----- Dizer que eu volto a insistir que o facto de nós constatarmos episódios menos felizes do passado não nos demite a nossa responsabilidade de encontrar uma solução para o futuro, independentemente disso dizer que realmente temos que aprender. É assim: deu-se um terreno, demonstrou-se que havia dificuldade para a construção, permutou-se por um edifício, há dificuldade para a reabilitação.-----

----- Deixe-me só lhe dizer que o projeto da Casa Região de Trás-os-Montes não coincide na sua necessidade com a identificação que a Câmara faz da recuperação do edifício, isso foi-lhes transmitido, foi transmitido que nós entendemos que é possível uma recuperação com valores mais baixos, não obstante eu voltarei a reabrir processo, eu sei que ficou do lado da Casa de Trás-os-Montes, mas farei a minha a responsabilidade de reabrir o processo de acordo com o pedido do Senhor Deputado. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----

----- Senhor Deputados, agora sim, parece que terminámos as intervenções sobre esta matéria e temos à nossa consideração a Recomendação 3/132 com um Aditamento que eu lerei, apresentado pelo Partido Comunista Português.-----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação 3/132**, tal como ela foi apresentada pela 7ª comissão. Não há votos contra e nem abstenção. Foi **aprovada por unanimidade**.

----- Quanto ao Aditamento depois temos que corrigir o português, porque é a frase tenha sujeito, digo eu. O Aditamento é no sentido da Assembleia Municipal recomendar à Câmara que pugne para que, no decurso do processo legislativo em curso no que respeita à Lei das Rendas se introduza uma cláusula de salvaguarda para as coletividades de cultura e recreio da Cidade de Lisboa e do País. -----

----- Tem que ser assim uma Recomendação à Câmara, porque se não era uma Moção, portanto, vamos pôr à consideração este **Aditamento à Recomendação 3/132**. Não há votos contra e nem abstenções. **O Aditamento foi aprovado por unanimidade**. -----

----- Senhores Deputados, terminámos agora esta parte dos nossos trabalhos, que foi mais intensa hoje e ainda bem, porque foi motivada por Petições e, portanto, é sempre bom, quando isso provoca o Debate da Assembleia, estamos atentos às Petições que nos chegam.-----

----- Vamos passar o ponto 4, que são Propostas da Câmara se não tivermos a condição para as vermos todas hoje não há propriamente grandes urgências, enfim, havia um pedido da 2ª comissão e da 7ª para vermos este ponto, para terminarmos o Regulamento das Lojas com História e, portanto, aqui está no ponto 4.1 a Proposta,

aprovada por unanimidade, na 2ª e na 7ª Comissão, para se acrescentar no Regulamento para a atribuição da distinção de Lojas com História, um artigo que, peço desculpa, com a fundamentação da Norma Habilitante, exatamente, a Norma Habitante, esse artigo foi aprovado por unanimidade na 2ª na 7ª Comissão, portanto, eu pergunto se há, mas não tenho Senhores Deputados inscritos.” -----

----- **PONTO 4.1 – PROPOSTA 632/CM/2016- (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR DUARTE CORDEIRO) – REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DA DISTINÇÃO “LOJAS COM HISTÓRIA”, ANEXO À PROPOSTA 632/CM/2016, AO ABRIGO DA ALÍNEA G) DO N.º. 1 DO ARTIGO 25.º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E NO ARTIGO 70.º. DO REGIMENTO;**-----

----- **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NA ESPECIALIDADE DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DA DISTINÇÃO “LOJAS COM HISTÓRIA” (2.ª. E 7.ª. CP);**-----

----- **PROPOSTA 001/2.ª. E 7.ª. CP/2017 – “ALTERAÇÃO NA ESPECIALIDADE AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DA DISTINÇÃO “LOJAS COM HISTÓRIA”, ANEXO À PROPOSTA 632/CM/2017;**-----

----- (A Proposta 632/CM/2016 foi anexada à presente Ata como Anexo XII e dela faz parte integrante)-----

----- (A Proposta de Alteração na especialidade foi anexada a esta Ata como Anexo XIII e dela faz parte integrante)-----

----- (A Proposta 001/2.ª. e 7.ª. CP/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XIV e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta matéria já foi bastante discutida aqui, estávamos aqui então agora para resolver esta questão, portanto temos duas votações a fazer. Uma é aprovar, se assim for o caso, esta Proposta de alteração apresentada pelas duas comissões no sentido de aditar este artigo sobre a Norma Habilitante e depois a seja aprovado temos que pôr à votação o Regulamento, em votação final global com esta Norma já incluída, e é isso, portanto, a Mesa vai pôr à votação a Proposta apresentada pelas Comissões no sentido de acrescentar **este Artigo 1º com a Norma Habilitante**. Não há votos contra e nem abstenções. Foi aprovada por **unanimidade**.-----

----- Agora vamos passar à votação **do Texto Consolidado**, ou seja, era o texto que nós já tínhamos aprovado na generalidade com o acrescento deste artigo que acabámos de aprovar e a renumeração dos restantes artigos. Vou pôr à votação. Votos contra do PSD e CDS-PP. Não há votos de abstenção. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN e IND. Foi aprovado **por maioria**.-----

----- Portanto, em **votação final global o Regulamento Municipal de Atribuição da Distinção “Lojas com Histórias”, Anexo à Proposta n.º. 632/CM/2016 com a introdução do novo Artigo (Artigo 1º. Norma Habilitante proposta pela 2ª. e 7ª. Comissões Permanentes.**-----

----- Foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: **Favor: PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP** e **6 IND – Votos contra: PSD e CDS-PP.**-----

----- Portanto, este está em condições de ir agora para publicação para o Diário da República, como já irá o outro também.-----

----- Vamos agora passar o ponto 4. 2, que é o Plano Municipal dos Mercados de Lisboa.” -----

----- **PONTO 4.2 – PROPOSTA 686/CM/2016 (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR DUARTE CORDEIRO) – APRECIACÃO DA PROPOSTA 686/CM/2016 – PLANO MUNICIPAL DOS MERCADOS DE LISBOA 2016-2020, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DA ALÍNEA A) DO N.º. 2 DO ARTIGO 13º, E DA ALÍNEA H) DO N.º. 1 DO ARTIGO 25º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL;** -----

----- **PARECER DA 2ª COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- **RECOMENDAÇÃO 4/132 (2ª CP) SOBRE A PROPOSTA 686/CM/2016;** -----

----- (A Proposta 686/CM/2016 fica anexada à presente Ata como Anexo XV e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 2ª. Comissão Permanente, fica anexado à presente Ata como Anexo XVI e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 4/132 fica anexada à presente Ata como Anexo XVII e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Este ponto tem o Relatório o Senhor Deputado, já não vejo aí, O Senhor Deputado Diogo Moura está? Pois, ele é que o Relator, portanto, eu antes disso vou perguntar ao Senhor Vice-Presidente, se poderem mandar chamar O Senhor Deputado Diogo Moura eu agradecia.-----

----- Eu antes disso perguntava ao Senhor Vice-Presidente se quer fazer uma apresentação sumária deste Plano Municipal, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Vice Presidente da Câmara, Vereador Duarte Cordeiro,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, se concordasse eu fazia, apesar da inversão do ónus, o comentar às Recomendações, dizer que li atentamente as Recomendações que Os Senhores Deputados fizeram em relação ao Plano Municipal de Mercados, entendemos que as Recomendações que aqui são feitas são positivas e que reforçam aquilo que é o objetivo do Plano Municipal de Mercados. -----

----- O Plano Municipal de Mercados tem na sua base, no fundo, um objetivo que é preparar a Cidade para dinamizar os mercados voltando dar-lhes importância do ponto de vista daquilo que a sua integração nos bairros onde se inserem, quer do ponto de vista económico, social cultural e procura após a Reforma Administrativa deixar claro aquilo que são no fundo as responsabilidades de cada um dos interveniente, dos comerciantes dos gestores dos mercados, sejam eles as autarquias ou no fundo,

parcerias que são desenvolvidas com as autarquias a quer a, no fundo, a responsabilidade do Município, independentemente de ser ou não gestor de mercados e essa é uma responsabilidade transversal.-----

----- Nós definimos aqui que, independentemente da Reforma Administrativa de ter representado a transferência da gestão do dia-a-dia dos mercados de algumas freguesias, que isso não demite o Município de Lisboa de ter responsabilidade transversal nos mercados -----

----- Quais é que são então as principais responsabilidades? Em primeiro lugar a responsabilidade de promover formação para todos os comerciantes dos mercados da Cidade, formação, formação que lhes melhor significativamente as suas competências e a sua capacidade para desenvolver um trabalho com qualidade e na procura de mais clientes e de maior sustentabilidade para o seu negócio. Em segundo lugar, a promoção de todos os mercados ou seja, independentemente de apenas gerir alguns mercados é da responsabilidade do Município, assumimo-la como tal neste Plano, a promoção de todos e quaisquer mercados, independentemente volte a dizer nas Juntas de Freguesia e fazerem a sua própria promoção dos mercados que gerem e nesse sentido, essa é uma das medidas que já teve a luz, já avançou independentemente da aprovação do Plano, criámos a marca Mercados de Lisboa desde 1877 que era a data do mercado de lançamento, da inauguração do mercado de Santa Clara e temos feito campanhas na imprensa no sentido de valorização daquilo que há de mais importante nos mercados de são os seus comerciantes, a sua frescura e sua relação de confiança. --

----- Por outro lado, a ideia de que compete ao Município introduzir um conjunto de medidas de competitividade nos mercados, que nós estamos a desenvolver alguns em projetos-pilotos e noutros para todos os mercados ao mesmo tempo, isso passa pelo *merchandising*, passa pelos meios de pagamento eletrónicos passa pela entrega ao domicílio, passa por no fundo, a, no fundo, um conjunto de ferramentas que permitam melhorar a experiência de compra nos mercados da Cidade.-----

----- Por outro lado o Município é parceiro na dinamização dos mercados e é parceiro não só na recuperação dos mercados como em particular a procurar encontrar projetos âncora, novos usos para os mercados da Cidade e aí identificamos quais é que são os tipos de usos que nós podemos promover nos mercados de Cidades em que se pretende essencialmente que os mercados se abram ao exterior, que se abram à comunidade e que procurem, volto a referir, tenham um papel central no que diz respeito à vida económica social e cultural do de bairro e do de na zona populacional onde se inserem.-----

----- Não estando presente no Plano Municipal de Mercados qual é que é o destino de cada mercado, porque nós deixámos essa dimensão momento, à posteriori e aqui os Deputados da Assembleia Municipal identificam duas necessidades, identificam a necessidade de estabelecer um plano financeiro em anexo às medidas que se propõem e às responsabilidades de cada um e, por outro lado que se definam também quais é que são os projetos que existem médio longo prazo para cada mercado.-----

----- Nós entendemos que, num Plano Municipal de Mercados devia ficar do ponto de vista de metodologia, os objetivos que nós defendemos que globalmente e, em

particular, nomeadamente as competências da Câmara Municipal da Junta de Freguesia dos parceiros que nós podemos associar, sejam os parceiros privados ou, por exemplo, a Associação de Comerciantes dos Mercados da Cidade, mas sabemos hoje em concreto o que queremos fazer em cada mercado da Cidade porquê? Porque trabalhamos em conjunto com as Juntas de Freguesia na definição de projetos, há Juntas de Freguesia que ainda estão a elaborar por contratos delegação de competência que vieram que à Assembleia Municipal projetos para mercados é o caso, por exemplo, da Junta de Freguesia dos Olivais ou de Benfica, há Juntas de Freguesia que sabem hoje connosco, o destino que vamos fazer cada mercados e nós temos tido um trabalho de procurar reforçar os usos dos mercados, para além das experiências de sucesso que já tivemos, nomeadamente no Mercado da Ribeira e no Mercado de Campo de Ourique. -----

----- Vou dar alguns exemplos de projetos que nós estamos a fazer em parceria com as Juntas de Freguesia. Mercados antigos e que já estavam desativados: com a Junta de Freguesia de São Vicente, estamos a fazer um número que, estamos a tentar tudo, estamos em fase de elaboração de um projeto para fazer do Mercado de Santa Clara que é o mercado mais antigo da Cidade o mercado de dimensão crítica cultural, no fundo sejam “Show Room” para as indústrias criativas da Cidade de Lisboa; Mercado Bairro Alto com a Junta de Freguesia da Misericórdia, faremos do Mercado Bairro Alto o mercado dos ofícios, onde vamos valorizar os ofícios tradicionais; Mercados são Domingos de Benfica, estamos a fazer um projeto com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, onde, no fundo, estamos a instalar já se podem ver lá no local, a Junta de freguesia vai fazer contratos de ação de competências obras no mercado, reabilitar o mercado, mas nós instalados nas lojas à volta do mercado, no fundo projetos de fabricação dentro da própria Cidade e temos lá uma empresa que se faz impressoras 3 D, que é a “Blokcs”, temos uma impressora que faz mobiliário de madeira, temos um conjunto de empresas que se instalaram lá e a incubadora da Junta Freguesia na área de empregabilidade também vai ser integrada no próprio mercado, a ideia é ser o mercado a inovação; no Mercado do Lumiar com a Junta de Freguesia do Lumiar, estamos a fazer um projeto em parceria com a Associação Nacional de Produtores Biológicos, a “Agro bio” transformando o mercado do Lumiar no mercado Grossista Biológico, é onde nós queremos que todos os produtos de agricultura biológica do país coloquem os seus produtos para depois venderem, para as cantinas das escolas, para os restaurantes, que vendam para feiras de agricultura biológica feitas na Cidade de Lisboa, este é um projeto específico e que é diferenciador por si, será no Lumiar. -----

----- Nós, no mercado de Arroios, como já foi do conhecimento público para além de termos feito uma obra de cerca de 1 milhão de euros para reabilitar o próprio mercado estamos a fazer um projeto também inovador, vamos fazer uma estufa de cultura hidropónica na sua cobertura, vai ser possível cultivar na Cidade de Lisboa e vender no próprio mercado. -----

----- No mercado 31 de Janeiro como é conhecimento público, vamos instalar a Loja do Cidadão e no mercado do Rego, nomeadamente a Freguesia das Avenidas Novas

foi exatamente por estar numa situação muito complicada, está numa situação muito degradada, decidimos fazer um concurso público também já veio à Assembleia Municipal com o objetivo de dividir o mercado em que nós vamos procurar um parceiro privado, um retalhista para ficar com cerca de 1600 metros quadrados de superfície dentro do mercado e a reabilitar a praça exterior, criando uma cobertura, nós vamos realojar os comerciantes tradicionais. -----

---- Dei aqui exemplos de cerca de 7 ou 8 projetos de mercados e eu acho que este é um bom arranque que se associa ao Mercado da Ribeira e o mercado de Campo de Ourique e teremos o final daqui a poucos meses, espero que até ao final do ano, uma dezena de mercados novos com outros usos e com outras funcionalidades. Nós temos na Cidade cerca de 25 mercados a nossa tarefa, não se fica apenas e só por estes mercados e, portanto, nós desafiamos algumas Juntas de Freguesia para fazerem projetos e esperamos que muitas mais queiram ou reinventar os seus conceitos ou simplesmente de promover os seus mercados, promover os seus comerciantes e promover os seus produtos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-Presidente. -----

----- Tem a palavra agora o Senhor Relator Senhor Deputado Diogo Moura, não sei se se inscreveu também para falar? Então eventualmente eu peço aos Serviços para não contabilizarem na parte que for a apresentação do Relatório e depois quando quiser passar à sua parte faz favor identifica para nós podermos contar o tempo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura, Relator do Parecer (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, a Senhor Vice-Presidente Senhores Vereadores, Caros Deputados. -----

----- Não prendia muito com a questão do enquadramento da proposta, porque o Senhor Vice-Presidente já o fez e muito bem, explicitou aqui quais é que é a visão estratégica que a Câmara defende neste Plano para 2016 e até 2020 e quais são os seus objetivos principais e a visão que tem para os mercados, nomeadamente como polos centrais e dinamizador da vida dos Bairros e também da nossa Cidade e, portanto, passaria às outras questões relativas à proposta, sobre a consulta pública o Parecer faz menção a participação de 8 entidades e de 8 cidadãos as quais foram divididos em 3 grupos, um primeiro de cidadãos que se referiram a assuntos não estão diretamente ligados ao tema de discussão; um segundo de cidadãos que alertam para necessidade de corrigir o de atualizar as fichas caracterização dos equipamentos; e em terceiro os cidadãos e entidades que se pronunciam sobre o Plano em si e, portanto, as conclusões do Relatório da ponderação da discussão pública refere nesta questão da fraca adesão à mesma e destacam a participação quer da UAX que se quer da SIMAP e, portanto, digamos, que a um em suma digamos as únicas alterações que no Plano sofreram no seguimento da consulta pública foram a foi a alteração das fichas caracterizadoras de dois mercados. -----

----- Portanto, foram estas as conclusões da consulta pública, depois a o Plano Municipal dos Mercados, ele apresenta-se com uma divisão muito simples, mas muito muito completa, o enquadramento histórico e sociológico, as tendências globais do comércio e dos mercados, os mercados de Lisboa, a visão estratégia e Plano de Ação e as fichas de identificação dos mercados, e este penúltimo ponto da visão estratégica de Planos de Ação que sintetiza, digamos assim, o propósito da elaboração desta Plano, traduz uma divisão que vou simplificar em três áreas e que depois inclui medidas gerais a implementar em cada um dos segmentos. -----

----- O primeiro a questão dos mercados mais competitivos, capacitação dos comerciantes, melhoria do serviço e moderação dos mercados a questão dos mercados mais abertos, a criação de parcerias de fomento do empreendedorismo e implementação de uma marca e em terceiro e último, mercados mais Cidade, com esta designação e que nos fala da promoção de iniciativas locais e também da sustentabilidade. -----

----- Quanto à Assembleia Municipal e o papel da Assembleia Municipal que deve aqui a realçar, não só para a Assembleia Municipal aquando da aprovação das Recomendações em 2014, mas também daquilo que foram as Recomendações e o trabalho todo o que foi feito durante um ano pela 2ª Comissão Permanente desta Casa, foi feito esse trabalho com base numa Recomendação foi aqui apresentada no Plenário, a Comissão acompanha este processo durante um ano, ouviu Presidentes de Junta ouviu a Associação dos Comerciantes dos Mercados e ouviu o Senhor Vice-Presidente que tutela esta área da dos equipamentos e, portanto, face a essa análise foram produzidas Recomendações e, portanto, o trabalho que nós fizemos no âmbito da de da apreciação deste Plano foi perceber se as Recomendações que à data a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e aclamação se foram todas incluídas nesta proposta que a Câmara nos apresenta e, portanto, é com satisfação que vemos que grande parte, a larga maioria dessas Recomendações foram incluídas na proposta final e, portanto, a Comissão conclui que o saldo é positivo contudo, há várias questões que gostaríamos que fossem aprofundadas e que deixámos em Recomendação, o Plenário deixou e que não encontramos aprofundadas neste Plano, o Senhor Vice-Presidente já falou em grande parte delas mas convém lembrar. Uma delas é a questão que embora o Plano caracterize cada mercado nos seus anexos, importa obviamente salientar a necessidade do Município de apresentar um Plano específico de cada equipamento, o Senhor Vice-Presidente já explicou essa matéria mas era uma das questões que nós levantávamos. -----

----- Depois a questão da realização de estudos económicos e de ordenamento comercial na zona envolvente cada mercado para que o uso dos mercados seja potencializador do comércio local e de proximidade e não concorrencial e comércio tradicional de rua já existente. Outra questão é que em matéria de acessibilidades, neste Plano é sempre falada e abordada na perspetiva da criação de estacionamento ou nos equipamentos em apreço ou nas zonas envolventes, mas não falo das medidas e ações para cumprimento da Lei das Acessibilidades, obviamente que a Câmara irá cumpri-las, como é óbvio, mas achamos que seria importante realçar, no âmbito do Plano. -----

----- Portanto, em suma a análise que nós fizemos às Recomendações aqui aprovadas nesta Assembleia é que três ficaram aquém, portanto, não foram incluídas e que são estas que acaba de apresentar. -----

----- Quanto às conclusões, a Comissão considera que o Plano cumpre na essência, a estratégia Municipal integrada estava definida na Proposta 915 de 2013, que define os equipamentos estruturantes e os não estruturantes, exemplifica casos e modelos de sucesso e, portanto, isso é muito importante para aferir a potencialidades mercados da Cidade, portanto, apresenta esses modelos não só de sucesso, quer já implementados em Lisboa, mas noutras Cidades, nomeadamente na Europa, seja na vertente comercial, mas também na nas questões de imagem e da atratividade e também nas dimensões social, económica e cultural. Os eixos estratégicos apresentados e os objetivos traduzem a preocupação do Município em revitalizar os mercados da Cidade e, portanto, penso que é transversal também e aos Deputados Municipais desta Casa e, portanto, não podendo a análise do Plano de a deixar aprofundar a aplicação das Recomendações aprovadas pela Assembleia Municipal mais uma vez, destaca-se as que não foram incluídas, nomeadamente a estabilização das taxas, a necessidade de alavancar estudos económicos sobre a oferta comercial na zona envolvente, a e ausência ao cumprimento da Lei das Acessibilidades. -----

----- A Comissão entendeu também que o Plano em apreço deverá incluir várias matérias e ações que se encontrem propostas das Recomendações ao Plenário aqui acrescenta, obviamente a necessidade de definição, não verifica no documento, sobre o futuro de cada mercado e, portanto, as Recomendações não querendo tomar muito mais tempo, vêm todas ao encontro daquilo que que acabei de falar e que todos os Deputados têm acesso e o Senhor Vice-Presidente e que estão no documento. -----

----- Dizer também que o parecer obviamente, foi aprovado unanimidade.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Quanto à intervenção do CDS nem ia intervir, mas penso que é importante em primeiro lugar porque para mim é uma matéria a nível pessoal que considere muito importante para a Cidade, a revitalização dos mercados, foi-se fazendo um trabalho ao longo dos anos demorado e eu penso que a Reforma Administrativa vem também acelerar este processo e, portanto, hoje temos que olhar com outros olhos para os mercados e é bom perceber que os eleitos conseguem perceber aquilo que pode seu potencial de cada mercado enquanto encontro das comunidades e enquanto a sua importância não só para a comunidade local mas também para quem nos visita. -----

----- Dizer que este é um trabalho meritório da Câmara, teve vários *inputs* de várias formas, de Associações, desta Assembleia Municipal também, e o Senhor vice-Presidente já explicou muito bem, quais é que são as ideias principais deste plano com as quais nós estamos totalmente de acordo. -----

----- Dizer ainda, como disse agora enquanto Deputado Relator que ainda há questões para pormenorizar e alavancar e eu destacava a afetação dos usos dos mercados para evitar conflitos no futuro, ou seja, em duas perspetivas, não evitar conflitos com o comércio local existente e isso já acontece com alguns mercados, temos uma padaria à

porta do mercado e o mercado abre uma padaria, temos um que tem um talho mesmo na rua em frente, abrem um talho dentro do mercado, e eu estou a falar de novos usos, de novas lojas, não estou a falar das já existentes e, portanto, eu acho que é uma matéria em que temos que ter algum cuidado no futuro e se pudermos enriquecer a oferta dos mercados, não duplicando a oferta que já existe na comunidade local, eu penso que será benéfico para todos.-----

----- Depois, obviamente, nos mercados entre si, nós temos mercados que distam apenas de um quilómetro do outro e, portanto, é importante que a Câmara assuma esse papel mobilizador e que embora trabalhe com as Juntas e muito bem, porque tivemos aqui a pressão propostas por parte das Juntas de Freguesia que são ótimos projetos é preciso que a Câmara de uma perspetiva genérica e geral olhe para essas propostas e perceba que onde tem mercados com uma distância muito pequena a que possa tentar que não haja o mesmo tipo de oferta, porque isso só enriquece Cidade e enriquece aquilo que é a rede de oferta dos mercados municipais. -----

----- Dizer também que eu acho que a questão do financiamento é muito importantes na altura quando falámos com as Juntas muitas Juntas não sabiam qual era o plano de financiamento para infraestruturas, sabiam noutras matérias mais subtis, mas na questão de intervenções nas infraestruturas não tinha conhecimento e, portanto, acho que era uma era uma questão muito importante. -----

----- E depois outra coisa se verificou com sucesso, que algumas Juntas fizeram, como Olivais, Arroios e outras, que foi criar e agregar polos de atendimento das Juntas nos mercados, a Junta por um lado, criou serviços mais perto dos cidadãos e, por outro lado, conseguiu levar mais potenciais clientes aos mercados e, portanto, isso é muito importante, não só polos das Junta de Freguesia, mas também como o caso do Mercado 31 de Janeiro, criar novos serviços que se irão também, quase como lojas âncora, destes novos mercados e, portanto, para finalizar é com muito gosto que veja este Plano apresentado e dizer que penso que estamos no bom caminho. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, o Plano Municipal dos Mercados como já foi aqui e muito bem expresso pelo Senhor Vice-Presidente assenta na visão dos mercados da Cidade como elementos de dinamização da vida dos bairros de Lisboa, o que se alcança através do enraizamento junto das populações de cada um desses bairros chamando a si, diversos atores, como sejam as autarquias, os movimentos associativos do setor os utilizadores e os comerciantes que juntos têm uma visão global dos aspetos económicos culturais e sociais. -----

----- O Plano Municipal dos Mercados de Lisboa 2016/2020 é um instrumento de planeamento que traduz a visão estratégica do Universo global de todos os mercados municipais quer sejam, quer estes tenham a gestão assegurada pelas Juntas de

Freguesia ou pela Câmara Municipal, é onde se encontram as metas a alcançar, os caminhos da atuação a desenvolver e a concretização dessas mesmas metas, como todos sabemos os mercados desempenham funções de escoamento de pequena produção e o abastecimento das populações locais. -----

----- O Plano Municipal dos Mercados foi sujeito a uma consulta pública como já que ouvimos e tem uma divisão sistemática de onde retirará para este efeito o ponto da visão estratégia plano de ação, por quanto é que e que se encontra uma nova divisão de segmentos e onde se concretiza o que pretendemos para Lisboa, como já que ouvimos pretendemos mercados mais competitivos, o que se alcança através da capacitação dos comerciantes, o que se alcança com a melhoria do serviço e com a própria modernização do mercado, queremos mercados mas abertos, através da criação de parcerias. Como fonte de fomento de empreendedorismo da Cidade com a criação de uma marca própria e distinta. Queremos mercados com mais Cidade onde sejam promovidas iniciativas locais de cada um dos bairros e onde se garanta a sustentabilidade dos próprios mercados. -----

----- Há que salientar que a 2ª Comissão Permanente de economia turismo, internacionalização inovação tem alocado muito o seu tempo ao longo deste mandato ao plano dos mercados, ouvimos a Câmara Municipal e o Senhor vice-Presidente Duarte Cordeiro, ouvimos “n” Presidentes de Junta de Freguesia da Cidade e ouvimos associações representativas dos comerciantes, aliás, esse trabalho da 2ª Comissão como já foi aqui dito pelo Senhor Relator levou à aprovação por aclamação por esta Assembleia do Relatório e Recomendações em Julho 2015 não podemos deixar de realçar aqui assim a postura da que a Municipal de Lisboa, na pessoa do seu Vice-Presidente que, desde sempre se mostrou recetivo à inclusão das Propostas ou Recomendações da Comissão da Assembleia e de todos quantos quiseram efetivamente contribuir para a melhoria da vida dos mercados da Cidade. -----

----- Por tudo isto estamos em condições de, e até pelas intervenções que antecederam, de assegurar com confiança que o Plano Municipal dos Mercados de Lisboa 2016/2020 cumpre a estratégia definida, é uma boa estratégia, estamos certos que produzirá os seus frutos com um claro reflexo na vida dos lisboetas proporcionando melhores mercados, que reflete caso de sucesso espalhados pela Cidade que não deixam de incluir na revitalização dos mercados preocupações locais e que contemplam a aposta ganha na captação de clientes, de novos usos e métodos de comunicação e gestão centrados na eficiência e na eficácia traduzindo-se numa maior diversidade de serviços colocados à disposição das pessoas. Muitas das questões abordadas no Plano são uma aposta segura, tal como é a visão integrada dos diversos mercados. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, por tudo isto e congratulando a Cidade pelo trabalho desenvolvido, manifesta o PS o seu voto favorável lançando um apelo às restantes forças políticas desta Câmara para que se juntem a nós neste Voto, na Recomendação 4/132 agora em apreciação, deixando o natural agradecimento a forma de atuação perspicaz, audaciosa, inclusive do Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro

e à sua equipa, que nos apresentou um documento de que a Cidade carecia e de que implementado, trará melhor e maior qualidade de vida para Lisboa. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, sobre este tema dos Mercados na Cidade que é um tema complexo com múltiplas facetas e com desenvolvimentos desiguais, a 2ª Comissão sempre decidiu defender-se cedo, fazer uma reflexão sobre os vários mercados e as várias propostas existentes em cada momento e apontou como elemento importante a necessidade de haver um Plano para a Cidade, mas não só um Plano de ordem global para o qual apresentámos sugestões discutidas com todos, inclusive com o Vice-Presidente em 2015, mas também logo que sugerimos de que gostaríamos de conhecer as propostas individualizadas para cada mercado, sabendo que a interferência da Câmara era sempre importante, mas as Juntas de Freguesia tinham também uma palavra a dizer, e o que verificámos depois desta longa discussão e participação ativa digamos, que temos participado no processo criativo do pensamento sobre esta matéria e uma questão importante que se ressaltou sempre foi que, apesar dos bons exemplos de Mercado da Ribeira a e de Campo de Ourique, dizíamos não queremos mais Campo de Ourique nem Mercado da Ribeira.-----

----- Este foi um ponto importante, é na verdade, uma questão crítica de não abastardar os mercados e transformá-los em outras coisas que não mercados, também muito interessantes, mas que não a função de um uso e costume dos mercados na Cidade. Chegámos a um ponto em que estamos a discutir já um documento genérico sobre os mercados, mas a palavra genérico é bem dita “genérico” e ouvimos o Senhor Vice-Presidente a dar indicações sobre vários mercados, sobre várias inovações, mas é preciso escrever, e uma das Recomendações da nossa Comissão no ponto último e “nós precisamos que as propostas uma a uma sejam escritas, discutidas, sejam plasmadas, sejam solidificadas, sejam em concreto decididas”, porque sentimos que nesta matéria o nosso Vice-Presidente têm uma grande capacidade de diálogo e discussão, de criação de pensamento, de proposta, mas vamos à concretização, aqui a concretização é ponto alto. -----

----- E para a concretização, a Comissão não se esquece no ponto 1 de lembrar ao Senhor Vice-Presidente que sem envelope financeiro, tudo o resto são excelentes conversas, excelente tema onde podemos todos estar de acordo, mas depois a concretização, a não atribuição de dinheiro, o não haver avanço, leva a que se não tempo passa e as ideias são tão boas, se não forem concretizadas nem das ideias boas fica alguma coisa. -----

----- É preciso avançar, é preciso decidir e é preciso confirmar que projetos são esses! Vejamos que nós estamos um bocadinho preocupados com a menos participação popular em relação à discussão pública deste Plano. Talvez ele seja genérico demais, talvez fosse mais com que que é concreto tivesse mais discussão, Ah, ele é muito genérico, assim tem grande aprovação, há, se fosse mais em particular teria talvez mais oposição. Senhor Vice-Presidente recomendo que passemos ao concreto,

discutamos as coisas em concreto e vejamos se tem ou não tem envelope financeiro para concretizar o que tão bem pensa e que nós apoiamos. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sara Goulart de Medeiros (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito boa-tarde novamente Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara, Caros Vereadores e Caros Deputados.-----

----- Quanto à proposta da Câmara do Plano Municipal dos Mercados de Lisboa, o Bloco de Esquerda faz uma avaliação muito positiva do mesmo, entendemos que a reabilitação dos mercados e a valorização do comércio tradicional constituem apostas decisivas para a economia de proximidade e qualidade de vida dos cidadãos, destacamos nesta proposta o desenvolvimento da marca Mercados de Lisboa, a adequação de horários e sua integração em percursos turísticos designadamente pedestres, a formação dos operadores do mercado a melhoria das acessibilidades, a disponibilização de Hi-fi gratuito, o serviço porta-a-porta ou o serviço domiciliário para pessoas com mobilidade reduzida.-----

----- Iniciativas que apoiamos e saudamos, mas temos no entanto reservas quanto à ação 4.2 que visa a introdução de novos usos através da partilha de espaços com cadeias de supermercados e outras valências. Sobre esta matéria entendemos que a gestão dos mercados deve ser claramente pública e temos sérias dúvidas que algumas destas partilhas deste espaço não sejam altamente prejudiciais ao tradicional comércio dos mercados, exercendo grande pressão sobre os pequenos comerciantes competindo com estes em situação de vantagem.-----

----- Pedimos nesta matéria a votação em separado das ações 1.2, 4.2 e 5.1 previstas no Plano.-----

----- Quanto à proposta de Recomendação que aqui trazida e temos algumas reservas quanto ao ponto 3, que reclama a definição de um valor de referência Municipal para as taxas, evitando assim discrepâncias entre valores tabelados para cada mercado. Ora se relativamente à utilização tradicional dos mercados esta pode ser uma medida de elementar justiça o mesmo não se aplica para novas utilizações, designadamente as de lazer, onde a localização é mais que relevante, podendo um valor de referência subavaliar os mercados melhor situados e sobreavaliar mercados pior situados.-----

----- Votaremos favoravelmente os restantes pontos da proposta, mas queremos que ele fosse votado também com o ponto 3 em separado. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhor Deputado, Senhor Vereador Duarte Cordeiro.-----

----- Normalmente e com razão sempre que a gente intervém, o PSD é com razão. Nós somos bastante, somos muito críticos em relação àquilo que é o desenvolvimento das atividades do Município, em muitas matérias temos aqui manifestado a nossa oposição, mas há que reconhecer aquilo que está a ser bem feito ou que há um

empenho no sentido de ser bem feito, e como criticamos podemos também louvar e elogiar.-----

----- Não há dúvida que a Reforma Administrativa trouxe bastantes vantagens em relação à gestão global da Cidade, mas se há área onde ela foi manifestamente benéfica tem a ver com a área dos mercados, a interligação, aliás, como foi aqui muito bem explicado pelo Vereador Duarte Cordeiro, a interligação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia tem resultado, é evidente nestas circunstâncias e nestas ações haverá sempre um pormenor ou outro que não está de acordo com aquilo que pode ser melhorado, mas de uma maneira geral, nós queremos aqui salientar que é de louvar o trabalho o esforço feito saber a verdade e por todas as Juntas de Freguesia que têm intervindo nesta área pelo que tem feito na Cidade e isso é uma palavra que deve ser dita e aqui dita pelo PSD!” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Duarte Cordeiro**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, quero só agradecer todas as intervenções, agradecer em particular ao Senhor Deputado Relator que desde o início teve aqui um papel muito importante nesta matéria porque sempre defendeu o Plano Municipal de Mercados, à 2ª Comissão e ao seu Presidente que também sempre foi um promotor de discussões em relação a esta matéria, todos os Senhores Deputados da 2ª comissão e em particular ao largo apoio que sempre sentiu da parte da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia em relação a este projeto, este é um projeto de todos e, portanto, também quer estender acho que a todos, todos colaboraram ativamente para o Plano Municipal de Mercados e a Assembleia Municipal com os seus contributos e as suas Recomendações, fizeram também do Plano Municipal de Mercados, um Plano mais rico, da mesma forma que eu encaro estas Recomendações que hoje fazem se fazem da mesma maneira, portanto, entendo que as Recomendações complementam aquilo que é o objetivo do Plano Municipal de Mercados. -----

----- Aceito a integralmente as críticas que foram feitas, nomeadamente quanto à necessidade de ser mais concreto, do Senhor Presidente da 2ª. Comissão, dizer que foi propositado a falta de objetividade de alguma maneira do Plano, porque se entendeu que depois tem que haver um Plano de Ação que esteja associada aos objetivos do Plano Municipal de Mercados, aceito perfeitamente a ideia de mais tarde trazer a 2ª Comissão os elementos que aqui são solicitados a para a Câmara Municipal completar e que não estejam de alguma maneira expresso no Plano Municipal, nomeadamente a parte do investimento financeiro, como estruturar e mercado a mercado aquilo que são os objetivos de curto prazo para cada um dos mercados e o ponto de situação dos projetos aceito perfeitamente, estou inteiramente disponível como sempre estive que vir a 2ª Comissão explicar isso e acho que a discussão tornar-se-á mais rica e, ao mesmo tempo, os próprios deputados poderão acrescentar ideias, à forma como nós trabalharemos. -----

----- Dizer que, por último dizer também, que em relação à questão foi colocada pela, as duas questões que foram colocadas pela Senhora Deputada do Bloco de Esquerda dizer, eu percebo as resistências em relação à questão dos nossos usos, a experiência

que nós temos é que hoje em dia é difícil resumir a concorrência entre um comerciante tradicional e um retalhista e achar que é pelo facto do retalhista partilhar necessariamente a mesmo espaço de infraestrutura do mercado que torna essa concorrência mais difícil, porque muitas vezes nas imediações dos mercados, porque os mercados invariavelmente foram muito bem escolhidos do ponto de vista da sua localização, nós pensamos apenas na localização dos mercados, nós encontraremos localizações ótimas dentro dos próprios bairros e que é que vemos? Vemos imenso retalho à volta, retalho do comércio de proximidade de grandes marcas nas imediações do mercado e, portanto, é difícil, eu entendo a ideia que a Câmara não deve promover e que só em última caso que é o caso em concreto que nós identificámos, por exemplo, na como no caso da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, é que, no nosso entender, achamos que era o último recurso e, como tal promovemos, exceção feita esse caso, nós não devemos promover eu concordo com esse princípio, mas também é importante não temos a ingenuidade de achar que é por estar dentro do mercado que a concorrência, é por isso que se torna uma concorrência desleal, porque à volta do mercado há sempre muitas infraestruturas de retalho e nós temos que trabalhar na competitividade do comércio tradicional, dos comerciantes tradicionais, independentemente da existência ou não de retalho à volta e isso exige um enorme esforço, tendo em conta também aquilo que é muitas vezes as próprias competências e a tradição está associado ao exercício da própria atividade do comerciante, o que significa que, por vezes também temos ali algumas resistências.-----

----- Por último dizer que no que diz respeito às taxas, independentemente de eu perceber um pouco do que está aqui na Recomendação eu tendo a concordar que a referência da Senhora Deputada e acho que uma coisa não é e não invalida a outra, ter uma taxa de referência, não invalida que no futuro se procure ter alguma flexibilidade e no valor das taxas. A Senhora Deputada fez referência, ao facto das taxas em determinadas zonas de mercados mais a digamos assim com maior exposição comercial também subvalorizadas, mas também podemos ser a coisa ao contrário que o reverso da medalha, que a faria também ter razão, que é o caso daqueles mercados que necessitam de uma injeção de comercial e portanto implica quase se necessário oferecer espaço e, portanto, para quê? Para atrair comerciantes para através do comércio, para através da atração dos comerciantes podia dinamizar o mercado, portanto, eu concordo com o princípio que eu acho que é importante ter uma referência, mas também é importante ter alguma flexibilidade para subir algumas taxas, em zonas eventualmente de maior pressão e diminuirmos nas zonas onde eventualmente existe necessidade, mas tendo talvez essa referência como base. -----

----- Dizer que, por último, só dizer um mercado que eu não referi, que é o Mercado de Cogestão, que é o Mercado de Cogestão da Freguesia do Beato, que é uma experiência também inovadora em que é o Mercado Alfacinha, em que existe a cogestão com a Associação de Comerciantes dos Mercados de Lisboa, portanto, é uma experiência nova, que vale a pena também ver no futuro quais é que são os resultados. Muito obrigado uma vez mais a todos pelos contributos que deram.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-Presidente.-----

----- Senhores Deputados, estamos em condições de pôr à vossa consideração, a Proposta 686, mais precisamente o que nos pede a Proposta 686.-----

----- A proposta 686, basicamente, a aprovação da proposta implica naturalmente a produção do Plano, era isso que eu estava a confirmar, portanto, vamos para a estação a **Proposta 686/CM/2016**, o Bloco de Esquerda quer uma votação partes relativamente a que ponto? Eu peço desculpa, mas deve ser da Recomendação porque a Proposta é simplesmente pôr à aprovação o Plano, a Recomendação depois é que tem vários pontos, correto? Pronto, a Proposta 686 visa o seguinte “Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia do Plano dos Mercados de Lisboa, em anexo, o qual faz parte da Proposta”, tal, tal e tal, portanto, é a aprovação do Plano que está em causa com a aprovação desta Proposta, é isso que vamos pôr à consideração.-----

----- Votos contra não há. Votos de abstenção do PCP, PEV e BE. Votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP e IND. Está **aprovado por maioria**.-----

----- Agora sim, vamos pôr à votação a Recomendação da Comissão, neste caso da 2ª Comissão, é a Recomendação 4/132 e quem é que pediu para ser separado por pontos? Qual é o ponto a separar? É o ponto 3 em separado.-----

----- Portanto, nós vamos para à votação os pontos **1, 2, 4, 5 e 6 da Recomendação** sobre o Plano Municipal de Mercados, vamos pôr à votação em conjunto estes pontos.

----- Não há votos contra e nem abstenções. Estes pontos foram **aprovados por unanimidade**.-----

----- Agora vamos pôr à votação o **Ponto 3**, que tem a ver com a avaliação com as Juntas e as tipologias dos Mercados. Vamos pôr este ponto 3 à votação. Não há votos contra. Abstenção do Bloco de Esquerda. Votos favoráveis do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. Foi **aprovado por maioria**.-----

----- **A Recomendação está aprovada por maioria**.-----

----- O Bloco de Esquerda fará uma Declaração de Voto.”-----

----- (O Bloco de Esquerda não apresentou a Declaração de Voto por escrito)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “ Senhores Deputados, eu ia-vos propor o seguinte: nós tivemos hoje uma sessão bastante intensa, com temas que deram aqui bastante Debate, e ainda bem, mas creio que já não estamos com frescura suficiente para apreciarmos as propostas seguintes, nomeadamente o Relatório da Modernização Administrativa, que eu penso que merece um Debate com a cabeça mais fresca e com maior disponibilidade de todos.-----

----- Aquilo que ele se a pedir era que nós apreciássemos o ponto 4.8, que é uma simples Repartição de Encargos e transitavam as restantes Propostas para a semana seguinte, a menos que alguém peça urgência nalguma delas. Não vejo ninguém a pedir a palavra, portanto, assim faremos e a Mesa vai pôr à vossa consideração o Ponto 4.8, que tem a ver com uma Repartição de Encargos e compromissos plurianuais para o

desenvolvimento da Plataforma Cidade Inteligente, para a gestão do Centro Operacional Integrado de Lisboa e Serviços Técnicos Complementares.”-----

----- **PONTO 4.8 – PROPOSTA 7/CM/2017- (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADORA JORGE MÁXIMO) – APRECIACÃO DO N.º 5 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 7/CM/2017- REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DA CIDADE INTELIGENTE PARA A GESTÃO DO CENTRO OPERACIONAL INTEGRADO DE LISBOA E DE SERVIÇOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 24.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, DOS N.ºS. 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º. 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO N.º. 1 DO ARTIGO 6.º. DA LEI N.º. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO EM VIGOR;**-----

----- (A proposta 7/CM/2017 fica anexada e esta Ata como Anexo XVIII fazendo dela parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Vou então pôr em votação a **Proposta 7/CM/2017**. Não há votos contra. Abstenções de 1 IND (Nunes da Silva). Votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN,PNPN, e 5 IND. Está **aprovada por maioria**.-----

----- Senhores Deputados, para a semana temos Reunião Ordinária, com a aquela parte do PAOD em que podem apresentar os nossos documentos, a Mesa vai reagendar estes temas e logo vemos até onde seguiremos.-----

----- Há uma retificação de uma votação, desculpem, ainda não terminaram os Trabalhos, há uma retificação de uma votação do Senhor Deputado do CDS-PP, qual é a votação? A proposta 632/CM/2016, vamos lá ver, estava a retificar a votação do Regulamento. A da especialidade ou a da Final Global? É a votação final global do Regulamento com a alteração introduzida, aquilo que o CDS queria votar era de que maneira? Contra. Então isto tem que estar registado aqui, para depois se pôr na Ata em Minuta a corresponder.-----

----- E agora sim, Senhores Deputados, desejo-vos o resto de uma boa semana. Obrigada e para a semana cá estaremos.-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e dez minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----

DRAFT